

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINESE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM - CCH PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

ANELIZE DOS SANTOS RIBEIRO

**AS SUBJETIVIDADES NEOLIBERAIS E A CONSTRUÇÃO DO
EMPREENDEDOR DE SI NOS PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM
PROFISSIONAL**

Campos dos Goytacazes – RJ

Fevereiro de 2024

Anelize dos Santos Ribeiro

**AS SUBJETIVIDADES NEOLIBERAIS E A CONSTRUÇÃO DO
EMPREENDEDOR DE SI NOS PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM
PROFISSIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Sociologia Política da
Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro, como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre em Sociologia Política.
Professor orientador: Dr. Paulo Rodrigues
Gajanigo

Campos dos Goytacazes – RJ

Fevereiro de 2024

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

R484

Ribeiro, Anelize dos Santos.

AS SUBJETIVIDADES NEOLIBERAIS E A CONSTRUÇÃO DO EMPREENDEDOR DE SI NOS PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL / Anelize dos Santos Ribeiro. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

118 f.

Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2024.

Orientador: Paulo Rodrigues Gajanigo.

1. Trabalho. 2. Jovem Aprendiz. 3. Neoliberalismo. 4. Empreendedor de si. 5. Capital Humano. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

**As subjetividades neoliberais e a construção do Empreendedor de Si nos programas de
Aprendizagem Profissional**

Anelize dos Santos Ribeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Sociologia Política da
Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro, como requisito parcial à obtenção
do título de Mestre em Sociologia Política.
Professor orientador: Dr. Paulo Rodrigues
Gajanigo

Aprovada em: 21/02/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **PAULO RODRIGUES GAJANIGO**
Data: 15/05/2024 13:42:50-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Paulo Rodrigues Gajanigo (Presidente)

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO DE ARAUJO MONTEIRO**
Data: 15/05/2024 21:01:53-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Rodrigo de Araújo Monteiro (UFF)

Documento assinado digitalmente
 **WANIA AMELIA BELCHIOR MESQUITA**
Data: 16/05/2024 12:30:51-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof.^a Dr.^a. Wania Amélia Belchior Mesquita (UENF)

Documento assinado digitalmente
 **FABRICIO BARBOSA MACIEL**
Data: 16/05/2024 10:15:45-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Fabrício Barbosa Maciel (UENF)

Campos dos Goytacazes, RJ
2024

Dedico este trabalho as mulheres da minha família que contribuíram para a minha trajetória até a Pós. Especialmente a minha mãe, Alessandra, por ser a minha maior inspiração de determinação e coragem e a minha avó, Donina, por todo carinho e amor que me presenteou.

AGRADECIMENTOS

A Deus, gratidão pelas oportunidades e pela fé que me sustenta.

Agradeço a minha família por todo amor, carinho e incentivo durante toda trajetória do mestrado.

Agradeço a minha mãe por todo amor e apoio, pelas ligações diárias de preocupação, sempre buscando me confortar, me trazer calma e se fazer presente nos meus dias. Obrigada por sempre perguntar como foram as aulas, as atividades acadêmicas, por segurar a minha mão e torcer por mim em cada passo.

Agradeço ao meu pai pelo cuidado e carinho, pelas conversas que sempre me arrancam risadas e alegam os meus dias, e por sempre me incentivar e ser a minha melhor versão, por ser o meu exemplo de perseverança e determinação. Obrigada por ser o meu porto seguro em todas as situações.

Agradeço ao meu irmão por todos os abraços aconchegantes e amorosos e por todas as risadas que tornam os meus dias leves.

Agradeço a minha avó Donina, que dedicou todo amor e cuidado a mim durante minha infância, que fez inúmeras lições de casa comigo e sempre me mostrou a importância do estudo. Você foi um exemplo e estará sempre nas minhas memórias. Agradeço também a muitos outros familiares que mesmo distantes, torcem por mim.

Agradeço ao Felipe, meu marido, por todo amor e carinho compartilhados nessa trajetória. Obrigado por segurar a minha mão, por ser paciente, atencioso e ser a minha melhor escuta. Obrigado por sempre me fazer acreditar que vai dar certo, por todo incentivo e companheirismo em todas as etapas dessa pesquisa. Você colore os meus dias.

Agradeço a minha turma de Mestrado 2022 e aos amigos queridos que conheci no PPGSP, em especial a Rafaella e o Lucas, que em muitos momentos foram companheiros e incentivadores e sempre torceram pela pesquisa.

Agradeço aos muitos amigos que tiveram a paciências e amor para lidar com os meus estresses acadêmicos, por orarem por mim e torcerem a cada etapa.

Agradeço ao meu querido orientador, Paulo Gajanigo, pelas trocas, aprendizados e acolhimentos. Obrigada pela compreensão, incentivo e por ser companheiro nos desafios da Pós-graduação.

Agradeço a prof. Mariele Troiano, pela amizade, pelos aprendizados, oportunidades e por sempre comemorar todos os meus passos nessa trajetória.

Agradeço aos amigos e companheiros de pesquisa do Laboratório “No ar” por todas as trocas.

Agradeço aos amigos queridos e professores da UFF- Campos pelos aprendizados, pelo incentivo e pela torcida durante o mestrado. Agradeço a prof Jacqueline Deolindo, da UFF Campos, por todas as oportunidades e conhecimentos que me permitiram estar na pós-graduação. Sou imensamente grata pelo seu carinho e dedicação a minha formação.

Agradeço a professora Luciane Soares pela atenção e pelos aprendizados nas atividades da bolsa de Auxiliar de Ensino. Agradeço também ao Gustavo Sales, por toda atenção e auxílio nesse processo.

Agradeço ao prof Fabrício Maciel pelas ricas trocas durante o mestrado e pelos conhecimentos instigadores durante as aulas que auxiliaram no desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço ao prof. Rodrigo Monteiro, meu querido orientador na graduação em Ciências Sociais, pelos aprendizados que permitiram ingressar no mestrado, pelos incentivos durante o mestrado e por ser uma referência de Professor e Sociólogo.

Agradeço a Prof Wania, pelos aprendizados e por toda dedicação ao programa e aos alunos. Obrigada por toda preocupação e incentivo e pelas ricas experiências promovidas pelos eventos, encontros e atividades do programa. Sua trajetória é inspiradora.

Agradeço a todo corpo docente do PPGSP pelos ensinamentos.

Agradeço a todos os participantes dessa pesquisa, que disponibilizaram tempo e atenção para que o estudo fosse possível.

Agradeço a CAPES pelo financiamento de parte dessa pesquisa.

Agradeço a FAPERJ pela Bolsa de Mestrado Nota 10.

*“Quem espera que a vida
Seja feita de ilusão
Pode até ficar maluco
Ou morrer na solidão
É preciso ter cuidado
Pra mais tarde não sofrer
É preciso saber viver”*

(Eric Silver / Sergio De Britto – Titãs)

RIBEIRO, Anelize dos Santos. **As subjetividades neoliberais e a construção do empreendedor de si nos programas de aprendizagem profissional.** Dissertação (Programa de Pós-graduação em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

Resumo

Resumo: A pesquisa busca analisar como o neoliberalismo se reproduz nos programas de aprendizagem profissional desenvolvidos a partir de duas instituições em funcionamento no município de Campos dos Goytacazes-RJ. Entre elas, uma integrante do Sistema S e uma organização social sem fins lucrativos. Nesse sentido, busca-se compreender como a lógica neoliberal e empreendedora são reproduzidas através da socialização entre a educação e trabalho promovida pelos programas e como elas atuam na formação identitária dos participantes. Para isso, adota-se as ferramentas metodológicas da observação das dinâmicas desses projetos, da realização de entrevistas com os educadores e jovens participantes das atividades de aprendizagem, e a aplicação dos referenciais da Análise do Discurso Francesa, com o objetivo de conferir como a razão neoliberal atua a partir de uma construção discursiva dos sujeitos como trabalhadores – empreendedores. Desse modo, o estudo observa que a capacitação desses jovens se desenvolve por meio de uma pedagogia empreendedora que apresenta os programas como espaços de construção dos sujeitos como capital humano e impõe uma formação que busca transformá-los em trabalhadores que se concebem como empreendedores de si, que atendam a lógica do mercado de trabalho neoliberal.

Palavras-chave: Trabalho, Jovem Aprendiz, Neoliberalismo, Empreendedorismo, Capital Humano.

RIBEIRO, Anelize dos Santos. **Neoliberal subjectivities and the construction of the self-entrepreneur in professional learning programs.** Dissertação (Programa de Pós-graduação em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2024.

Abstract

Abstract: The research seeks to analyze how neoliberalism is reproduced in professional learning programs developed from two institutions operating in the municipality of Campos dos Goytacazes-RJ. Among them, a member of Sistema S and a non-profit social organization. In this sense, we seek to understand how neoliberal and entrepreneurial logic are reproduced through the socialization between education and work promoted by the programs and how they act on the identity formation of participants. To this end, the methodological tools of observing the dynamics of these projects are adopted, conducting interviews with educators and young people participating in learning activities, and applying French Discourse Analysis references, with the aim of checking how the reason neoliberal acts based on a discursive construction of subjects as workers – entrepreneurs. In this way, the study observes that the training of these young people is developed through an entrepreneurial pedagogy that presents programs as spaces for the construction of subjects as human capital and imposes training that seeks to transform them into workers who see themselves as self-entrepreneurs, which meet the logic of the neoliberal labor market.

Keywords: Work, professional learning, Neoliberalism, Entrepreneurship, Human Capital.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– A política de Aprendizagem Profissional entre 1988 – 2023 48

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
CIEE	Centro de Integração Empresa e Escola
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMPDCA	Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONAP	Catálogo Nacional de Aprendizagem Profissional
CRAS	Centros Regional de Assistência Social
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMIJ	Fundação municipal da Infância e Juventude
GTT	Grupo de Trabalho Tripartite
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTP	Ministério do Trabalho e
REQUIP	Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva)
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEST SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo

Sumário

INTRODUÇÃO	14
1. AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR NA SOCIEDADE NEOLIBERAL	19
1.1 o Neoliberalismo.....	19
1.2 A sociedade do trabalho neoliberal	24
1.3 As transformações na esfera do trabalho no Brasil.....	26
1.4 A Educação Profissional e a Pedagogia Empreendedora no Contexto do desenvolvimento da Sociedade Neoliberal.....	32
2. AS JUVENTUDES E AS POLÍTICAS DE APRENDIZAGEM NO BRASIL	40
2.1 As Políticas de Aprendizagem Profissional	42
2.2 O Desenvolvimento Do Programa Jovem Aprendiz	54
2.3 A Formação do Aprendiz: entre as Metodologias ativas e a pedagogia das competências	58
2.4 Os Programas de Aprendizagem Profissional em Campos dos Goytacazes	60
3.0 O Delineamento da Pesquisa	67
3.1 O Discurso	68
3.2 O Universo da pesquisa - perfil dos Jovens e Profissionais/Educadores.....	70
4. AS PERCEPÇÕES DOS JOVENS ACERCA DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ	73
4.1 A inserção no mundo do Trabalho e na Aprendizagem Profissional.....	73
4.2 O Programa Jovem Aprendiz e a lógica empreendedora.....	76
4.3 A avaliação dos jovens acerca do programa.....	79
5. A CONSTRUÇÃO DO TRABALHADOR/ EMPREENDEDOR DE SI NOS PROGRAMAS DE JOVEM APRENDIZ	84
5.1 “Nós preparamos esse jovem para a vida”	86
5.2 - “Existe a vida pré-Aprendiz e a vida pós-Aprendiz”	87
5.3 “Não quero ser empregado de ninguém”	91
5.4 “O papel do empreendedorismo é criar no jovem uma resistência”	92
5.5 Empreender ou precarizar?.....	95
5.6 A lógica do mérito.....	96
5.7 A corrosão do caráter e a precarização do trabalho como regra no trabalho flexível.....	100
CONSIDERAÇÕES	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
ANEXO 1 – Roteiro das Entrevistas com Educadores e profissionais	112
ANEXO 2 – Roteiro das Entrevistas com Jovens	113
ANEXO 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Observações	114
ANEXO 4- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Entrevistas	117

INTRODUÇÃO

Os programas de aprendizagem profissional foram criados a partir da Lei de Aprendizagem 10.097/2000, para atuarem como projetos de políticas públicas que buscam promover a inserção dos jovens, entre os 14 e os 24 anos, no mercado de trabalho formal. Esses projetos são elaborados pelas instituições como “Programa Jovem Aprendiz” e atuam como mediadores das relações entre o jovem e o empregador, com o objetivo de garantir a proteção legal de seus participantes e o desenvolvimento de suas habilidades profissionais. Assim, os programas são desenvolvidos com o objetivo de promover a superação das condições de desigualdade através do acesso desses jovens ao mercado de trabalho formal, como meio de garantirem sua subsistência e alcançarem o protagonismo juvenil. Desse modo, essas políticas operam a partir de uma perspectiva que coloca como alvo os jovens considerados marginalizados ou em condições de vulnerabilidade (Sposito; Corrochano, 2005), pautados por uma lógica do senso comum, que busca preencher o “ócio” desses jovens, sob o discurso de prevenção ao acesso desses jovens à criminalidade.

Essas Juventudes, ora consideradas uma categoria de indivíduos em risco social, que precisa ser salva, ora reconhecidas como grupos de agentes de transformação social, são tratadas de maneira focalizada por essas políticas, colocando o trabalho como uma prevenção a condutas desviantes (Cecchetto, Muniz, Monteiro, 2018), e um produtor de condições éticas e morais para que os jovens promovam seu próprio sustento. Nesse sentido, os programas se apresentam não como uma política para todos os jovens, mas para aqueles que precisam vender a sua força de trabalho para existir (Krein; Colombi, 2019). Desse modo, o trabalho é apresentado como a principal possibilidade de superação das condições de vulnerabilidade e de aquisição de reconhecimento social, concebendo-o como uma via de “salvação” para os jovens pobres.

Como projetos de políticas sociais, os programas integram as políticas de proteção social, que fazem parte das obrigações governamentais de responsabilidade econômico e social, para combater as desigualdades e a exploração do trabalho infantil. Entretanto, são desenvolvidos por instituições privadas e organizações da sociedade civil, financiados a partir de parcerias público-privada, tratadas como um meio de suprir a falta de atuação do Estado no combate à precarização das relações de trabalho, ao aumento das taxas de desemprego e à pobreza entre jovens brasileiros.

Nessa perspectiva, os programas são mobilizados como espaços de educação não-formal, e atuam a partir da intersecção entre o campo da educação e do trabalho, buscando promover a potencialização das habilidades dos sujeitos e a sua formação baseada numa concepção de cidadania (Gohn, 2018). Assim, os projetos buscam produzir formas de vida e forjar identidades, com o objetivo de desenvolver jovens que realizam a gestão de sua própria existência (Krein; Colombi, 2019). Essa concepção de gestão da própria existência surge conjuntamente com a ascensão das políticas públicas de aprendizagem profissional, pautadas pela produção de uma racionalidade neoliberal, que se apresenta não apenas como um novo modelo de governo, mas como um produtor de normas que orientam novas formas de existência (Dardot; Laval, 2016).

Nesse sentido, interpreta-se o neoliberalismo como um modelo de governo que atua por meio de uma nova racionalidade política, produtora de subjetividades que operam como base para a produção da nova cultura capitalista (Sennett, 2006). Essas subjetividades, pautadas em ideologias empresariais e empreendedoras, promovem transformações na dinâmica social que modifica não apenas o sistema produtivo, mas as formas como os indivíduos interpretam a si mesmos e a sociedade. Nesse sentido, as sociedades são consideradas a partir de uma lógica mercadológica, que as concebe como empresas e os indivíduos como partículas do capital, que devem interpretar a si mesmo como uma empresa. Nessa lógica, os sujeitos precisam considerar a si mesmos como *empreendedores de si*, suas relações sociais como ações de autoinvestimento e seus direitos sociais como saúde, educação e lazer como estratégias para agregar valor ao seu capital humano.

Essas mudanças geraram uma nova forma de acumulação de capital e uma nova morfologia do Trabalho no Brasil, que forjou novas formas de relação de trabalho, de formatos de trabalho e novas formas de desigualdade. Desse modo, essa nova sociedade do trabalho é caracterizada como flexível e concorrencial, geradora do aprofundamento da informalidade e da precarização do trabalho, que promove a gestão das relações de trabalho através da avaliação de desempenho diante das situações de constante risco.

Nessa perspectiva, essa nova sociedade do trabalho neoliberal instaura novas regras e normas que atuam na produção de um novo ideal de trabalhador e de sujeito. Segundo Sennett (2006), a racionalidade neoliberal produz uma nova cultura do capitalismo que conduz os indivíduos a tornarem-se trabalhadores flexíveis, que precisam constantemente se moldar as necessidades do mercado e atuar de maneira a produzir cada vez mais, em menos tempo e não se importando com as condições com quais se produz.

Nesse contexto, as juventudes, sobretudo aquelas consideradas em situações de vulnerabilidade, tornam-se alvo das políticas de formação desse indivíduo e trabalhador neoliberal.

Nesse contexto, considera-se que os programas operam a partir de uma educação empreendedora, visando viabilizar uma formação que permita o jovem imaginar e construir, a partir do trabalho, rotas de fuga para além da condição socioeconômica, aprender a manejar as válvulas de escape das desvantagens, produzir ou encontrar porosidades nas distintas barreiras que se apresentam em seus percursos (Cecchetto, Muniz, Monteiro, 2018). Desse modo, os sujeitos são submetidos a uma formação empreendedora, em que os direitos, se tornaram também resultado das atividades do indivíduo, que deve, ele próprio, assegurá-lo (De Carvalho, 2011). Neste cenário, o processo de formação educacional e laboral dos jovens é mobilizado por diversos discursos e práticas sociais guiadas pela racionalidade neoliberal e pela lógica empreendedora, que interpretam os indivíduos como sujeitos empreendedores de si, de modo que, a saúde, a educação, o trabalho, e todas as relações sociais, são considerados como práticas de investimentos em si mesmos (Dardot e Laval, 2016).

Para pensar na produção dos jovens empreendedores para o mercado de trabalho, considera-se o contexto das condições trabalhistas no Brasil contemporâneo, que, segundo Antunes (2020), tem se configurado como um cenário de precarização estrutural causado pelas reformas neoliberais e pela reestruturação dos modos de produção capitalista. Assim, ao considerar as transformações do neoliberalismo na esfera do trabalho, produtora de um novo modelo de organização/gestão do trabalho, marcada pela exploração e precarização do trabalho, pela flexibilização e desregulamentação das relações trabalhistas, e pelo dismantelamento dos movimentos sindicais, busca-se compreender a partir da categoria da aprendizagem profissional, como o neoliberalismo atua a partir da esfera do trabalho para transformar as sociedades e os sujeitos de acordo com sua racionalidade, verificando o impacto dessas transformações no contexto da iniciação de jovens no mercado de trabalho.

Partindo desse contexto, a pesquisa analisa como a lógica neoliberal e empreendedora operam nos programas de aprendizagem profissional, desenvolvidos a partir de duas instituições atuantes no município de Campos dos Goytacazes-RJ. Uma operada pelo Sistema S e outra por organizações não governamentais (ONG's). Para isso, investigou-se por meio da observação das capacitações realizadas pelos programas e da aplicação de entrevistas semiestruturadas, como as ideologias empreendedoras atuam nos

desenvolvimentos dos jovens como trabalhadores em formação. Nesse sentido, adotou-se as perspectivas da Análise do Discurso Francesa, que concebe o discurso como uma chave de compreensão das formações ideológicas e condições de produção discursiva dos sujeitos, para compreender os discursos dos educadores e jovens acerca dos programas, de suas experiências no trabalho e da lógica empreendedora, propagada nesses espaços. Desse modo, o estudo se concentra em investigar em que medida o empreendedorismo responde a uma demanda ideológica neoliberal para a geração de novas formas de exploração de capital e, com isso, produzir uma nova concepção de sujeito, de sociedade e de trabalho. A partir disso, busca-se compreender como a racionalidade neoliberal é propagada pelos programas e, internalizada, reinterpretada e reproduzida pelos jovens, mobilizando a construção desses indivíduos não apenas como trabalhadores, mas como sujeitos empreendedores de si.

Inicialmente, o estudo busca compreender o que é o neoliberalismo e como ele se desenvolve na sociedade. A partir da compreensão acerca da racionalidade neoliberal buscarei apresentar quais as principais mudanças geradas pelo neoliberalismo na esfera do trabalho e seus desdobramentos no contexto trabalhista brasileiro. Nesse sentido, destaco intensificação da informalização e da precarização do trabalho, como as principais transformações neoliberais na esfera do trabalho no Brasil. Busca-se também, evidenciar as concepções pedagógicas e abordagens metodológicas que orientam a execução desses programas no contexto neoliberal.

No segundo capítulo apresentarei as concepções acerca dos estudos sobre as Juventudes e as políticas de aprendizagem no Brasil, buscando evidenciar o processo de desenvolvimento do programa Jovem Aprendiz, como uma política de aprendizagem que é regulamentada pela Lei de aprendizagem e que atua como uma produtora de qualificação profissional para adolescentes e jovens. Além disso, busca-se apresentar um panorama das políticas de aprendizagem profissional em Campos dos Goytacazes, com o mapeamento e descrições dos programas ativos no município.

O terceiro capítulo será dedicado a apresentação dos referenciais metodológicos, da construção do corpus da pesquisa e do desenvolvimento do trabalho de campo. Os capítulos quatro e cinco, serão dedicados a análise dos dados obtidos por meio das observações e entrevistas, buscando compreender como as ideologias empreendedoras são articulados no contexto da aprendizagem profissional, transformando esses espaços em fábricas do sujeito neoliberal.

Por fim, o estudo se conclui apresentando uma síntese acerca das observações sobre os programas analisados, buscando evidenciar como a racionalidade neoliberal e a lógica empreendedora são articuladas no contexto do Jovem Aprendiz, para promover subjetividades que são apresentadas como um novo modo de ser que forja os sujeitos neoliberais. Desse modo, ressalta-se como essa lógica neoliberal produz um sistema de trabalho flexível e um novo ideal de trabalhador flexível, que é conduzido a se transformar em um Empreendedor de si.

1. AS TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO E FORMAÇÃO DO TRABALHADOR NA SOCIEDADE NEOLIBERAL

1.1 o Neoliberalismo

O neoliberalismo é um fenômeno com definições conceituais controversas dentro do campo das Ciências Sociais. O termo foi inaugurado no colóquio Walter Lippmann em 1938, e retomado no período pós segunda guerra, durante a primeira reunião da Sociedade de Mont Pèlerin em 1947, grupo formado por economistas como Friedrich Hayek e Milton Friedman, defensores de uma política econômica de livre mercado e críticos aos ideais do Estado de bem-estar social. Nesse contexto, o neoliberalismo foi considerado como uma expressão radical do ideal liberal, contrário ao intervencionismo estatal no setor econômico e defensor da redução do papel do Estado como regulador social. Segundo Anderson (1995), o alvo principal do pensamento neoliberal eram as políticas pautadas nos princípios da social-democracia, que permaneceram em ascensão até a década de 1960, no período conhecido como a idade de ouro do capitalismo.

Apesar da influência ideológica do neoliberalismo no cenário político, foi somente a partir da década de 1970 que o fenômeno ganhou destaque, através das reformas neoliberais realizadas pelo ditador Augusto Pinochet, no Chile, em 1978. O período, marcado por altos índices de desemprego, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação (Anderson, 1995) em vários países europeus, provocou uma intensa crise no modelo político e econômico do Estado de bem-estar social, dando espaço para o fortalecimento das políticas neoliberais. Os propagadores do neoliberalismo, apontavam que as políticas de proteção social e as ações reivindicatórias e anticapitalistas, como as lutas sindicais, eram as responsáveis pela corrosão do sistema de acumulação capitalista e geradora das crises, com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (Anderson, 1995).

As décadas de 1980 e 1990 são considerados o período de maior expansão do neoliberalismo, marcadas pela onda de desregulamentação do mercado, privatizações e redução da legitimidade do poder estatal, promovidos sobretudo pelos governos Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos. A disciplina orçamentária, com a contenção de gastos com políticas de bem-estar social, as reformas fiscais e a manutenção, isto é, elevação da desigualdade social, como uma forma de dinamizar a concorrência e aumentar o lucro, foram as principais medidas adotadas nesses governos. Embora as

políticas neoliberais tenham se tornado ideologicamente hegemônicas, os seus resultados não produziram o crescimento econômico necessário, dando início a um novo período de recessão econômica, na década de 90. Apesar da crise econômica aguda, o neoliberalismo foi considerado vitorioso no combate aos ideais da social-democracia, obtendo um novo alento, responsável pela disseminação de políticas que buscam promover um Estado com reduzida capacidade de intervenção social e uma forte atuação na desregulamentação e autonomização do mercado econômico.

A partir da década de 2000 as políticas neoliberais se engendraram nas relações políticas globais, transformando não apenas os modelos de governo, mas instaurando uma nova racionalidade política, isto é, uma nova forma de governar as condutas dos indivíduos. Nesse contexto, as discussões paradigmáticas sobre o neoliberalismo adentraram o campo acadêmico de diversas áreas, principalmente das Ciências Sociais. O debate se tornou emergente diante da falta de definição do fenômeno neoliberal, até então considerado um conceito impreciso, ora adotado de maneira ampla e vaga por seus críticos para designar pejorativamente um conjunto de eventos políticos e econômicos, ora utilizado como uma expressão crítica e genérica para definir a sociedade da época. Para Andrade (2019), as contradições e fragilidades conceituais do termo constituem sua potência, visto que viabilizou um diálogo enriquecedor entre diferentes correntes teóricas e variadas pesquisas empíricas de modo a integrá-las no mesmo horizonte crítico (Andrade, 2019).

A partir disso, autores de diversos campos teóricos e das Ciências Sociais promoveram importantes contribuições para o debate conceitual crítico do neoliberalismo, entre eles destacam-se, Michael Foucault, David Harvey, Pierre Dardot e Christian Laval, Wendy Brown e Verônica Gago. Uma das principais contribuições que inauguram a renovação do debate acerca do neoliberalismo é a compreensão do sistema neoliberal como uma racionalidade distinta do liberalismo clássico, que opera por engrenagens próprias.

Após a crise econômica iniciada nos Estados Unidos em 2008, considerada uma crise desencadeada por políticas do modelo neoliberal, coloca-se em discussão os limites e a continuidade do sistema, que ressurge tomando novos contornos. As crises, segundo Dardot e Laval (2016), são ferramentas do neoliberalismo, que provoca suas próprias crises, pois necessita delas para sua sobrevivência. Assim, o neoliberalismo se alimenta e se reforça das crises, e só se mantém como mecanismo de poder porque governa mediante as crises.

A essência dessa nova forma de neoliberalismo foi apontada por Foucault ainda na década de 1970, como uma prática de governo que busca conduzir os indivíduos e dirigir suas condutas. Segundo Foucault (2008), o neoliberalismo apresenta-se não apenas como um conjunto de políticas econômicas, mas como uma racionalidade política, que se engendra em todas as relações sociais, transformando a maneira como os sujeitos interpretam a si e o mundo. Esse sistema é apontado como um conjunto de ideologias, que para além de regular comportamentos, visa governar por meio de uma “gestão de mentes”, que se realiza através do autogoverno dos indivíduos.

Nesse sentido, o neoliberalismo promove uma economicização da vida (Brown, 2018), que concebe os indivíduos não apenas como consumidores/produtores, mas como investidores de si e do social, transformando-os em capital humano. Foucault (2008), identifica esse processo como um retorno à noção de “*homus economicus*”, que ocorre por meio da racionalização econômica não só da economia, mas também do social, pensando tanto as sociedades, como os indivíduos como empresas. Nesses termos, o indivíduo neoliberal se distingue da noção do liberalismo clássico, pois substitui, a cada instante, o *homus economicus* parceiro de troca por um *homus economicus*, empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produto, sendo para si próprio (sua) renda (Foucault, 2008).

Dardot e Laval (2016), seguindo as perspectivas foucaultianas, definem o neoliberalismo como uma racionalidade política que governa por meio das subjetividades e que se propaga através da lógica empreendedora de mercado. Essa racionalidade, pautada num modelo de gestão empresarial, atua transformando as maneiras de ser, agir e pensar dos indivíduos (Costa, 2018), que passam a conceber a si mesmos e as sociedades como empresas. Assim, essa subjetividade, se apresenta como um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens, segundo o princípio universal da concorrência (Dardot; Laval, 2016). Desse modo, a racionalidade neoliberal, para além de implantar uma nova subjetividade política, impõe uma norma da existência, que converte toda pessoa em partículas do capital, isto é, capital humano.

Os indivíduos, considerados como capital humano, são interpretados não como cidadãos dotados de direitos, mas como atores de mercado que desempenham o papel de empreendedores, de si e das empresas (Brown, 2018). Nesse sentido, as relações sociais, a saúde, a educação, o trabalho, são tratados como práticas de investimento em si mesmo, sendo o “si mesmo” uma empresa individual; e tanto o trabalho quanto a cidadania aparecem como modos de pertencimento à (equipe da) empresa na qual se trabalha ou à

nação da qual se é membro (Brown, 2018). Assim, a lógica empreendedora atua como uma ideologia depositária (Carmo, 2021) e difusora da razão neoliberal. Essa lógica é mobilizada como um conjunto de práticas de governança, tratada como um mecanismo de reprodução do neoliberalismo. A governança é definida como um conjunto de práticas políticas e administrativas para governar e operar o “governo de si”, sendo considerada a “forma administrativa chave” para a sobrevivência do neoliberalismo e a principal ferramenta de produção da visão empreendedora e neoliberal.

Segundo Brown (2018), as práticas e discursos de governança são os responsáveis por mascarar as intenções das políticas neoliberais. Um exemplo disso são as transformações mobilizadas pelos ideais neoliberais nos princípios e valores sociais e nas concepções acerca da cidadania. A razão neoliberal, ao conceber os sujeitos como indivíduos-empresas e as sociedades como um conjunto de empresas de si, reduziu a cidadania a um investimento (Brown, 2018). Assim, os indivíduos como capital humano são tidos como auto investidores, responsáveis por seu próprio sucesso ou fracasso e, como cidadãos empreendedores de si, parte da nação-empresa, precisam maximizar sua própria saúde econômica assim como a da nação, através de gastos, poupança, empréstimos, trabalhar ou não trabalhar, dependendo das necessidades imediatas do capital (Brown, 2018).

As principais pautas neoliberais buscam a implantação das políticas de livre mercado, a redução do intervencionismo estatal no mercado financeiro e na economia privada dos cidadãos. Nesse sentido, entre as transformações operadas pelo governo neoliberal estão a mobilização de princípios e valores sociais e constitucionais a partir de ideologias empreendedoras, como as concepções de liberdade e igualdade social, tratadas como direitos sociais somente na medida em que forem exercidos no campo econômico. Assim, a liberdade é considerada como a maximização dos direitos individuais econômicos, produzida pela não intervenção do estado na economia e na esfera privada da vida, e a igualdade é considerada como uma condição de liberdade de atuação no campo econômico, segundo os princípios da concorrência.

Nesse sentido, o neoliberalismo mobiliza um conjunto de estratégias ideológicas em busca de seu avanço e dominação social, entre elas, a privatização dos serviços públicos e a redução na atuação do Estado como agente de proteção social. Essa visão é alimentada a partir da precarização dos serviços públicos, acompanhada de um ideal de individualização e responsabilização do indivíduo para com suas necessidades. Desse modo, o neoliberalismo não busca o fim do Estado, mas a redução de seu controle social,

para que o Mercado financeiro seja não só condutor da sua racionalidade, mas o regulador da vida social. Assim,

Os Estados não estão mais simplesmente “do lado das empresas”, mas envolvidos tão completamente nos mercados de ações e títulos (inclusive por dívida), que os próprios Estados enfraquecem quando esses mercados enfraquecem, correndo o risco de falir quando os últimos quebram (Brown, 2018, p.22).

Essa apropriação do Estado, busca a transformação do poder estatal em uma ferramenta de gestão social, que mantém o Estado como instituição mediadora do social, porém, destituída do papel de proteção social e de regulação do mercado, operando como uma estrutura a serviço do mercado. Nessa concepção, o indivíduo autônomo, empresário de si, deve ser independente do governo, não se utilizando de direitos sociais e políticas públicas por serem, na visão neoliberal, “dependências” que tiram a autonomia dos indivíduos.

Essas políticas de individualização e responsabilização do indivíduo, e de independência do Estado, se apoiam na ideologia meritocrática de que o sujeito é responsável por suas próprias lutas ou fracassos, de maneira que o Estado deve estar isento da responsabilidade de protegê-lo. Assim, essa responsabilização converte, discursiva e eticamente, o trabalhador, o estudante, o pobre, os pais e o consumidor, naquele cujo dever moral é buscar o auto investimento perspicaz e estratégias empreendedoras de autocuidado (Brown, 2018). O que, juntamente com as práticas de governança, causa o desmantelamento das ações coletivas e das políticas públicas, tornando os indivíduos extremamente isolados e desprotegidos, sob o risco de serem privados dos direitos sociais básicos.

Indivíduos responsabilizados são obrigados a sustentar a si mesmos, num contexto em que poderes e contingências limitam radicalmente sua habilidade de fazê-lo. Mas eles também são culpabilizados pelas desgraças do todo, e, mais importante, mesmo quando se comportam adequadamente considera-se legítimo sacrificá-los pela sobrevivência do todo (Brown, 2018, p.41).

Para Dardot e Laval (2016), essa estratégia de governamentalidade, por meio do autogoverno dos indivíduos, constitui a originalidade do modelo de governo neoliberal. A produção desse sujeito autorresponsabilizado e desamparado que encontra no papel do

empreendedor de si uma forma de sobrevivência, constitui-se na concepção de cidadania proposta pelo neoliberalismo. Nesse modelo de cidadania, o indivíduo é impelido a produzir e a conduzir a si próprio, para exercer uma cidadania sacrificial. Assim, os indivíduos são transformados em empreendedores de si, que se autoconcebem protagonistas de suas próprias realidades, sem que percebam a lógica que os governam.

A partir dessa concepção, considera-se que não se pode compreender as formas de reprodução social do neoliberalismo sem conferir as formas pelas quais ele foi criado, vivido e reinterpretado pelos sujeitos, nas diferentes formas de vida e táticas de resistência, que o combateram e o transformaram, que dele se aproveitam e que com ele sofreram (Gago, 2018). Nesse sentido, compreende-se que o neoliberalismo é reproduzido tanto pelas vias do Estado, como pode ser impulsionado por meio da sociedade civil, a partir das práticas e estratégias comunitárias de autogestão, apresentando-se como um conjunto de condições que se concretizam para além da vontade do governo, de sua legitimidade ou não (Gago, 2018). Desse modo, no modelo de governo neoliberal, as políticas sociais são consideradas instrumentos de reprodução das subjetividades neoliberais, visto que atuam na produção de sujeitos empreendedores de si, que diante das adversidades da vida, necessitam desenvolver competências e habilidades de autogestão e práticas de resistência.

1.2 A sociedade do trabalho neoliberal

As crises do sistema capitalista, iniciada na década de 1970, evidenciaram o declínio do capitalismo industrial e a ascensão de uma reestruturação do sistema produtivo que provocou profundas transformações no mundo do trabalho. Para além de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais, o novo modelo capitalista instaura novas formas de reprodução social, novas maneiras dos indivíduos se relacionarem entre si e com o trabalho. Para Antunes (2011), essas metamorfoses no capitalismo contemporâneo ascenderam a partir do quadro crítico de crise dos sistemas de acumulação fordista e Taylorista, e do keynesianismo, dando lugar ao sistema de produção Toyotista e um novo modelo de organização social, o neoliberalismo. Esse cenário foi marcado pelo esgotamento do padrão de acumulação Fordista/taylorista, queda do lucro, hipertrofia financeira e crise do *Welfare State* - Estado de bem estar social. Com isso, desenvolveu-se o processo de reestruturação produtiva do capital, por meio da ascensão do sistema de acumulação flexível e dos padrões toyotistas de organização do trabalho. Esse processo

ficou caracterizado pelos fenômenos dos avanços tecnológicos, da financeirização do capital, das ondas de privatização do Estado e pela informalização e precarização das relações de trabalho.

Para Harvey (1992), as modificações do sistema capitalista global se apresentam como uma incapacidade do sistema fordista/taylorista em lidar com as contradições do capitalismo. Nessa lógica, Antunes (2011) interpreta esse contexto como uma “crise estrutural do capitalismo”, que em resposta à sua própria crise, iniciou um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujo contorno mais evidente foi o advento do neoliberalismo (Antunes, 2011). O enfrentamento a essa crise estrutural do capital, busca a reestruturação produtiva por meio do sistema toyotista, porém conservando os elementos do sistema fordista/taylorista. Assim, busca-se desenvolver o capitalismo contemporâneo utilizando-se de novos e velhos mecanismos de acumulação (Antunes, 1999). Desse modo, argumenta-se que essas mudanças modificam não apenas o sistema de produção e a organização do trabalho, mas as subjetividades e as ideologias dos indivíduos.

Segundo Antunes (2011),

O capital iniciou um processo de reorganização das suas formas de dominação societal, não só procurando reorganizar em termos capitalistas o processo produtivo, mas procurando gestar um projeto de recuperação da hegemonia nas mais diversas esferas da sociabilidade. (Antunes, 2011, p. 31)

Assim, a reestruturação produtiva consolida-se através do plano ideológico, por meio da produção de subjetividades que constrói um ideário pautado no individualismo e na destruição da solidariedade social e coletiva. A acumulação flexível combina níveis relativamente altos de desemprego, taxas alarmantes de desigualdade social, com uma rápida destruição e reconstrução de habilidades, e enfraquecimento do poder sindical (Harvey, 1992). Conjuntamente, ocorre a redução do emprego regular, em paralelo ao crescente uso das formas de trabalho parcial, temporário, subcontratado, informal e precarizado. Esses processos atuam na conformação de um perfil de trabalhador contemporâneo que diante das crises, consente com as circunstâncias precárias e desiguais do mercado de trabalho.

Assim, analisar os elementos que dão forma a essas fases do capitalismo, torna-se um caminho necessário para compreender os aspectos que compõem as transformações da atual sociedade do trabalho. Nesse sentido, destaca-se que o fordismo e o taylorismo, são os sistemas da sociedade industrial que predominou durante o século XX. Os

elementos fundamentais para o funcionamento desse sistema foram, a produção em massa e o rígido controle do tempo e dos movimentos na linha de produção. Entre outros aspectos esses sistemas atuavam através dos trabalhadores especializados em suas respectivas funções, de maneira fragmentada, com uma organização de trabalho concentrada e verticalizada. A hierarquização das funções e, portanto, dos trabalhadores, a separação entre elaboração e execução no processo de trabalho (Antunes, 1999), e a concentração das decisões em um regime disciplinar das relações de trabalho, constituem as principais características desse sistema.

O toyotismo, representa um novo paradigma do sistema produtivo, uma nova forma produtiva que articula, de um lado, um significativo desenvolvimento tecnológico, e de outro, uma desconcentração produtiva baseada em empresas médias e pequenas, “artesanais” (Antunes, 2011). Nesse sentido, a sociedade do trabalho contemporâneo tem seu desenvolvimento amparado não mais na indústria, mas no setor de serviços. Assim, o novo sistema recusa a produção em massa e opta pela produção artesanal, com um modelo produtivo especializado e flexível. Privilegia-se a produção enxuta realizada por poucos profissionais, com altas demandas de trabalho e em curto prazo. A horizontalidade e a flexibilidade, caracterizam não apenas o sistema produtivo, mas também o ambiente organizacional do trabalho. Nesse sentido, ocorre a descentralização de funções, exigindo dos trabalhadores um comportamento flexível. Torna-se necessário trabalhadores habilidosos, porém não apenas com suas funções, mas preparados para assumirem diversas funções no ambiente de trabalho.

Outra mudança paradigmática promovida pela reestruturação produtiva, trata-se do aumento da informalidade, de trabalhadores exercendo atividades precárias e descaracterizadas de direitos e garantias legais. Esse aprofundamento da informalidade, atrelada à desvalorização do trabalho formal, ou assalariado, está relacionada à crise do sistema burocrático e as transformações subjetivas mobilizadas pelo novo modelo do capitalismo. Assim, o centro do debate sobre a nova sociedade do trabalho se concentra no aumento do desemprego, no aprofundamento das desigualdades e na intensificação da exploração do trabalho, observando-se paralelamente, a acumulação de riqueza das classes mais abastadas em âmbito global.

1.3 As transformações na esfera do trabalho no Brasil

As mudanças ocorridas no sistema capitalista com a crise dos padrões de acumulação taylorista na década de 1970, deram início ao desenvolvimento das políticas neoliberais, intensificadas a partir da década de 1990. No Brasil, durante os anos 1960 a 1980, a dinâmica do padrão de acumulação capitalista se baseava na vigência de um processo de superexploração da força de trabalho, caracterizado por baixos salários, ritmos de produção intensificados, jornadas prolongadas (Antunes, 2018). Nesse contexto, o país era governado por uma ditadura civil-militar, em um cenário que combinava o governo ditatorial com a super acumulação de capital. No início dos anos 1990, período de redemocratização brasileira, o desenvolvimento econômico e social do país ocorreu de maneira combinada a reestruturação produtiva global e a financeirização do capital, geradas a partir da implementação das políticas neoliberais.

O declínio do sistema industrial e a expansão do setor de serviços, decorrente da inserção do neoliberalismo no país, representa uma regressão das conquistas de direitos trabalhistas. Para Novaes et al (2022), o Brasil enfrenta o desemprego estrutural e a precarização do trabalho desde o início da regulamentação trabalhista, na década de 1930, durante o governo Vargas e a promoção das políticas desenvolvimentistas. Esse período, marcado pela crise econômica em decorrência do pós-crise de 1929, demarca a ascensão da industrialização do país. Nesse contexto, são criadas as condições para o direito do trabalho, sob a égide do compromisso da questão social, buscando garantir a dignidade humana no trabalho nas indústrias (Novais et al, 2022). Outro marco na esfera trabalhista foi a promulgação da CLT - Consolidação das Leis trabalhista, em 1943, que organizou as poucas leis trabalhistas existentes até o momento e criou novas normas essenciais ao sistema trabalhista como o salário, a jornada de trabalho e demais direitos e garantias do empregado e empregador.

Nesse panorama, o crescimento econômico, o aumento da renda e do consumo se realizou, porém sem compromisso com a política de estabilidade (Novais et al, 2022). Assim, com o ápice da crise da sociedade industrial do trabalho, na década 1980, e a adoção do modelo neoliberal, o Estado perde sua atuação desenvolvimentista. A expansão do sistema de serviços, demanda cada vez mais mão de obra com mais requisitos e formação, em um contexto de baixos índices educacionais, de modo que intensifica o desemprego. A recessão econômica devido à expansão dos processos de reestruturação produtiva, se aprofundou com a adoção de medidas neoliberais como as privatizações, abandono de políticas públicas e flexibilização do mercado de trabalho (Novais et al, 2022). Desse modo, o processo de estabilização e assalariamento no Brasil tem sido

marcado pela desestruturação do mercado de trabalho com um aumento massivo de desemprego, precarização de ocupações e subutilização de trabalhadores.

O contexto de redemocratização, iniciado na década de 1980, com o fim do regime militar e a abertura política, desenvolveu um novo processo de regulação do trabalho, por meio da Constituição Federal de 1988. Com isso, iniciou-se na década de 2000, um processo de melhoria na economia nacional e, por conseguinte, no mercado de trabalho, com aumento do emprego formal e expansão de políticas públicas. Entretanto, a partir da década de 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, a intensificação das políticas neoliberais, promoveu a eliminação desses direitos através de reformas que desregulamentaram as leis e promoveram a flexibilização das relações de trabalho. Esse cenário se intensifica no período do governo Lula, entre de 2004 e 2008, que apesar de traçar um caminho de novas perspectivas econômicas para o Brasil e implementar políticas que provocaram melhorias significativas na esfera do trabalho, atendendo as expectativas da classe trabalhadora, também promoveu medidas presentes na agenda neoliberal (Novais et al, 2022). Renovando essa dualidade, o governo sucessor, presidido por Dilma Rousseff (2010-2016), permaneceu articulando os direitos trabalhistas com as políticas neoliberais.

A crise de 2008, iniciada nos Estados Unidos e provocada pelo sistema neoliberal, desencadeou uma conjuntura de crise econômica, política e social no Brasil. Assim, a partir de 2015, esse cenário de crises gerou um novo ciclo de políticas de austeridade no país, que somado ao golpe parlamentar que provocou o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, representam um ponto de inflexão na trajetória política, econômica e social do país (Krein: Colombi, 2019). Nesse cenário, inicia-se uma série de ofensivas aos direitos dos trabalhadores, com o objetivo de legitimar e institucionalizar a precarização do trabalho (Novaes et al, 2022), utilizando-se dos aparatos do estado para consolidar um projeto guiado por políticos e empresários para “modernizar as relações trabalhistas”.

O ano de 2017, sob o governo de Michel Temer, representa o marco do retrocesso dos direitos trabalhistas no Brasil. As leis nº 13.467/2017 e nº 13.429/2017, promulgadas em novembro de 2017, consolidaram a reforma trabalhista, parte do projeto neoliberal em curso no Brasil. Essas leis aprovaram um pacote de medidas de flexibilização e retirada de direitos dos trabalhadores, deixando os trabalhadores desprotegidos e vulneráveis a condições de superexploração. Segundo Krein e Colombi (2019), a reforma contribuiu para a legalização de práticas de flexibilização que já estavam presentes no mercado de

trabalho brasileiro, como a terceirização, o incentivo à remuneração variável e a “despadronização” da jornada de trabalho (Krein; Colombi, 2019).

Com esses dispositivos, a reforma, por um lado, busca legalizar práticas de flexibilização que já estavam vigentes no mercado de trabalho brasileiro, a exemplo da terceirização, do incentivo à remuneração variável e da despadronização da jornada de trabalho. Por outro lado, ela cria uma série de regras que permitem aos empregadores ajustar com facilidade a demanda por mão de obra de acordo com a necessidade das empresas e da dinâmica do mercado, haja vista a criação de novas formas de contratação, como o trabalho intermitente (Krein; Colombi, 2019).

Nesse sentido, o discurso da modernização das relações trabalhistas vem sendo instrumentalizado como pano de fundo para os reais objetivos da reforma trabalhista de 2017: consolidar as políticas neoliberais que dão forma à nova fase do capitalismo flexível. Segundo Antunes (2018), a reestruturação produtiva em escala global modelou uma nova *morfologia do trabalho*, que no Brasil se apresenta centrada na produção de capital pautada na informalidade. Nesse sentido, o elemento em destaque na sociedade neoliberal é o trabalho informal. Essa informalidade não é interpretada apenas pelas formas de trabalho despossuídas de um contrato de trabalho formal com base na CLT - Consolidação de normas trabalhistas. Trata-se de um tipo de informalidade baseado na precarização das relações de trabalho e superexploração da força de trabalho, encoberto por uma produção discursiva neoliberal que coloca em xeque a autonomia e liberdade individual dos trabalhadores. Nesse sentido, a reforma neoliberal busca criar diversas regras que proporcionam maior liberdade para os empregadores ajustarem a demanda e a forma de utilização da força de trabalho de acordo com suas necessidades. Assim, cria-se novos formatos de trabalho, que são regulados por meio de contratos formais, porém descaracterizados de direitos e garantias que compõem o trabalho formal (assalariado). São alguns deles, o contrato temporário e o contrato intermitente, em que o trabalhador se mantém à disposição do empregador para atendê-lo quando necessário, sendo remunerado somente pelas horas de trabalho ativo.

Nessa concepção, a acumulação flexível (Harvey, 1992), se revela no mundo do trabalho a partir da flexibilização das jornadas de trabalho, das funções de trabalho pré-estabelecidas e dos salários recebidos. O tempo de trabalho flexível gera jornadas de mais de 12 horas de trabalho diárias, promove organizações de trabalho com alta demanda de produtividade, reunindo diversas funções diferenciadas para um único trabalhador e salários baixos. Essa informalidade é intensificada com o surgimento do trabalho

plataformizado – relações de trabalho mediada por plataformas digitais. Nesse sentido, o capitalismo neoliberal cria dispositivos que retiram a proteção do trabalhador e o tornam responsável por angariar os requisitos exigidos pelo mercado e por planejar sua vida entre ocupações que o remunerem em patamar suficiente para reprodução da existência em curto prazo (Krein; Colombi, 2019). Desse modo,

O aumento da exploração do trabalho, que passou cada vez mais a se configurar de fato como superexploração da força de trabalho, além de aumentar o desemprego, ampliou enormemente a informalidade, a terceirização e a flexibilização da força de trabalho, processo esse que atinge não só os países do Sul, as periferias do sistema, mas também os países centrais (Antunes, 2018).

A terceirização, definida pela transferência de atividades entre empresas, combina uma estrutura integrada e horizontalizada de operação que visa reduzir os custos operacionais das atividades, ampliando assim a intensidade da jornada de trabalho. Nesse sentido, a terceirização se apresenta como uma outra face da informalidade, constituindo-se em um dos seus principais mecanismos (Antunes, 2018). Desse modo, a reforma trabalhista está legalizando para todos os trabalhadores: a precarização como regra (Druck; Dutra; Silva, 2019).

A desestabilização das organizações sindicais também faz parte das estratégias guiadas pela racionalidade neoliberal, para suprimir a capacidade de organização coletiva dos trabalhadores em prol de seus direitos. Nesse contexto, a reforma de 2017 promoveu a desobrigação da contribuição sindical, provocando a fragmentação dessas entidades e a desmobilização dos trabalhadores. Nesse sentido, a flexibilização molda uma nova concepção de indivíduo e de trabalhador, que são concebidos a partir de ideologias que os conduzem a responsabilizar-se por si próprios e arcam com os riscos da atividade laboral.

Antunes (2018) e Abílio (2020), apontam para uma nova redefinição das relações de trabalho provocadas pelo fenômeno da uberização. Esse fenômeno se apresenta através das modalidades de trabalho just-in-time, trabalho por demanda, mediado por plataformas de serviços, em que o trabalhador exerce as atividades de maneira autônoma, sem vínculos empregatícios, assumindo os riscos e custos de sua atividade, exercendo-a sem regulações, proteções ou direitos trabalhistas. Assim, o trabalho uberizado é definido como um amplo processo de informalização do trabalho, processo que traz mudanças

qualitativas para a própria definição de trabalho informal (Abílio, 2020). Nesse sentido, a uberização

refere-se às regulações estatais e ao papel ativo do Estado na eliminação de direitos, de mediações e controles publicamente constituídos; resulta da flexibilização do trabalho, aqui compreendida como essa eliminação de freios legais à exploração do trabalho, que envolve a legitimação, legalização e banalização da transferência de custos e riscos ao trabalhador (Abílio, 2020, p. 112)

O Estado, assim como o mercado empresarial atuam na sustentação dessa nova sociedade do trabalho precarizada. Nessa concepção, a uberização, para além de representar o trabalho mediado por plataformas ou novas modalidades de trabalho, é compreendida como uma tendência da generalização das configurações de trabalhos precarizados, invisibilizadas e fortemente associadas à marginalidade, ao trabalho informal e, mais genericamente, ao mundo do trabalho da periferia (Abílio, 2020).

Nesse sentido, a uberização opera a partir das ideologias empreendedoras, que apontam os trabalhadores como chefes de si mesmos. Nessa lógica, o empreendedorismo é difundido no mundo do trabalho como um conjunto de ideias, hábitos, comportamentos e habilidades, que os indivíduos podem mobilizar para se tornarem protagonistas de suas vidas, por meio da possibilidade de moldar seu projeto de futuro, com a conquista de liberdade sobre suas ações e escolhas. O empreendedorismo, além de produzir normas sociais (Dardot; Laval, 2016), é interpretado como um modo de vida neoliberal (Amorim et al, 2021). Esse modo de vida, considerado hegemônico (Amorim et al, 2021), atua como uma força dominante na sociedade, sendo considerado um produto das articulações entre a sociedade civil e política, instrumentalizado por uma fração da classe dominante sobre toda a sociedade, uma forma de revolução passiva baseada na produção de consensos, e não apenas em mecanismos de coerção (Amorim et al, 2021). Tal produção é promovida tanto pelas vias pública como privadamente, como pode ser notado no caso brasileiro (Amorim et al, 2021).

A organização flexível e instável do trabalho produz um ethos empreendedor (Krein; Colombi, 2019), que conduz o trabalhador a atuar dentro da lógica imposta pelo capital e a aceitar as condições de precarização, que deixam as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros mais expostos a situações de vulnerabilidade social. Esse ethos é produzido por meio da ameaça de desemprego presente no horizonte do trabalhador assalariado.

Nesse cenário, destaca-se a aprovação da reforma no ensino médio, pela Lei nº 13.415 em 2017, Nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases da educação, sob a justificativa de promover uma melhor preparação dos alunos para o mercado de trabalho (Krein, Colombi, 2019). As alterações realizadas na LDB, concentram-se na formação profissional e no desenvolvimento de competências, alinhadas às exigências do mercado de trabalho atual, isto é, nos moldes do capitalismo flexível, excluindo o papel questionador e a formação integrada (Krein, Colombi, 2019). Desse modo, as reformas são parte de uma estratégia de consolidação do projeto neoliberal e meritocrático de transformação dos indivíduos em capital humano.

Nesse contexto, os programas de aprendizagem profissional, se apresentam como espaços de mediação dos jovens entre o campo da educação e do trabalho, promovendo o desenvolvimento das habilidades dos sujeitos para atender as demandas do mercado de trabalho formal contemporâneo. Nesse sentido, esses projetos atuam como ambientes de capacitação empreendedora para os jovens, operando como instrumentos de reprodução das políticas neoliberais e espaço de formação do sujeito neoliberal.

1.4 A Educação Profissional e a Pedagogia Empreendedora no Contexto do desenvolvimento da sociedade Neoliberal

A educação profissional no Brasil remonta desde a era colonial, como um processo de construção de uma educação centrada em gerar trabalhadores qualificados. Assim, o baixo índice de formação educacional da população e a necessidade de indivíduos com habilidades profissionais, fizeram parte dos discursos que deram origem à primeira política pública de educação profissional no país, na década de 1940, com a criação do Senai, inaugurando o Sistema S. Nesse sentido, a educação é apresentada como a via de alcance do progresso nacional e passou a ser considerada a necessidade de educar a população para a conquista da modernização, sobretudo no contexto da industrialização. No período pós segunda guerra, com a ascensão do *Welfare State*, o Estado passou a assumir as políticas de proteção social e houve a expansão do sistema educacional do país, apontando a educação como uma produção de emancipação dos sujeitos. A educação então, passa a ser interpretada como um instrumento para atender as demandas do sistema produtivo e fornecer meios de ascensão social aos indivíduos. Desse modo, a educação profissional era veiculada como um projeto de desenvolvimento nacional, que produziria

a integração nacional e internacional e, com isso, promoveria o crescimento econômico e social e a inclusão e a justiça social.

Para além de produzir aspirações de ascensão social nos indivíduos, a educação foi considerada um espaço de produção e reprodução de ideologias, sendo mobilizada como ferramenta das elites para formar subjetividades, moldar comportamentos e exercer seu controle sob as classes populares. Assim, através da educação é possível formar os indivíduos de acordo com os interesses das classes dominantes. Frigotto (2015), ressalta que a partir desse contexto, tornou-se necessário a criação de instituições específicas que cuidassem da organização e reprodução do conhecimento e dos valores para a sociedade. A escola, por meio da educação formal, surge como a instituição responsável por essa formação, tendo como finalidade a formação civilizatória (Elias) e profissional dos sujeitos. Assim, as escolas serviram de base para a criação das instituições voltadas especificamente para as atividades profissionais, que desde o princípio, foram pensadas para promover uma educação restrita e na ótica das demandas do mercado, para os trabalhadores (Frigotto, 2015).

Nesse sentido, a educação profissional, dirigida aos trabalhadores das classes populares, é conduzida para ensinar, treinar, adestrar, formar ou educar na função de produção adequada a um determinado projeto de desenvolvimento, pensado pelas classes dirigentes (Frigotto, 2015). Dessa maneira, a relação entre Educação e Trabalho é um processo gerado pelo próprio modo de produção capitalista (Frigotto, 2015). Frigotto (2015), pensando a relação dessas práticas como uma relação dialética, aponta que tanto a dimensão da educação, como do trabalho, são campos em disputas, marcados pelas lutas de classe. Assim, esses espaços são, desde de sua origem no Brasil, alvo de disputas entre classes.

Nesse contexto, a expansão do sistema educacional sempre foi marcada por exclusões e desigualdades. Mesmo com a estatização da educação primária na década de 1950, as taxas de analfabetismo, evasão escolar etc, permaneceram altas, sobretudo no período da ditadura militar (1964-1979), dirigida pelo autoritarismo. Isto evidencia como a educação brasileira é produzida para atender as classes dominantes, e quando necessário, as classes dominadas, para atingir os seus interesses. Nesse contexto, a taxa de escolarização do país é apontada há décadas como alarmante, devido aos baixos índices, que apesar de ter apresentado avanços durante os anos iniciais do século XXI com a implementação da universalização da educação, considerando-a como um direito social e individual, permanece como uma emergente questão a ser analisada.

Segundo Laval (2019), diante das crises estruturais de desemprego e desigualdades sociais, colocou-se como necessário democratizar o ensino, torná-lo acessível e universalizar a educação, porém, a massificação escolar não conduziu a uma superação dessa questão social, muito menos promoveu a convivência harmoniosa entre os interesses das classes dominantes e das classes populares. Pelo contrário, elas foram agravadas por políticas liberais que acentuaram a marginalização de partes importantes da população e aprofundaram as desigualdades (Laval, 2016).

Assim, verifica-se com recorrência a falta de formação educacional e acadêmica ser veiculada como o gerador do desemprego, das crises no mundo do trabalho e até da própria pobreza. Essa narrativa, além de criminalizar a pobreza, coloca os trabalhadores, ou as classes populares como os produtores da pobreza e das desigualdades, culpabilizando-os pelos problemas sociais. Narrativas como essa fazem parte dos discursos das elites para encobrir a exploração do trabalho e a acumulação de capital como produtores das desigualdades sociais.

O sistema neoliberal, iniciado a partir da década de 1970, provocou transformações no campo da educação com a reestruturação produtiva do capital. No Brasil, a onda neoliberal iniciou uma série de reformas educacionais sucessivas, que tomam a economia e o sistema empresarial como modelo institucional, transformando a competitividade no axioma dominante dos sistemas educacionais (Laval, 2019). Nesse sentido,

o controle direto e mais estrito da formação fundamental e profissionalizante é um dos grandes objetivos dos meios econômicos. Essa formação não somente vai determinar o nível de eficácia econômica e o dinamismo da inovação como vai fornecer um mercado muito promissor às empresas. A educação não dá apenas uma contribuição fundamental à economia, não é apenas um *input* em uma função de produção, mas é entendida como fator cujas condições de produção devem se submeter plenamente à lógica econômica (Laval, 2019, p. 14)

Assim, a educação torna-se um sistema que deve atuar tendo como referência a lógica econômica e o mercado, buscando continuamente a melhoria da produtividade, do desempenho e da eficiência, não apenas para as escolas ou instituições de aprendizagem, mas também para o mercado. Nesse sentido, a economia começa a ocupar o centro da vida individual e coletiva (Laval, 2019), de modo que a eficiência produtiva nas diversas áreas da vida e o sucesso pessoal, tornam-se valores sociais imprescindíveis. Para isso, o saber e o conhecimento a serem adquiridos no processo de aprendizagem não

são mais o objetivo fundamental a ser alcançado no processo de formação, mas o importante é o “aprender a aprender” (Laval,2019). O que importa na educação neoliberal é formar indivíduos que desenvolvam habilidades e competências que atendam as necessidades de mercado. Nesse sentido, a educação busca desenvolver nos indivíduos uma mobilidade intelectual, mental e afetiva, para adquirirem múltiplos saberes e estarem preparados para lidar com diferentes circunstâncias, tornando-se sujeitos adaptáveis.

Laval (2019), destaca a concepção neoliberal de que “em uma sociedade cada vez mais marcada pela instabilidade das posições, sejam elas profissionais, sociais ou familiares, o sistema educacional deve preparar os alunos para um cenário de incerteza crescente”. Nesse contexto, as políticas neoliberais se apropriam da crítica ao ensino tradicional, por meio da ideia de que a educação, seja escolar ou profissionalizante, precisa preparar o indivíduo “para a vida”. Com isso, propõe-se a preparação dos sujeitos a partir de um modelo de comportamento e de subjetividade que aprendam competências criativas, socioemocionais e econômicas para lidarem com os desafios da vida. A partir dessa concepção, encontra-se a difusão de ideias em defesa de uma formação escolar ou de qualificação profissional que devem priorizar conteúdos centrados na inovação, na economia e no mercado, afinal, nessa lógica, é preciso formar o cidadão para o mercado. Desse modo, a educação é tida como uma ferramenta de formação a serviço do mercado empresarial, que busca formar indivíduos cada vez mais flexíveis para atender às suas demandas. Nessa lógica, as desigualdades são reduzidas a percalços.

A referência ideal da educação passou a ser o “trabalhador flexível” (Laval, 2019). A autoaprendizagem torna-se parte desse novo ideal de cidadão e de trabalhador, que precisa desenvolver uma constante criatividade e autenticidade, inovando a todo momento, em tudo que faz na sociedade concorrencial. Nesse sentido,

O empregador não espera mais do assalariado uma obediência passiva a instruções precisas: ele quer que o assalariado utilize as novas tecnologias, compreenda melhor o sistema de produção ou comercialização no qual sua função está inserida, deseja que ele seja capaz de enfrentar as incertezas e demonstre liberdade, iniciativa e autonomia. Em resumo, o empregador quer que, em vez de obedecer cegamente às ordens superiores, o assalariado seja capaz de discernir e analisar para impor a si mesmo uma conduta eficiente, como se esta última fosse ditada pelas exigências do próprio real (Laval, 2019, p. 42).

A autodisciplina, disfarçada de autonomia, é uma das características fundamentais desse novo sujeito neoliberal. O neoliberalismo busca produzir indivíduos que promovam a gestão de suas próprias realidades e de suas próprias demandas. Esse sujeito

individualizado, é conduzido a se autoregular e a atender todas as suas demandas educacionais, emocionais, sociais. Ele é lançado em uma dinâmica em que é preparado para se autoresponsabilizar pelo individual e também pelo coletivo, mas compelido a não compartilhar essa responsabilidade. A doutrina desse autogerenciamento é mobilizada a partir das constantes crises que produzem uma condição de insegurança.

A identidade no trabalho – e pelo trabalho – se fragilizou com o desemprego em massa e a crescente instabilidade de empregos e postos de trabalho da qual os assalariados são vítimas. A insegurança afeta não apenas a posse de um emprego, mas também o conteúdo da profissão, a natureza das tarefas, a participação na empresa, as qualificações do indivíduo dentro de uma organização de trabalho mais “fluida” (Laval, 2019, p.45)

Nessa lógica, o trabalhador é definido não mais pela sua profissão ou emprego, tão pouco pela formação escolar e acadêmica, mas pela capacidade de acumular habilidades que lhe agreguem valor no mercado. Nesse sentido, a variável mais importante para avaliar a capacidade de aprendizagem é o “rendimento”. Assim, a capacidade de produtividade do aluno ou do trabalhador, transforma-se na questão central, na escola, no trabalho e na vida. Desse modo, a educação neoliberal alimenta uma busca insaciável pelo bom desempenho. Para exemplificar as transformações do capitalismo neoliberal na educação, Laval (2019), destaca a perda do sentido social dos títulos e diplomas universitários. Se na sociedade industrial, os diplomas eram mobilizados como um símbolo de ascensão, de garantia de sucesso, almejados pela classe trabalhadora, na sociedade neoliberal ele é substituído pelas aquisições das competências, reforçando a ideia da aquisição de competências por meio das habilidades que atendam ao mercado, para que o empresariado tenha cada vez mais poder sobre o empregado. Desse modo, os dirigentes das empresas querem transformar a “competência” em uma ferramenta que permita uma análise fina da empregabilidade, a vigilância constante da mão de obra e o controle mais estrito sobre o trabalho (Laval, 2019). Desse modo, tanto a educação como o trabalho se igualam cada vez mais a uma mercadoria como qualquer outra, perdendo qualquer força mobilizadora do coletivo.

Segundo Dardot e Laval (2016), a principal ideologia legitimadora dessa transformação neoliberal é a Teoria do Capital Humano, desenvolvida pelo economista Theodore Schultz, na década de 1960. Schultz, define o capital humano como um bem privado que proporciona um retorno ao indivíduo que o detém. Nesse sentido, o capital humano é tudo aquilo que é adquirido pelos sujeitos e que gera algum retorno para ele, uma forma de investimento que gera rentabilidade. Nessa lógica, os sujeitos devem tomar

tudo aquilo que é considerado um bem, como um capital que agrega mais valor aos indivíduos. Assim, a educação é tratada como o mais importante capital humano, sendo considerada como,

Um dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho e, conseqüentemente, as diferenças de produtividade e renda. Um acréscimo marginal de escolaridade, corresponderia a um acréscimo marginal de produtividade. A renda é tida como função da produtividade, donde, a uma dada produtividade marginal, corresponde uma renda marginal (Shultz, 1960)

Essa teoria é responsável por transformar o próprio homem em um capital (Dardot e Laval, 2016). O indivíduo passa a conceber a si mesmo e os outros como um bem que precisa agregar valor a si. Para Dardot e Laval, (2016) a formação desse neosujeito, interpretado como capital humano, é realizada por dois caminhos estratégicos promovidos pelo neoliberalismo: a criação de situações de mercado e a produção do sujeito empresarial.

Na sociedade neoliberal, o mercado não é somente um espaço do desenvolvimento econômico e de circulação do consumo, mas considerado um espaço de formação do sujeito. Assim,

O mercado é concebido, portanto, como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. O processo de mercado constrói seu próprio sujeito. Ele é autoconstrutivo (Dardot; Laval, 2016, p.146).

Nesse sentido, o indivíduo é interpretado como uma empresa de si que encontra no mercado um espaço de formação. Assim, a concepção da empresa de si mesma não é mobilizada apenas como uma ideologia, mas como uma subjetividade que fornece meios técnicos e instrumentos para a conformação de um ideal de cidadania neoliberal. Esse indivíduo precisa aprender, seja por meio da escola, faculdade ou trabalho, a ser um sujeito “ativo” e “autônomo” na e pela ação que ele deve operar sobre si mesmo (Dardot; Laval, 2016). A partir disso, os indivíduos são conduzidos a desenvolver a autoaprendizagem para criar estratégias que aumentem o seu capital humano e possam valorizá-lo. Esse desenvolvimento de si mesmo é considerado uma subjetividade, um comportamento, um modo de agir que precisa ser incorporado como estilo de vida para a gestão da identidade, do processo de desenvolvimento capital humano e da administração das múltiplas atividades do sujeito neoliberal.

Nesse sentido, o indivíduo evocado pela sociedade neoliberal é o sujeito Empreendedor de Si, que interpreta a vida a partir da subjetividade

empresarial/empreendedora, construída pela intercessão entre a teoria do capital humano, a lógica meritocrática e as ideologias do capitalismo neoliberal. Desse modo, a formação proposta pelas instituições de aprendizagem profissional é direcionada para a construção do Jovem trabalhador e empreendedor de si.

Segundo Gohn (2006), os programas de capacitação profissional são desenvolvidos a partir do desenvolvimento da educação não-formal, que busca promover a interação dos sujeitos a construção das identidades individuais e coletivas e a formação cidadã, além de promoverem a formação dos indivíduos para o mercado de trabalho. A educação não-formal atua também sobre aspectos subjetivos do grupo, formando uma cultura política. Nessa perspectiva, a educação não-formal está atrelada ao desenvolvimento e a aquisição de capital social dos jovens, que ocorre através da capacitação ou da potencialização de suas habilidades. Assim, esses programas atuam entre o campo da educação e do trabalho, como uma maneira de construir sujeitos para atender a certas regras e normas do mercado de trabalho. Itelvino et al (2018), ressalta o caráter empreendedor da formação educacional não-formal, que busca promover a aquisição de capital social pelos indivíduos, como uma forma de produzir sujeitos empreendedores de si.

O conceito de capital social, elaborada pelo sociólogo Pierre Bourdieu, é apresentado como um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de Inter reconhecimento (BOURDIEU, 1998). Nessa lógica, o capital social é apresentado como um conjunto de práticas que é incorporada pelo indivíduo e que lhe permite entrar no jogo das disputas nas diversas esferas sociais, interpretadas por Bourdieu como Campos, sejam eles sociais, políticos, econômicos ou culturais.

O conjunto de capital adquirido pelos indivíduos é interpretado como *habitus*, que corresponde às disposições e gostos praticados pelos agentes sociais ou grupos, que revelam seu capital incorporado e objetivado e por conseguinte, suas posições sociais. Destaca-se que os gostos são concebidos, não em termos da relação abstrata entre os gostos dos consumidores e as propriedades dos produtos, mas trata-se da relação dos gostos que variam conforme as condições econômicas e sociais de sua produção e que se relacionam como marcadores da identidade social. O *habitus*, nesse sentido, é apresentado como uma forma incorporada das condições de classe e dos condicionantes que ela impõe (BOURDIEU, 1996).

Ao considerar o desenvolvimento das políticas neoliberais dentro do campo político, Bourdieu (1996), argumenta que o neoliberalismo se apresenta a partir de um conjunto de habitus impostos aos sujeitos através do Estado, reconhecido por ele, como principal ferramenta neoliberal. Nessa lógica, o habitus neoliberal é propagado através do empreendedorismo como um conjunto de práticas que visa moldar os indivíduos para governá-los. Nesse sentido, destaca-se que a teoria do capital humano, enquanto incorporação de capital ao indivíduo e o capital social como o conjunto de capitais que demarcam suas identidades, posições sociais e operam na produção das redes de relacionamento dos sujeitos, se articulam no contexto de desenvolvimento educativo e profissional, como dispositivos de potencialização do protagonismo dos sujeitos. Assim, essas concepções se conectam através da articulação dos discursos empresariais acerca do desenvolvimento econômico e social gerada por meio do empreendedorismo de si e os discursos da superação das desigualdades sociais a partir da aquisição de capital social, promovida pelas instituições desenvolvedoras de políticas sociais.

2. AS JUVENTUDES E AS POLÍTICAS DE APRENDIZAGEM NO BRASIL

A definição de Juventude é carregada de sentidos que comumente é atrelada a concepções morais negativas acerca dessa categoria. Quando falamos de Juventude, podemos pensar em um período de experiência entre a infância e a vida adulta, propondo um recorte etário de 15 a 24 anos. Porém, a juventude não é só fase, a idade envolve elementos de classe, raça e gênero entre outros aspectos sociais (Santos, 2021), que atuam na construção da experiência juvenil. Nesse sentido, a Juventude também não pode ser considerada homogênea, como se pertencesse a um grupo coeso, pois vivenciam experiências distintas, sendo necessário falar em Juventudes, com S no final (Santos, 2021).

Para Groppo (2021), a Sociologia Crítica, inaugurada por Karl Mannheim, foi a responsável por considerar as Juventudes a partir de uma concepção geracional, como um período transitório da vida dos indivíduos. Essa transitoriedade, do período que se considera a adolescência, para a vida adulta, é vista como um processo passageiro e que incide sobre o que aquele indivíduo se tornará. Embora essa concepção promova o reconhecimento das potencialidades dos jovens e do papel das juventudes na transformação social, atribuindo um sentido positivo a este papel, a noção geracional evocava uma perspectiva moratória das juventudes. Segundo Dayrell (2003) essa é uma das concepções mais arraigadas sobre as Juventudes, colocando-as como uma condição de transitoriedade, na qual o jovem é um “vir a ser” (Dayrell, 2003). Trata-se a condição juvenil como uma passagem da infância para a vida adulta, negando o presente vivido do jovem e descartando sua condição como um espaço válido de formação. Nesse sentido, observa-se os discursos do senso-comum acerca das Juventudes a partir de uma dicotomia que

Enxerga o jovem reduzido apenas ao campo da cultura, como se ele só expressasse a sua condição juvenil nos finais de semana ou quando envolvido em atividades culturais. Essas imagens convivem com outra: a juventude vista como um momento de crise, uma fase difícil, dominada por conflitos com a autoestima e/ou com a personalidade (Dayrell, 2003).

Essas concepções tratam as Juventudes como um processo de rebeldia e distração, anulando suas potencialidades. Assim, os jovens ora são vistos como problemas ou como setores que precisam ser objeto de atenção (Sposito, 2003). É a partir dessa perspectiva

que surgem as políticas públicas centradas nas Juventudes, em especial, as políticas nacionais de aprendizagem profissional.

Segundo Sposito (2003), durante a década de 1960, considerava-se os jovens ora como um “problema social”, ora como os responsáveis pela mudança social. Essa concepção se modifica com a inserção dos jovens no mercado de trabalho, passando a interpreta-los como uma categoria responsável pelo desenvolvimento econômico. Assim, os jovens tornaram-se valiosas fontes de mão-de-obra para o mercado de trabalho e sua atuação profissional, uma importante fonte de auxílio na renda familiar. Entretanto, as juventudes consideradas como uma categoria em vulnerabilidade, e que precisa ser inserida no mercado de trabalho desde a adolescência, são as juventudes pertencentes a classe trabalhadora.

Nesse sentido, o trabalho é apontado como um caminho a ser seguido com o objetivo de evitar ociosidade e os possíveis desvios. Assim, por décadas, a exploração do trabalho de jovens e adolescentes no Brasil não apenas deixou de ser delimitada como um fator nocivo, como era vista como algo positivo diante da situação socioeconômica em que vivem muitos deles, principalmente em condições de pobreza e exclusão social (Pitz, 2023). Desse modo, essa concepção focalizada se apresenta como um reforço aos estigmas que cercam a condição juvenil, sobretudo aquelas juventudes inseridas em contextos de pobreza e exclusão social.

Segundo Abramo (1997), durante a década de 1980, a juventude apareceu então como a categoria portadora da possibilidade de transformação profunda, porém, desencadeando uma problematização moral em relação a integração social dos jovens que passam a serem vistos como questionadores da ordem social vigente. Na década de 1990, com a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas (Abramo, 1997), começam a questionar as juventudes como categorias acometidas pelo hedonismo e pela ociosidade. É nesse contexto que, emergem os projetos de políticas públicas de aprendizagem social, como uma solução que visa preencher o ócio dos jovens e tira-los das ruas.

Nessa concepção, os jovens eram considerados uma categoria em risco social que precisava ser salva do crime, da violência, do ócio e de si mesmo. Assim, surge o protagonismo juvenil como um recurso para emponderar os jovens e disponibilizar recursos para que eles possam se tornar os protagonistas de suas realidades. Nesse contexto, trona-se crescente o avanço de políticas sociais que visavam educar e profissionalizar as juventudes.

A partir do momento que se concebe as juventudes como uma categoria em construção social, passa-se a reconhecer as potencialidades dos jovens e as diferentes variáveis sociais, culturais, políticas e simbólicas que permeia suas realidades. Nesse sentido, as juventudes passam a ser considerada uma categoria que imprime em sua gênese a construção social, em que sua forma peculiar de viver em grupo, vestir-se, pensar, falar, viver e ser está em constante mudança (Sheila et al, 2021). Entretanto, essa categoria passa a ser afetada pelas subjetividades neoliberais que busca impor normas e regras de condutas, conduzindo-os a se conceberem como empreendedores. Desse modo, a pesquisa busca problematizar como as políticas de aprendizagem profissional aponta as juventudes nesse paradoxo entre o risco social e o protagonismo juvenil, para induzi-las a capacitar-se para um mundo produtivo (Sheila et al, 2021), e assim, incorporar as lógicas neoliberais do empreendedorismo de si.

2.1 As Políticas de Aprendizagem Profissional

O Programa Nacional de Aprendizagem é uma iniciativa do governo federal para desenvolver políticas de aprendizagem profissional que atuem como ferramentas de políticas públicas na promoção de oportunidades para os jovens acessarem o mercado de trabalho formal e combater a exploração do trabalho infantil.

Nesse sentido, o Programa de Aprendizagem Profissional é inaugurado no Brasil a partir dos governos do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945), por meio da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), pelo Decreto-Lei de n.º 4.048 de 22 de janeiro de 1942. O Senai tornou-se referência pedagógica para os trabalhadores aprendizes, auxiliando no estabelecimento da obrigatoriedade dos cursos de aprendizagem industrial, instaurada por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), criada pelo decreto-Lei de n.º 5.452 de 1º de maio de 1943. A CLT estabeleceu que para atuar como aprendiz, os jovens deveriam ter entre 12 e 18 anos de idade, sendo proibido, apenas aos adolescentes entre 12 e 14 anos, o trabalho em áreas de risco que viesse a prejudicar a saúde, física ou emocional, a moralidade, o desenvolvimento normal e a frequência à escola para sua formação primária (Moura, 2023). Assim, a atuação do SENAI contribuiu para o desenvolvimento do Sistema Nacional do Comércio (SENAC), criado pelo Decreto-Lei de n.º 8.622 de 10 de janeiro de 1946.

O Senac seguiu a mesma linha de conteúdo e atuação do Senai e ambos atuaram a partir de uma perspectiva pragmática e disciplinadora (Moura, 2023), com o objetivo

de preencher a ociosidade dos jovens e preveni-los de ocupações consideradas desviantes. Buscava-se combater a exploração do trabalho infantil, promovendo experiências em trabalhos formais, respaldado pelas leis trabalhistas, para adolescentes e jovens trabalhadores. A partir disso, foi criado o Sistema “S” (Senai, Senac, Senar, Senat, SESCOOP), como parte do Programa de Aprendizagem Profissional, com instituições programadas para atuar no desenvolvimento profissional de trabalhadores em todos os setores de trabalho.

A Constituição Federal de 1988 representa um marco na proibição do trabalho infantil no Brasil, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), que estabelece a proibição da realização de qualquer atividade laboral para indivíduos menores de 18 anos. Destaca-se também a Emenda nº 20/1998, que em seu art. 7º, inciso XXXIII, regulamentou a “proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”. Assim, diante da necessidade da regulamentação dessa inserção dos jovens no espaço laboral, criou-se o Programa Jovem Aprendiz, implementado pela Lei nº 10.097/2000 e ampliado pelo Decreto Federal nº 5.598/2005, editado com o objetivo de regulamentar os contratos dos aprendizes e definir os parâmetros das cotas de aprendizagem. Assim, a Lei Federal de nº 11.180 também de 2005, promove a alteração da idade máxima do Aprendiz de 18 para 24 anos.

Nesse sentido, o programa Jovem Aprendiz se apresenta como uma política pública elaborado com a função de promover a inserção dos jovens entre os 14 e os 24 anos no mundo do trabalho formal, com direitos e garantias assegurados conforme a CLT. A Lei de aprendizagem, para além de formalizar o contrato de aprendiz, estipula que o programa deve atuar como uma política de combate às desigualdades e de promoção de inclusão social, priorizando o atendimento de jovens considerados em situação de vulnerabilidade social. A frequência e o desempenho escolar do ensino básico também são apontados como critérios a serem cumpridos para a participação no programa, destacando que a atividade laboral deve ser realizada desde que não comprometa a formação escolar ou universitária do jovem. Assim, a jornada de trabalho dos jovens não pode exceder seis horas diárias ou 30 horas semanais, incluída as horas de formação técnica-profissional, teórica e prática, desenvolvidas pelas instituições promotoras do programa.

Nessa concepção, o programa Jovem Aprendiz é desenvolvido por entidades responsáveis por mediar a inserção desses jovens nas empresas ou instituições, e a relação

trabalhista ao longo do contrato. As entidades desenvolvedoras também devem atuar como promotoras de formação técnico-profissional metódica (Brasil, 2018), com o objetivo de promover a qualificação profissional dos jovens, a partir de um projeto pedagógico. Segundo a lei que regulamenta o programa, os projetos devem operar a partir de dois modelos: a aprendizagem em nível técnico médio ou a aprendizagem voltada à formação profissionalizante em uma ocupação ou arcos ocupacionais - agrupamentos de ocupações relacionadas, que possuem base técnica próxima. Assim, as entidades ofertam cursos que buscam promover a qualificação e a capacitação dos jovens de acordo com a área de atuação laboral. As instituições responsáveis pela realização do programa são as entidades do serviço nacional de aprendizagem: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e entidades sem fins lucrativos ONGs - organizações não governamentais), como o CIEE.

A adesão aos programas é considerada obrigatória para empresas de qualquer natureza - pública ou privada, com mais de uma filial no país, cumprindo a cota de contratação de aprendizes, que compreende no mínimo 5% e no máximo 15% do total de funcionários em cada estabelecimento da empresa (Brasil, 2023). Essa cota está prevista nos artigos 429 da CLT e arts. 9º e 10 do Decreto nº 5.598/05 (Moura, 2023). O descumprimento da adesão a essa cota resulta em sanções aplicadas pelo Ministério Público do Trabalho, como multas. O descumprimento das horas correspondentes a jornada de trabalho e as funções especificados em contrato, também resultam em sanções para as empresas. Exceder as horas diárias especificadas por lei e direcionar a função dos jovens para atividades restringidas na lei, também são vedações passíveis de sanções.

Assim, diante das alterações empregadas pela reforma trabalhista de 2017 e da necessidade de mais aparatos para a regulação da condição de aprendiz, editou-se o decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018. Entre as regulações reforçadas pelo decreto, ressalta-se a recomendação do art. 53, inciso II, sobre a priorização da “inclusão de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social” na seleção de aprendizes. Como forma de garantir a inclusão de alguns grupos, a lei reforça a priorização dos

I – jovem e adolescentes egressos do sistema socioeducativo ou em cumprimento de medidas socioeducativas; II - jovens em cumprimento de pena no sistema prisional; III - jovens e adolescentes cujas famílias sejam beneficiárias de programas de transferência de renda; IV - jovens e adolescentes em situação de acolhimento institucional; V - jovens e

adolescentes egressos do trabalho infantil; VI - jovens e adolescentes com deficiência; VII - jovens e adolescentes matriculados em instituição de ensino da rede pública, em nível fundamental, médio regular ou médio técnico, incluída a modalidade de educação de jovens e adultos; e jovens desempregados e com ensino fundamental ou médio concluído em instituição de ensino da rede pública.

Nesse contexto, o decreto nº 9.579/18 regulamenta a contratação do aprendiz e estabelece parâmetros para o cumprimento do acordo de trabalho, reforçando a atuação do programa no atendimento das demandas sociais. O programa também estabelece a idade mínima de quatorze anos completos e máxima de vinte e quatro anos incompletos para a participação do projeto, exceto para os jovens com deficiência, em que não se aplica o limite máximo de idade. Os contratos de trabalho devem ter o prazo máximo de dois anos, e assegurar que os empregadores concedem aos jovens os direitos trabalhistas como o depósito do FGTS, o recolhimento da previdência social, recolhimento das férias, do Vale transporte e do 13º salário etc. As entidades de aprendizagem profissional, como uma parte do contrato, devem garantir a qualificação necessária para que os adolescentes e jovens possam estar capacitados para realizarem suas funções no trabalho. Assim, os programas são desenvolvidos com abrangência nacional, com instituições atuantes em todos os estados e, se apresentam como uma ferramenta para promover o desenvolvimento econômico dos jovens, fundamentalmente dos jovens em situação de vulnerabilidade.

Apesar das mais de duas décadas de atuação em um processo crescente de aperfeiçoamentos, as políticas de aprendizagem profissional sofreram uma série de ataques, por meio de alterações nas Leis que regem a funcionalidade dos programas, no período entre 2019 e 2022, que colocaram em risco a continuidade dos programas. Essas alterações ocorreram no contexto do governo Bolsonaro (2019-2022), considerado uma gestão que buscava promover o desmonte e o esvaziamento das políticas públicas, com iniciativas que visavam dismantlar os direitos trabalhistas. Uma das primeiras ações do governo foi a extinção do Ministério do Trabalho, direcionando suas atividades para os Ministérios da Economia e do Desenvolvimento Social, e a descontinuação do Fórum Nacional de Aprendizagem, causando a perda do diálogo entre os entes participantes da aprendizagem profissional. Entre as ações que colocaram em risco os programas de aprendizagem profissional estão a Medida Provisória n.º 905, de 11 de novembro de 2019, a Medida Provisória n.º 1.045, de 27 de Abril de 2021, a Medida Provisória nº 1.116, de 4 de Maio de 2022 e o Decreto nº 11.061, de 4 de Maio de 2022 (Moura, 2023).

A MP n° 905/2019, criou a Carteira Verde e Amarelo (CTVA), uma nova modalidade de contratação de trabalho para jovens entre 18 e 29 anos, para o primeiro emprego, com contratos de até 24 meses, em caráter temporário ou permanente nas empresas. Considerou-se como formas de trabalho, os contratos de aprendiz, de trabalho intermitente, de experiência temporária ou avulsa. Nessa modalidade, a remuneração não poderia ultrapassar um salário de até meio salário mínimo mensal, e os empregadores participantes recebem a isenção da contribuição para o Regime Geral de Previdência Social e da contribuição para as instituições do Sistema S. Além disso, a medida reduziu o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de 8% para 2% e a multa rescisória, de 40% para 20% sobre o saldo dos depósitos no FGTS. A medida foi revogada pelo decreto 11.479/22.

A Medida Provisória n.º 1.045/2021, criou o REQUIP (Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva), um programa para jovens com idade entre 18 e 29 anos, que estejam sem registro em carteira há mais de dois anos ou que participem de cadastrados em programas de transferência de renda do governo (Moura, 2023). O Requip foi apresentado como uma proposta para gerar oportunidades de trabalho para jovens, com contratos de até 22 horas semanais e no máximo 8 horas diárias, tendo como remuneração uma bolsa de até R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), pagas em parte pelas empresas contrastes e outra parte pelo governo federal, através da BIQ (Bolsa de Incentivo à Qualificação). Essa nova modalidade de contratação não abarcava o direito a FGTS, 13º salário, seguro-desemprego ou férias pagas. As férias seriam realizadas por meio de um recesso de 30 dias por ano, não remunerado (Moura, 2023). No REQUIP, a capacitação através dos cursos ofertados por programas de aprendizagem profissional poderia ser realizada por convênio com o Sistema S ou empresas privadas, pelo modelo de ensino à distância. O REQUIP foi aprovado pela Câmara dos Deputados, mas rejeitado no Senado Federal pela sua incompatibilidade com a CLT.

Moura (2023), destaca o caráter autoritário dos decretos e medidas provisórias, que são editados pelo Presidente da República e possuem efeito imediato, sendo cumpridos como Lei a partir de sua publicação no diário oficial (Moura, 2023). Somente após a promulgação dos decretos e MPs, eles são debatidos com o Congresso Nacional e com a sociedade. Nesse sentido, aponta-se que essas medidas representam tentativas de esvaziar as políticas públicas de aprendizagem profissional e de criar espaços de trabalho precarizados, aprofundando a exploração do trabalho entre os jovens.

Ainda na tentativa de promover o esvaziamento das políticas públicas de Aprendizagem, o governo bolsonaro, através da Portaria de n.º 14.293 de 06 de dezembro de 2021, emitida por iniciativa da Secretário Especial da Previdência e do Trabalho e do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), instituiu o Grupo de Trabalho Tripartite da Aprendizagem Profissional e Empregabilidade de Jovens (GTT). O grupo era composto por representantes do governo, representantes empresariais (empregadores) e trabalhadores, e tinha como objetivo desenvolver relatórios que contribuíssem para a construção de uma medida provisória ou um novo decreto regulamentador, em substituição ao Decreto n.º 9.579, de 22 de novembro de 2018, que até então vigorava (Moura, 2023)

Em paralelo a essas medidas, era debatido no Congresso nacional a proposta do Estatuto do Aprendiz, apresentado pelo PL n.º 6461/2019, com 78 artigos. Entre diversos tópicos, o Estatuto versava sobre,

o direito à profissionalização e à proteção no trabalho, contrato de aprendizagem, obrigatoriedade de contratação, cálculo da cota de aprendizes, espécies de contratação de aprendizes, formação técnico profissional metódica, entidades qualificadas em formação técnico-profissional, direitos trabalhistas e obrigações acessórias dos aprendizes, atividades teóricas e práticas, cumprimento alternativo da cota de aprendizes, hipóteses de extinção de contrato de aprendizes, contratação de aprendizes por ME/EPP, aprendizagem à distância e multa por descumprimento de cota.

O projeto de lei do Estatuto do Aprendiz propôs alterações substanciais no Programa Jovem Aprendiz e foi amplamente criticado pelas entidades desenvolvedoras do Programa. Todavia, parte dessa proposta foi sancionada pelo decreto n.º 11.061, de 4 de maio de 2022 e pela Medida Provisória n.º 1.116/ de 04 de maio de 2022, responsáveis por modificar cerca de 86% da Lei de Aprendizagem (Lei 10.097/2000), e mais de 64% dos artigos do decreto que a regulamentavam (Castilho et al, 2022). Essas medidas abarcam cerca de 93% do projeto de lei do estatuto. Segundo o parecer técnico dos Auditores-Fiscais do Trabalho do MPT (Ministério público do Trabalho), essas alterações afetam de maneira negativa a Aprendizagem profissional, reduzindo a capacidade de atuação do programa, aprofundando as desigualdades que ele propõe combater e inviabilizando a fiscalização legal do cumprimento da cota de aprendizagem. Com isso, as medidas foram consideradas uma nova reforma trabalhista sobre cotas de aprendizagem.

Nesse sentido, a MP 1.116/22, intitulada “Programa Emprega + Mulheres e Jovens”, implementou o Projeto Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendizizes (PNICA), que se propõe a criar melhores condições de contratação para os aprendizes, por meio de concessões que beneficiam as empresas e que promoveriam um maior número de contratações e cumprimento da lei de cotas de aprendizagem. Entre as concessões propostas estão, a flexibilização das sanções relativas a infração, por não cumprimento da cota de aprendizes e a redução de valores das multas, tornando o pagamento das multas menos oneroso do que a própria contratação do aprendiz para as empresas. Assim, o projeto se revela como um grande pacote de bondades para as empresas que reiteradamente descumprem a lei da aprendizagem ao longo dos anos (Castilho et al, 2022). Dessa maneira, a medida provisória além de promover impedimentos a fiscalização e as sanções pelo não cumprimento da legislação do trabalho, tende a produzir um “apagão de contratações de aprendizes”.

Nesse contexto, o decreto nº 11.061/ 2022 sancionou alterações que promovem a redução de vagas de aprendizagem profissional, por meio da contagem em dobro em situações de vulnerabilidade social. O decreto expõem que os jovens inscritos no cadúnico (cadastro único para programas sociais), passem a valer por dois aprendizes na contabilização para as cotas, reduzindo drasticamente a oferta de vagas e os jovens alcançados pela política pública, se apresentando como uma norma de forte caráter discriminatório e preconceituoso, pois, na prática, considera que um aprendiz em situação de vulnerabilidade social vale metade do que o aprendiz que não esteja em situação de vulnerabilidade social (Castilho et al, 2022). Nesse sentido, o decreto promove mudanças na contagem de cotas e cria uma lacuna para que áreas que registram baixa contratação de aprendizes, possam ter flexibilidade na execução das cotas. Entre as alterações realizadas pelo decreto, destaca-se ainda o aumento do tempo máximo dos contratos de aprendizagem, passando de dois para três anos.

Apesar de ter sido rejeitada pelo legislativo federal, após uma ampla mobilização social com apoio dos próprios auditores fiscais do MTP, de sua entidade sindical e do Ministério Público do Trabalho, a MP nº 1.116/22 tornou-se ativa a partir da vigência do Decreto nº 11.061, de 4 de maio de 2022 e vigorou até sua revogação editada pelo decreto nº 11.479 de 06 de abril de 2023.

Segundo Moura (2023), no período de vigência do decreto 11.061/22, entre maio e setembro de 2022, houve um decréscimo de 54% na contratação de aprendizes em relação ao mesmo período de 2021. O que demonstra o impacto negativo nas contratações

de aprendizes, impulsionado pela anistia das sanções legais previstas pela não adesão ao programa, induzindo a perda de diversas vagas destinadas aos aprendizes. Dessa maneira, as alterações empreendidas pelo decreto e pela medida provisória, tratou-se de uma reestruturação da aprendizagem profissional sem precedentes (Sá *et al*, 2023), responsável por promover um desmonte no Programa Jovem Aprendiz, tornando a política pública ineficiente, com normas amparadas em aspectos discriminatórios e com regras que beneficiem as empresas por meio do enfraquecimento das normas de proteção aos jovens. Assim, as flexibilizações e alterações se apresentam como um retrocesso nas conquistas de direitos e garantias das políticas sociais de aprendizagem profissional.

O decreto nº 11.479 de 06 de abril de 2023 (Brasil, 2023), responsável pela revogação dos decretos e MPs ligados à aprendizagem profissional, editados no período de 2018 e 2022, representa a retomada das políticas públicas de aprendizagem profissional. O decreto, editado pelo Presidente Lula, no início de seu terceiro mandato na presidência, restabelece a idade de 14 a 24 anos para o jovem em condição de aprendiz e o tempo de contrato em no máximo dois anos; extingue a possibilidade de ampliação da jornada do jovem aprendiz com ensino médio completo para 8 horas, voltando a ser de 6 horas; promove alterações na forma de cálculo da cota de aprendizagem e veda a contagem em dobro para os jovens em condições de vulnerabilidade, buscando ampliar a oferta de vagas para jovens nessa forma de contratação e fortalece a atuação da auditoria fiscal do trabalho (Moura, 2023). Nesse sentido, o decreto 11.479/23 marca a reconstrução das políticas de aprendizagem profissional e busca reforçar o papel da aprendizagem profissional como uma política que integra a formação profissional e o acesso ao mercado de trabalho para os jovens, com garantia de direitos trabalhistas.

Quadro 1 – A política de Aprendizagem Profissional entre 1988 - 2023

Legislações da Aprendizagem Profissional de 1988 a 2023				
Período	Ano	Lei/medida		Ano
Governo: José Sarney (1985 - 1990)	1988	C.F. 1988	Federal	O Princípio da Proteção Integral de crianças e adolescentes instaurados pela Constituição Federal de 1988

Governo: Fernando Collor (1990 -1991)	1990	Lei de n.º 8069/1990	Federal	Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata sobre a questão do trabalho do art. 60 ao 69
Governo: Fernando Henrique Cardoso (1996 - 2002)	1998	E.C. n.º 20/1998	Federal	Estabelece a idade mínima de 16 para admissão ao trabalho
	2000	Lei n.º 10.097/2000	Federal	Institui o Programa de Aprendizagem Profissional para maiores de 14 e menores de 18 anos.
Governo: Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)	2003	Lei nº 10.748/2003	Federal	Institui o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE).
	2004	Lei de n.º 10.940/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.199/2004	Federal	O PNPE torna-se um programa guarda-chuva para outros programas de qualificação, dentre eles está a Aprendizagem Profissional a partir do <i>Programa Jovem Aprendiz</i> .
	2005	Lei de n.º 11.129/2005	Federal	Cria o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as leis nº 10.683, de 8 de maio de 2003, e nº 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências
		Lei de nº 11.180/2005	Federal	O Decreto nº 11.180/2005, dentre outras finalidades, modifica a abrangência da faixa etária do aprendiz, que antes era de 14 a 18 anos e passa para 14 a 24 anos.
		Decreto de n.º 5.598/2005	Federal	Regula, especificamente, a contratação de aprendizes, já

				com alterações do Decreto de nº 11.180/2005.
	2008	Lei de n.º 11.788/2008	Federal	Altera o artigo 428, da CLT, e, por conseguinte, a Lei nº 10.097/2000. Vincula à contratação do aprendiz a exigência de anotação na carteira de trabalho e previdência social, matrícula e frequência do aprendiz na escola até a conclusão do Ensino Médio.
Governo:Dilma Rousseff (2011-2016)		Portaria de n.º 185/2012	MEC (Ministério da Educação)	O MEC irá custear a parte da formação teórica da Aprendizagem Profissional, preferencialmente para pequenas, micro empresas com recursos do FNDE, possibilitando que instituições privadas de ensino sejam ofertantes dos cursos de aprendizagem.
		Portaria de n.º 1.339/2012	MTE	Cria o Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional (FNAP).
		Portaria de n.º 723/2012	MTE	Cria o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional - CNAP, destinado ao cadastramento das entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica definidas no art. 8º do Decreto de n.º 5.598, de 1º de dezembro de 2005
		Portaria de n.º 1005/2013	MTE	Possibilita o Ensino a Distância (EAD) e suas condicionalidades para cursos do Programa de Aprendizagem Profissional.

		I Plano Nacional de Aprendizagem Profissional (I PNAP 2013-2015)	Federal	Esse Plano, elaborado no âmbito do FNAP, objetivando tratar de financiamento da Aprendizagem profissional, sua integração, interiorização, instalação de fóruns estaduais entre outros objetivos. Este Plano não foi criado por portaria, porém foi reconhecido dentro do FNAP.
Governo: Michel Temer (2016-2018)	2017	Lei de n.º 13.415/2017	Federal	Institui o Novo Ensino Médio, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, revoga a Lei de n.º 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
	2018	Portaria de n.º 335/2018	Federal	Cria o Plano Nacional de Aprendizagem Profissional, com vigência de 2018 até dezembro de 2022

Governo: Bolsonaro (2019 - 2022)	2018	III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Adolescente Trabalhador (2019-2022)	Federal	Esse III Plano surge num contexto bastante adverso, pós-golpe, com cortes e redução de investimentos nas políticas sociais, além do apagão estatístico acerca dos dados sobre a realidade do trabalho infantil no Brasil desde 2016. Os dados de 2017, 2018, 2019 só foram divulgados em dezembro de 2019, ou seja, posteriormente a este plano. Desde 2016, o Brasil não tinha uma política nacional que direcionasse suas ações de enfrentamento ao trabalho infantil. Obs: não foi encontrada a Resolução do CONANDA que aprova este plano. Lembrando que este foi o ano em que os Conselhos e demais espaços foram extintos. Posteriormente, o CONANDA é (re)instituído.
	2019	Decreto de n.º 9.759/2019	Federal	Extinguiu cerca de 700 espaços de participação da sociedade civil, caracterizados como: conselhos; comitês; comissões; grupos; juntas; equipes; mesas; fóruns; salas e qualquer outra denominação dada ao colegiado. Entre eles, o FNAP.
		Projeto de Lei de n.º 6461/2019	Federal	Flexibiliza a Lei Nacional de Aprendizagem, trazendo diversas alterações como: aumento da duração do contrato de aprendizagem, faixa etária, estende a aprendizagem para tecnólogos, entre outros critérios.

	2021	Portaria de n.º 14.293/2021	MTP	Institui o Grupo de Trabalho Tripartite para discutir a Aprendizagem Profissional composta pelo Estado, Trabalhadores (centrais sindicais) e empregadores (Sistema S e confederações).
	2022	Relatório Final - Aprendizagem Profissional e Empregabilidade de Jovens	MTP	Este relatório tinha como objetivo levantar propostas para serem encaminhadas ao Conselho Nacional do Trabalho para se tornarem alvo de ações governamentais e, assim, dar um novo direcionamento à Aprendizagem Profissional, incorporando várias das propostas do PL n.º 6461/2019.
Governo:Luiz Inácio Lula da Silva (2023 - 2026)	2023	Decreto n.º 11.479/2023	MTE	Altera o Decreto de n.º 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o direito à profissionalização de adolescentes e jovens por meio de programas de aprendizagem profissional.

Fonte: Adaptado de Moura, 2023.

A partir do quadro 1, observa-se as legislações que deram forma as políticas de aprendizagem profissional entre os anos de 1988 a 2023. Nota-se que as políticas de aprendizagem profissional se constituem um campo de intensas disputas políticas, o que revela sua importância no cenário de combate às desigualdades sociais. Desse modo, destaca-se que apesar dos revezes sofridos entre os anos de 2017 e 2022, as políticas de aprendizagem profissional tem se fortalecido a partir da transição de governo, ressaltando o seu reconhecimento no cenário das políticas públicas de juventude, trabalho e educação.

2.2 O desenvolvimento do Programa Jovem Aprendiz

O Sistema S, considerado como o primeiro projeto de aprendizagem profissional, é formado por um conjunto de organizações e entidades corporativas, voltadas ao

treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica (Senado, 2023), que são responsáveis pela execução do Serviço Nacional de Aprendizagem. O sistema foi fundado a partir de uma iniciativa governamental, no âmbito federal, durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com o apoio do setor empresarial. O sistema S foi inaugurado com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942. A instituição foi fundada no período de modernização e industrialização do país, o que demandava a qualificação de trabalhadores para atuarem nas indústrias.

A criação do Senai é atrelada aos resultados dos embates políticos entre o governo de Vargas e os empresários da indústria, acerca da necessidade que o Governo varguista enxergava na qualificação profissional dos trabalhadores no contexto da expansão industrial. Assim, a aprendizagem profissional surgiu a partir da necessidade do atendimento imediato ao nascente parque industrial que se formava no país, propondo um ensino profissional que beneficia o capitalismo nacional rapidamente (Carvalho, 2011). Para Carvalho (2011), ao invés de promover uma reforma profunda na educação brasileira, viabilizando uma qualificação profissional ampla e especializada, com aparatos científicos, o estado varguista, reconhecido como ditatorial e autoritário, buscou implementar uma aprendizagem profissional rápida e que atendesse os interesses da hegemonia burguesa industrialista.

Nesse contexto, os grupos empresariais de pequenos e médios empresários não compreenderam a proposta do Senai, seus objetivos, e foram resistentes à construção de um órgão, principalmente diante da obrigatoriedade do recolhimento dos subsídios para sua manutenção. Porém, percebendo o impacto do novo sistema de aprendizagem profissional, os empresários escolhem assumir o controle sobre a aprendizagem profissional, transformando-a em um aparato ideológico para a formação da classe trabalhadora. Assim, o Senai tornou-se um espaço de produção dos aprendizes em “cidadãos responsáveis” que poderiam contribuir para o desenvolvimento industrial do país. Esse projeto sofreu uma resistência por parte dos trabalhadores, pois aqueles que não fossem inseridos nos cursos do Senai, como foi o caso da grande maioria da massa trabalhadora, eram considerados despreparados para a cidadania e socialmente irresponsável (Muller, 2010).

A partir dessa expansão, se fez necessário promover também oportunidades de qualificação para o desenvolvimento profissional do público jovem. Nesse contexto, a preocupação com o trabalho infanto-juvenil, também era uma questão a ser tratada pela

aprendizagem profissional. Diante das discussões em âmbitos nacionais e internacionais a respeito do combate ao trabalho infantil, da atuação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Organização das Nações Unidas (ONU) e de outras entidades criadas para tratar da infância e da juventude, tornava-se essencial a edição de medidas e construção de instituições que regulassem as relações de trabalho para os adolescentes e jovens.

Nesse sentido, o sistema S tornou-se a primeira iniciativa na promoção da aprendizagem profissional para adolescentes e jovens. Para Moura (2023), a aprendizagem profissional foi desenvolvida para atuar como espaços de qualificação profissional e formação de uma cultura profissional, para atender aos interesses do setor empresarial e as necessidades do sistema de trabalho vigente, o fordismo/taylorismo. Com a eficiência do Senai e o avanço dos demais setores produtivos, foram criadas outras instituições que compõem o Sistema Nacional de Aprendizagem - Senac, Senar, Senat, SESCOOP. O Sistema Nacional do Comércio (SENAC), e o Serviço Social do Comércio (SESC), foram criados em 1946. O Serviço de Apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Social do Transporte (SEST), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), somente foram incorporados ao sistema S a partir dos anos 1990. O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), foi incluído no sistema no início dos anos 2000.

Embora tenham sido criadas pelo governo federal e atuem como prestadoras de serviços públicos, essas instituições são empresas paraestatais de direito privado, funcionando a partir de um regime híbrido público-privado. Assim, as entidades atuam como órgãos privados, dirigido por empresários e financiadas com recursos públicos, por meio das contribuições fiscais pagas pelas empresas ao governo. Esses recursos são recolhidos das empresas junto com os tributos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e repassados às entidades patronais das respectivas áreas de atendimento dos programas, que são responsáveis por direcionar os recursos às entidades do sistema S.

Nesse sentido, as entidades que compõem o Sistema S, se apresentam como as principais instituições responsáveis pela execução dos Programas de Jovem Aprendiz, segundo o decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018. Além dessas entidades, podem atuar supletivamente com os programas de Jovem Aprendiz,

II - as escolas técnicas de educação; III **as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional**, registradas no conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente; IV - as entidades de prática desportiva das diversas modalidades filiadas ao Sistema Nacional do Desporto e aos sistemas de desporto estaduais, distrital e municipais (Brasil, 2018). (grifo meu)

Ainda que instituições privadas ou sem fins lucrativos atuem no desenvolvimento da Aprendizagem Profissional, elas devem operar de maneira complementar ao Sistema S, atuando subordinadamente à Lei de Aprendizagem. Assim, os programas de Jovem Aprendiz do sistema S, atuam na formação de Aprendizes das empresas conveniadas às suas instituições, de acordo com os respectivos setores produtivos. Enquanto que, as entidades privadas e sem fins lucrativos, atendem as empresas de qualquer segmento, desde que façam parte das áreas de ocupação ou arcos ocupacionais dos cursos ofertados pela instituição, conforme o CONAP¹ (Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem).

Nesse sentido, a legislação da Aprendizagem Profissional estabelece que as empresas contratantes devem assumir a condição de empregador, com o ônus dela decorrentes (Brasil, 2023), sendo responsáveis pela integração dos jovens ao ambiente e nas relações de trabalho. Para as instituições de Aprendizagem, as medidas estabelecem que os programas são os responsáveis pela formação pedagógica e de qualificação técnica e profissional dos Jovens, devendo assegurar sua preparação para atuar nas empresas e, segundo o decreto 9.579/ 18, devem promover:

- I - Garantia de acesso e frequência obrigatória no ensino básico;
- II - Horário especial para o exercício das atividades;
- III - qualificação profissional adequada ao mercado de trabalho

Nessa lógica, os programas são responsáveis por garantir que os jovens tenham o acesso ao ensino básico regular, quando estes ainda estiverem em processo de formação. Assim, podem acompanhar a frequência e o desempenho escolar desses jovens. Com isso, as instituições operam como mediadoras entre o trabalho, os espaços escolares e a formação profissional, de modo que programas podem extinguir o contrato de Jovem Aprendiz tanto em casos de ausência injustificada à escola que implique perda do ano

¹ CONAP - Catálogo Nacional de Programas de Aprendizagem - criado pela Portaria MTE N° 723 de 23 de Abril de 2012.

letivo (Brasil, 2018), como nos casos de falta disciplinar grave; desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz (Brasil, 2018), no curso de qualificação ou trabalho.

De acordo com as medidas que regulam o funcionamento dos Programas, as instituições de aprendizagem devem se responsabilizar pelo curso de formação profissional, garantindo a formação teórica necessária. No decreto nº 9.579/18, fica estabelecido que as aulas teóricas do programa de aprendizagem deverão ocorrer em ambiente físico adequado ao ensino e com meios didáticos apropriados (Brasil, 2018, Art. 64). Assim,

As atividades teóricas poderão ocorrer sob a forma de aulas demonstrativas na entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica ou no ambiente de trabalho, hipótese em que será vedada qualquer atividade laboral do aprendiz, ressalvado o manuseio de materiais, ferramentas, instrumentos e assemelhados (Brasil, 2018).

Nesse sentido, o contrato do Aprendiz estabelece que as atividades teóricas devem ser realizadas semanalmente para promover a qualificação dos jovens. Além disso, indica que os jovens devem ser inseridos em uma etapa de treinamento de 25 a 30 dias, que equivale a 10% da carga teórica do curso, realizada antes da inserção ao ambiente de trabalho. Fazem parte dessa formação a participação em palestras, fóruns, rodas de conversa, feiras científicas etc. Com isso, ressalta-se que as dimensões teóricas e práticas da formação do aprendiz devem ser pedagogicamente articuladas entre si, de modo a promover a aquisição de habilidades necessárias à inserção no mundo do trabalho.

Os programas de Jovem Aprendiz devem atuar a partir de um projeto pedagógico que promova os conhecimentos necessários de acordo com a área ocupacional em que foi contratado. Os programas possuem autonomia na elaboração dos projetos pedagógicos para os cursos. O que permite que as instituições construam o currículo dos cursos e organizem o conteúdo programático para as aulas. Nesse sentido, a falta de regulamentação da formação de uma organização curricular dos cursos, lança a formação dos jovens aos critérios de cada instituição.

2.3 A Formação do Aprendiz: entre as Metodologias ativas e a pedagogia das competências

Os programas de Jovem Aprendiz, se apresentaram como programas que atuam na formação profissional, individual e cidadã dos sujeitos. Com isso, eles desenvolvem

encontros semanais, com conteúdo teóricos e práticos, direcionados a realização desta preparação do jovem. De acordo com a portaria de 2022, Art. 10, os programas devem direcionar a realização dos cursos, a partir dos desenvolvimentos de conteúdos de formação humana e científica devidamente contextualizados, tendo como referência os temas:

a) comunicação oral e escrita, leitura e compreensão de textos e inclusão digital; b) raciocínio lógico-matemático, noções de interpretação e análise de dados estatísticos; c) diversidade cultural brasileira; d) organização, planejamento e controle do processo de trabalho e trabalho em equipe; e) noções de direitos trabalhistas e previdenciários, de saúde e segurança no trabalho e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; f) direitos humanos, com enfoque no respeito à orientação sexual, raça, etnia, idade, credo religioso ou opinião política; g) educação fiscal para o exercício da cidadania; h) formas alternativas de geração de trabalho e renda com enfoque na juventude; i) educação financeira e para o consumo e informações sobre o mercado e o mundo do trabalho; j) prevenção ao uso de álcool, tabaco e outras drogas; k) educação para a saúde sexual reprodutiva, com enfoque nos direitos sexuais e nos direitos reprodutivos e relações de gênero; l) políticas de segurança pública voltadas para adolescentes e jovens; e m) incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, com enfoque na defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.

A portaria ressalta temas gerais da atualidade a serem integrados aos cursos que devem ter como prioridade a formação profissional do jovem dentro dos aspectos que compõem sua função laboral. A portaria é a única regulamentação acerca de conteúdo a serem citados na formação dos jovens. O projeto pedagógico e os currículos dos cursos ministrados são elaborados pelas instituições desenvolvedoras dos programas de maneira autônoma.

Nesse sentido, a metodologia utilizada pelos programas é a metodologia ativa, que coloca o jovem como protagonista da experiência de ensino-aprendizagem. A metodologia ativa compreende um conjunto de técnicas de ensino-aprendizagem que torna o aprendiz protagonista do seu próprio conhecimento e agente de sua própria aprendizagem. O objetivo dessa abordagem é formar aprendizes que desenvolvam habilidades e se tornem ativos na produção de seus próprios conhecimentos. Essa metodologia, baseia-se em correntes teóricas da educação criativa que almeja produzir uma educação emancipatória e democrática. Entre elas, a pedagogia libertadora de Paulo Freire.

Nessa perspectiva, a abordagem da metodologia ativa se apresenta como uma alternativa ao modelo tradicional de educação, no qual o professor é o detentor do

conhecimento e o aluno é convertido em um receptor passivo de conteúdo. Em tese, essa metodologia promoveria não somente uma postura reflexiva e problematizadora da educação e do conhecimento, mas também a autorreflexão nos jovens acerca de suas próprias trajetórias. Assim, buscava-se pôr em prática uma pedagogia que desenvolvesse a inserção dos sujeitos nos processos educativos mais participativos.

As metodologias ativas surgiram por meio do desenvolvimento de novos paradigmas educacionais, a partir das mudanças provocadas pela ascensão do regime de acumulação flexível, que coloca como necessário não somente a aquisição de conhecimentos especializados em tarefas individualizadas, mas o desenvolvimento de habilidades múltiplas. Apenas o conhecimento não é mais o suficiente e a competência se torna a palavra de ordem (Leite, 2021). Nesse sentido, conforme se complexifica os instrumentos de produção, gestão e controle no avanço do sistema toyotista, mais se exige dos trabalhadores o desenvolvimento de competências cognitivas comportamentais (Leite, 2021). Desse modo, a aprendizagem profissional se concentra nas abordagens das metodologias ativas como um recurso de desenvolvimento de habilidades relacionadas às competências exigidas pelo setor empresarial.

Assim, a formação de múltiplas competências encoberta a fragmentação do conhecimento e transformação da educação e suas metodologias em ferramentas mercadológicas de acumulação de capital. Assim, o discurso do protagonismo juvenil apoiado no desenvolvimento de habilidades, representa na prática, a ampliação de tarefas a serem exercidas em uma mesma função, sem que isso gere qualidade na formação. Pelo contrário, demonstra a desqualificado, intensificado e precarizado, como resultado do novo regime de acumulação” (Kuenzer, 2005)

Neste sentido, os trabalhadores são lançados em um contexto em que assumem diversas tarefas, a serem executadas em curto tempo sob a vigência do sistema de produtividade, o que gera nos trabalhadores a falsa sensação de estarem desenvolvendo novos métodos de trabalho que lhe permita conhecer mais, quando, na verdade, os conflitos estavam sendo minimizados a fim de aumentar a produtividade (Leite, 2021).

Nesse contexto, o mercado empresarial pressiona cada vez mais o investimento em políticas educacionais e trabalhistas que desenvolvam a empregabilidade, como o Jovem Aprendiz. Assim, ao invés desses programas desenvolverem uma pedagogia emancipadora, propagam uma abordagem que inaugura novas formas de controle dos indivíduos, um controle que não é mais exercida pelo adestramento dos corpos, mas pela produção de subjetividades que orientam a conduta dos sujeitos.

2.4 Os Programas de Aprendizagem Profissional em Campos dos Goytacazes

Campos dos Goytacazes é um município localizado na região Norte Fluminense do estado do Rio de Janeiro, com uma população estimada de 483,540 mil habitantes, sendo considerado o maior em extensão territorial do estado. A cidade exerce um papel de grande relevância para o desenvolvimento político, econômico e social no interior do estado, por possuir uma das maiores Bacias de exploração do Petróleo do país, além de ser um dos maiores recebedores de royalties da região (Gonçalves; Rangel, 2021). O município também é considerado um polo universitário com a presença de importantes universidades como a Universidade Estadual no Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, Universidade Federal Fluminense - UFF, o Instituto Federal Fluminense - IFF, a Universidade Estácio de Sá etc.

Apesar de exercer um papel de destaque na economia fluminense, com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0.716, medido no Censo do IBGE² de 2010 e considerado alto, a cidade possui um baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Em 2005, Campos registrou o pior índice do IDEB em relação aos municípios da Região Norte Fluminense, o que representou 2.9 (Martins et al, 2021). Entre 2005 e 2015, registrou-se um importante melhora, atingindo a média de 5,0 em 2015. Em 2017 observa-se uma queda nesse índice e, em 2019, os órgãos competentes para realizar a análise não puderam computar a nota, devido a falhas no repasse das informações por um funcionário da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (SMECE) (Martins et al, 2021). Nas análises do último Censo, realizado em 2021, o índice do IDEB registrou que o desempenho do ensino fundamental na rede pública era 4,7 e para os anos finais, de 4,3.

De acordo com os dados do IBGE, em 2021 cerca de 18,67% da população estava ocupada³, sendo os setores de serviço e comércio os que mais registraram aumento de empregabilidade nos últimos anos (Gonçalves; Rangel, 2021). Esse crescimento, segundo

² Instituto brasileiro de Geografia e estatística - IBGE

³ O IBGE classifica como pessoa ocupada aquela que, num determinado período de referência, trabalhou ou tinha trabalho, mas não trabalhou (por exemplo, pessoa em férias) (Gonçalves; Rangel, 2021). Considera-se também, as pessoas que atuam como Empregados (pessoas que trabalham para um empregador ou mais); por Conta Própria (pessoas que exploram uma atividade econômica ou profissão sem empregados); Empregadores (pessoas que exploram uma atividade econômica ou profissão com um ou mais empregados); Não Remunerados (pessoas que exercem uma ocupação econômica sem remuneração).

Gonçalves e Rangel (2021), está associado às mudanças estruturais do mundo do trabalho que ocorreu em todo mundo a partir da década de 1970 e que se intensificou no Brasil a partir dos anos 1990. Considerada como uma reestruturação produtiva, que inaugura o modo de produção toyotista vigente e dá lugar à fase próspera do capitalismo neoliberal, essas mudanças na estrutura social, econômica, política e do trabalho, provocaram profundas transformações no mercado de trabalho campista.

O município de Campos dos Goytacazes experimentou uma forte crise nos anos 1970 com o fim da cultura de exploração da cana-de-açúcar e a falência das usinas, que concentravam o mercado de trabalho na zona rural. Destaca-se também o fim da hegemonia política das oligarquias do açúcar, que buscou no serviço público e na arena política garantir seu controle político e econômico. Entre os anos de 1980 e 1990, a cidade viveu uma inflexão provocada pela desindustrialização, ao mesmo tempo que houve um crescimento exponencial da sua população urbana e um avanço da economia local a partir da exploração do petróleo na bacia de Campos. Com isso, a expansão de mão de obra com baixa qualificação cresce, com indivíduos com qualificações abaixo do esperado para o novo setor vigente, o petrolífero (França, 2018). Nesse contexto, a informalidade ganhou espaço no mercado de trabalho campista e se expandiu ao longo das décadas de 2000 e 2010. A partir disso, o município buscou fortalecer a educação profissionalizante, com o objetivo de desenvolver trabalhadores qualificados para atuar nos novos setores e empresas que se expandiram na região.

Entretanto, não se pode deixar de destacar o caráter precário e excludente do mercado de trabalho local (Almeida, 2009), com a predominância do trabalho informal, sem carteira assinada ou quaisquer direitos trabalhistas e previdenciários, com baixos salários, alimentando assim, um imenso exército de “sobrantes”, formado, majoritariamente, por uma força de trabalho saída da cana (Almeida, 2009). Assim, Erica Almeida (2009, p. 93) ao analisar o mercado de trabalho campista durante a primeira década do século XXII, relata que,

Segundo os dados do Censo de 2000, entre os trabalhadores empregados 39% não tinham carteira assinada, sendo que a informalidade nas relações de trabalho é maior entre as mulheres (42%) que entre os homens (36%). Ainda segundo o Censo de 2000, 6 mil crianças e adolescentes, com idade entre 10 e 17 anos, estavam inseridas no mercado de trabalho, dois anos após a implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no município de Campos dos Goytacazes. Dentre elas, mil tinham entre 10 e 14 anos de idade. E mais, dos 31.300 mil jovens, com idade entre 15 e 24 anos, trabalhando, só 45% tinham carteira assinada. A maioria estava ocupada em

atividades temporárias, sem proteção legal, de baixa qualificação e remuneração.

Nesse sentido, os trabalhadores campistas, sobretudo os jovens, foram lançados em subempregos que, muitas vezes, afetava a formação escolar, contribuindo para o aumento da desigualdade entre eles. No contexto do governo Lula (2002-2010), observou-se o desenvolvimento de Políticas de geração de Trabalho e renda e de promoção da aprendizagem profissional, como medida de combate ao desemprego e à desigualdade. Inclui-se nessas políticas sociais a luta contra a informalidade e a precarização do trabalho. Porém, apesar da redução das desigualdades, aumento das oportunidades de trabalho e da formalização do trabalho, as taxas de desemprego e condição de subemprego permanecem altas, evidenciando a estrutural do desemprego no país, e aprofundando as desigualdades para as populações subalternas.

Isto pode ser evidenciado pelo estudo produzido por Gonçalves e Rangel (2021), acerca do período entre 2010 e 2021 com base nos dados fornecidos pelo IBGE, CAGED⁴ e FIRJAN,⁵ indicando que os jovens, categoria considerada por ela dos 15 aos 29 anos, representam 25,7% da população campista e ocupam cerca de 30% do total dos ocupados no município. Ressalta-se ainda que, na faixa de 15 a 19 anos, mais de 80% dos jovens não estão ocupados, ao contrário do que ocorre na faixa de 25 a 29 anos, quando a maioria, especificamente 65,8%, já se encontra inserida no mercado de trabalho (Gonçalves e Rangel, 2021). Assim, os jovens residentes em Campos, na faixa etária de 20 a 24 anos possuem um percentual de ocupação equivalente a 53,8% e os não ocupados, representam 46,2% (Gonçalves e Rangel, 2021).

Nesse sentido, diante da crescente informalidade e do desemprego juvenil, o município de Campos dos Goytacazes, através da Fundação Municipal da Infância e da Juventude (FMIJ), desenvolveu o programa Adolescente Aprendiz, inaugurado em 2014, para promover a inserção dos jovens de 14 a 24 anos no primeiro emprego. Nesse sentido, o programa é regido pela lei municipal de nº 8571, de 23 de junho de 2014, destinado para jovens:

I - egressos ou em cumprimento do sistema de medidas socioeducativas;

II - em situação de acolhimento institucional;

⁴ CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

⁵ FIRJAN - Fundação privada sem fins lucrativos que reúne parcerias com empresas, que associadas, buscam promover o desenvolvimento sustentável do Rio de Janeiro.

III - egressos do trabalho infantil;

IV - em situação de vulnerabilidade social;

V - inscritos no Cadastro Único para programas sociais; e

VI - alunos da rede pública ou bolsista integral na rede privada.

O programa, intitulado atualmente como Jovem Aprendiz, busca atuar preferencialmente com os jovens considerados em condição de vulnerabilidade social, inscritos em uma das unidades de Centro de Referência e Assistência Social - CRAS e no sistema do CadÚnico (Cadastro único). Nesse sentido, o programa é desenvolvido pela equipe do Departamento de Qualificação e Empregabilidade da Fundação Municipal da Infância e Juventude (FMIJ) (Campos, 2023), e as atividades ocorrem na sede da fundação.

Entre os programas de Jovem Aprendiz desenvolvidos na esfera municipal também estão o PJA da CDL- Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campos e o PJA do projeto Obra do Salvador. O Programa Jovem Aprendiz da Fundação CDL, atuou no período de 2017 a 2019 e retomou suas atividades no ano de 2022, em parceria com a prefeitura municipal de Campos dos Goytacazes, na promoção da inserção dos jovens no primeiro emprego no setor do comércio local. O programa atua a partir de dois projetos: o Voe Juventude, destinado a preparação de jovens entre 14 e 18 anos para ingressar no mercado de trabalho; e o Ação Aprendiz, que seleciona jovens encaminhados pela rede socioassistencial da Prefeitura, por meio do CRAS, para atuarem como jovens aprendizes em empresas participantes da CDL.

A instituição filantrópica e sem fins lucrativos Obra do Salvador, também atua com o um Programa Jovem Aprendiz, desenvolvido para promover oportunidades de trabalho como Aprendiz e qualificação profissional aos jovens entre 14 e 18 anos, encaminhados pela rede CRAS do município de Campos. A entidade desenvolve qualificação para os jovens abrangendo cursos como Auxiliar Administrativo, Operador de Comércio, Operador de Caixa, Auxiliar de Padaria, Auxiliar de Açougue, entre outros. Além disso, possui o programa Pré-Jovem, que promove um curso de imersão para jovens entre 16 e 17 anos, para prepará-los na busca pelas vagas de trabalho. A organização foi criada pela Diocese de Campos dos Goytacazes e é dirigida pelo bispo responsável pela unidade eclesiástica, em parceria com as empresas locais, e a prefeitura de Campos por

meio do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), do Conselho Municipal de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMPDCA) e da Fundação da Criança e Adolescência (FIA). Desse modo, o projeto Obra do Salvador é financiado pela prefeitura do município através de recursos encaminhados pelos órgãos municipais parceiros.

Entre os programas que também são desenvolvidos no município estão as entidades do sistema S - Senai, Senac e Sest Senat e a entidade sem fins lucrativos Ciee. Os programas selecionados como objetos de análise dessa pesquisa, são o programa de Jovem Aprendiz do Sest Senat e o Aprendiz Legal do Ciee.

O Programa Aprendiz Legal, desenvolvido pelo CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola, é um dos PJA de maior relevância no município. O Ciee é considerado a maior ONG (Organização não-governamental) do país, e atua como uma das maiores fundações sem fins lucrativos de assistência social no Brasil. A instituição é mantida pelo empresariado nacional e por parceiros como a Fundação Roberto Marinho. A entidade foi criada em 1964, quando alguns educadores e empresários se uniram com um objetivo e criaram uma entidade filantrópica pioneira, sem vinculação nenhuma com o governo, o sistema “S” ou entidades de classe (CIEE, 2023). Nesse sentido, a ONG se apresenta como uma representante do empresariado brasileiro e que busca parcerias com o mercado privado, de maneira a se distanciar da atuação governamental.

O CIEE conta com 33 unidades, presentes nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Pernambuco, e atende cerca de 2598 municípios no país. Além do Aprendiz legal, a instituição também opera a partir de Estágios e do programa socioassistencial Jovem Alerta.

O Programa Aprendiz Legal, atua a partir da Lei de Aprendizagem 10.097/2000, promovendo a inserção de jovens entre 14 e 24 anos no mercado de trabalho, por meio dos cursos de aprendizagem profissional em diversas áreas de ocupação. No município de Campos dos Goytacazes, o programa desenvolve a aprendizagem profissional a partir dos cursos de ocupações administrativas, comércio e varejo e auxiliar de produção industrial. Os contratos de aprendizagem cumprem as medidas legais que estabelecem a jornada de trabalho em no mínimo 4 e no máximo 6 horas diárias e 30 semanais, com duração de 9 ou 14 meses. Os Aprendizes ingressantes, cumprem uma carga de até 30 dias de imersão no curso de aprendizagem e realizam os encontros dos cursos uma vez por semana, com mais um encontro mensal, durante todo o contrato.

Como uma entidade de direito privado, o CIEE atende a todas as empresas que tenham vagas compatíveis com os cursos ofertados pela instituição, através do pagamento de uma mensalidade paga pelas empresas contratantes por cada jovem inserido. O valor é uma contribuição das empresas e não pode ser deduzido do salário recebido pelos aprendizes.

A instituição do Sest Senat no município de Campos dos Goytacazes, desenvolve ações de assistência social e acolhimento aos trabalhadores das empresas que atuam no setor do transporte, contando com uma equipe de profissionais da saúde para atender os usuários, promovendo o atendimento em diversas áreas como psicologia, odontologia e nutrição. Além disso, a instituição oferta diversos cursos profissionalizantes vinculados ao setor do transporte e desenvolve o Programa Jovem Aprendiz, com os cursos de qualificação profissional para os jovens que já se encontram inseridos no programa e cursos de capacitação para jovens que almejam participar de processos seletivos na área.

O financiamento da entidade e do programa Jovem Aprendiz, segue o modelo das demais instituições do sistema S. Nesse sentido, o Sest Senat desenvolve a inserção de jovens, de 14 a 24 anos, em ocupações que compõem o arco ocupacional da área administrativa, nas empresas do setor de transporte, promovendo o curso de qualificação para a função de auxiliar administrativo. Os jovens inseridos nesse programa, desenvolvem a parte prática, que corresponde a experiência de trabalho nas empresas contratantes, durante três dias na semana e por dois dias, participam das atividades teórico-prática na instituição de aprendizagem, durante toda a vigência do contrato. Os contratos seguem as exigências da forma de contratação para o Aprendiz e os cursos, são apresentados como uma capacitação para as funções administrativas necessárias aos jovens, para exercerem suas funções de trabalho.

3. O DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa buscou compreender como ocorre o processo de formação dos jovens em Programas de Aprendizagem Profissional, no contexto do capitalismo flexível ou neoliberal. Por meio das observações das atividades do programa e da realização das entrevistas semiestruturadas, o estudo investigou como ocorre a inserção dos jovens no mercado de trabalho, através dos programas? Como ocorre o processo de formação nos programas de Jovem Aprendiz? Quais as percepções dos instrutores e dos jovens acerca do programa? Qual o papel do empreendedorismo nesses programas? Como a subjetividade neoliberal se apresenta nesse contexto e quais são seus impactos?

Entre os Programas de Jovem Aprendiz desenvolvidos no município de Campos dos Goytacazes – RJ, dois programas foram escolhidos como objeto de análise, entre eles um programa pertencente ao sistema S. Uma das instituições foi analisada por meio de entrevistas com os profissionais do Programa Jovem Aprendiz, e o outro, a partir de entrevistas com os profissionais e os jovens participantes, além da realização de observações das atividades cotidianas dos cursos, realizadas por cerca de dois meses, com encontros duas vezes por semana. Ao total, foram realizadas 15 entrevistas, 6 com profissionais e educadores/instrutores dos programas e 9 com os jovens em diferentes períodos de participação no programa. Entre eles, jovens recém inseridos no programa e jovens em situação de término do contrato de aprendizagem.

Inicialmente, o interesse da pesquisa era realizar as observações e entrevistas em três programas com diferentes modelos de execução, entre eles os programas do sistema S, de natureza paraestatal, financiado por parcerias público-privada, Programas desenvolvidos por Organização da sociedade civil, e Programas de entidades privada com foco no desenvolvido por instituições locais. Todavia, a inserção nos espaços de Aprendizagem Profissional das diferentes instituições foi inviabilizada por situações de caráter burocrático como a iniciação das turmas que ocorrem de acordo com as demandas de contratação dos jovens, a não autorização de coordenadores das instituições ou dos representantes das empresas participantes dos projetos, entre outros. Algumas instituições não permitiram o acesso aos Jovens participantes, somente aos profissionais. Para além de questões administrativas, alguns educadores sinalizaram indisponibilidade em participar das observações, mesmo com o consentimento dos jovens. O que tornou inviável a realização das observações em algumas turmas ou instituições.

Nesse contexto, se faz necessário ressaltar que a dificuldade de acesso de pesquisadores a informações e/ou análise da execução dos programas é preocupante, visto que, independentemente da natureza institucional dos programas, o Jovem Aprendiz é uma Política Pública que precisa ter o seu desenvolvimento analisado, crítico e cientificamente.

Nesse sentido, optou-se por conduzir o estudo mantendo o sigilo referente aos nomes das instituições, de seus profissionais e jovens participantes. Com isso, as instituições serão referenciadas como instituição A e instituição B, os instrutores/educadores e demais profissionais do projeto serão citados como educador 1, educador 2 e assim respectivamente, porém não indicando suas instituições. Para os jovens participantes da pesquisa serão atribuídos a identificação de Aprendiz 1, Aprendiz 2, Aprendiz 3, e assim respectivamente, de modo a resguardar suas identidades.

Para realizar as análises, considerou-se a observação como uma ferramenta de coleta de dados que busca, a partir da inserção na realidade dos observados, apreender elementos essenciais para compreensão do fenômeno pesquisado. Com isso, foi observado como ocorre a formação dos jovens aprendizes durante as capacitações, conferindo o desenvolvimento da dimensão pedagógica, por meio da análise dos temas tratados e das abordagens e metodologias educativas utilizadas nas capacitações. Assim, as observações foram mobilizadas como um importante recurso para verificar como são apresentadas as concepções acerca da esfera do trabalho flexível e sobre a formação empreendedora.

As entrevistas semiestruturadas foram adotadas como uma ferramenta importante para a compreensão das percepções dos jovens e educadores a respeito do desenvolvimento do programa, da esfera do trabalho e do processo de formação empregado pela aprendizagem profissional. Assim, as entrevistas foram mobilizadas como um método que permite de forma mais detalhada, o acesso às informações do tema proposto.

3.1 O Discurso

David Harvey (2008), ao analisar o desenvolvimento histórico do fenômeno neoliberal, identificou que o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou as maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo

(Harvey, 2008). Foucault (1970), Dardot e Laval (2016), Wendy Brown (2018), também tratam o neoliberalismo como um fenômeno que é produzido e reproduzido no plano discursivo. Nesse sentido, o estudo busca compreender o processo de reprodução da lógica empreendedora e neoliberal na formação dos jovens nos programas de aprendizagem profissional, a partir dos referenciais metodológicos da Análise do Discurso Francesa.

A Análise do Discurso Francesa, foi inaugurada por Michel Pêcheux na década de 1960, como uma corrente teórica que buscava compreender o discurso a partir da articulação entre o sujeito, a linguagem e a história, tomando como referencial teórico os estudos da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise. No Brasil, a Análise do Discurso Francesa é propagada por Eni Orlandi (2005), que define o discurso como um efeito de sentidos entre locutores e produto ideológico dos sujeitos. Segundo Orlandi (2005), não há discurso sem sujeito, e não há sujeito sem ideologia. Assim, a produção do sentido é produto das ideologias que permeiam as relações entre a língua e os sujeitos. Desse modo, a Análise do Discurso se apresenta como um recurso metodológico necessária para identificar as construções ideológicas mobilizadas nos discursos dos sujeitos analisados pela pesquisa.

Os discursos são objetos simbólicos dotados de significância para e pelos sujeitos (Orlandi, 2005). Assim, para compreender os sentidos do discurso, é necessário considerar que os dizeres não são apenas mensagens a serem decodificadas, mas são efeitos de sentidos produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz (Orlandi, 2005). Nessa concepção, o discurso é um constructo que está para além do que é dito, considerando os não-ditos e os implícitos que conformam as discursividades e que somente podem ser acessados por meio da interpretação das condições de produção e das formações discursivas e imaginárias dos sujeitos enunciadores do discurso.

Os ditos e não-ditos estão presentes nos discursos, por meio da memória discursiva e do interdiscurso que correspondem a um conjunto de formulação já feitas, em outro lugar ou momento e esquecidas, que determina o que dizemos. Assim, não se pode compreender o discurso sem que se considere as condições de produção do discurso, que corresponde aos contextos social, histórico e ideológico dos sujeitos, que estão presentificados no discurso e se conectam com o contexto da enunciação. A Análise do Discurso, ao considerar que “as palavras mudam de sentido segundo a posição daqueles que a empregam” (Orlandi, 2005), consideram que as formações discursivas dos sujeitos

são constituídas pelas formações ideológicas e imaginárias dos sujeitos, que produzem os sentidos expressos em todo dizer. Desse modo, os sentidos não estão nas palavras elas mesmas, estão aquém e além delas (Orlandi, 2005), de modo que para analisar os discursos, é necessário verificar as ideologias que estruturam a formação das subjetividades presentes no discurso.

Nesse sentido, o esforço metodológico se concentra em compreender, por meio dos discursos, as formações discursivas que produzem e reproduzem as subjetividades neoliberais e promovem a formação empreendedora dos sujeitos. Busca-se também, entender as condições de produção discursiva que moldam as concepções dos indivíduos acerca da esfera do trabalho no Brasil e dos contextos de aprendizagem profissional que estão inseridos. Para isso, o estudo se concentra ainda em conferir os sentidos enunciados discursivamente que conformam as percepções dos sujeitos sobre as reformas trabalhistas ocorridas nos últimos anos, a ascensão do empreendedorismo e as transformações sociopolíticas que impactaram em seus cotidianos nos programas.

Com isso, as análises identificam que os programas se apresentam como espaços de formação empreendedora, que adotam a lógica do empreendedorismo como cultura organizacional, como metodologia de ensino e como conteúdo formativo do programa. Nesse sentido, o empreendedorismo é considerado não apenas como uma disciplina e conteúdo parte do currículo formativo, mas como um estilo de vida, um modo de ser (Dardot; Laval, 2016), mobilizado como um ideal de cidadania a ser seguido.

As abordagens pedagógicas e as metodologias empregadas na formação do jovem aprendiz, também evidenciam as ideologias empreendedoras como um referencial educacional dos programas. A pedagogia das competências é considerada como parte do currículo dos cursos é essencial para o desenvolvimento das habilidades e aptidões dos jovens. Nesse sentido, foi possível identificar nas observações e entrevistas, que tanto a educação como o trabalho são mobilizados a partir de um conjunto discursivo que evoca as ideologias empreendedoras e neoliberais que conformam o processo de formação do Aprendiz como um Empreendedor de si.

3.2 O Universo da pesquisa - perfil dos Jovens e Profissionais/Educadores

A pesquisa foi realizada a partir do exercício de observação do cotidiano dos profissionais e jovens integrantes dos programas e da aplicação de entrevistas. Nesse contexto, a pesquisa de campo na instituição A foi realizada a partir de visitas ao

Programa Jovem Aprendiz para observar o cotidiano dos profissionais e entrevista-los. Os estudos na instituição B, foram realizados por meio da observação dos encontros semanais do curso de Jovem Aprendiz e realização de entrevistas com profissionais, educadores e jovens participantes do programa.

Na instituição A, observou-se que o curso de Jovem Aprendiz é realizado uma vez por semana, com encontros de seis e quatro horas, a depender da carga horária estabelecida no contrato de jovem aprendiz dos jovens. Esses jovens, cumprem esse quantitativo de horas dentro de sala de aula e praticam atividades que permitam a avaliação de seu desempenho pelo programa. Os educadores do programa permanecem em sala de aula durante toda sua jornada de trabalho na unidade analisada. Esses profissionais, assim como os coordenadores da unidade, possuem uma rotina de trabalho flexível, com uma rotatividade na jornada de trabalho, atuando em diversos municípios da região Norte-Fluminense (RJ), numa mesma semana. Além disso, assim como os demais profissionais da unidade, psicólogos, assistente social etc, eles se revezam em um regime de trabalho híbrido, com atividades na empresa ou em home-office. Nesse sentido, as entrevistas se concentraram nos profissionais encontrados com frequência na unidade. Entre os profissionais entrevistados, todos indicaram ter realizado a formação em cursos de graduação e pós-graduação nas suas respectivas áreas de atuação.

Os estudos de campo na instituição B foram realizados a partir do exercício de observação dos encontros do curso de jovem aprendiz, que ocorrem duas vezes por semana pelo período de quatro horas e de entrevistas com educadores e jovens participantes dos encontros. O curso é ministrado por um grupo com cerca de 5 educadores, que compõe o quadro de instrutores de cursos técnicos e profissionalizantes ofertados pela instituição, e que são designados pelo programa para atuar na capacitação dos jovens. Além disso, outros profissionais da área administrativa relataram já ter ministrado capacitações no programa, na ausência dos instrutores. Todos os educadores indicaram ter realizado a formação técnica ou em cursos de graduação e pós-graduação nas áreas em que atuam nos cursos técnicos. Apenas dois deles relataram ter realizado uma formação com habilitação à docência e possuir alguma experiência de atuação como docente antes de iniciar na instituição.

Os jovens participantes da turma observada possuem entre 18 e 22 anos e estão concluindo o último ano do ensino básico, já concluíram ou estão inseridos em cursos do ensino superior em instituições públicas e privadas. Entre os nove jovens entrevistados, seis indicaram ter entre 19 e 20 anos e estarem realizando algum curso de formação

superior e três deles indicaram ter 19 anos e estarem concluindo ou já ter concluído o ensino médio. Todos os jovens relataram estar atuando em funções administrativas nas empresas em que foram contratados e já possuem experiência de trabalho, seja em uma participação anterior em outros programas de aprendizagem profissional, em trabalhos informais, autônomos ou temporários.

4. AS PERCEPÇÕES DOS JOVENS ACERCA DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

4.1 A inserção no mundo do Trabalho e na Aprendizagem Profissional

O processo de inserção dos jovens nos Programa de Jovem Aprendiz podem ser iniciados de múltiplas formas, entre elas a inscrição em processos seletivos realizados pelas próprias instituições de aprendizagem profissional ou a aprovação em processos de seleção realizados pelas empresas parceiras dos programas de aprendizagem profissional. Em alguns casos, a experiência se inicia através da participação de palestras sobre empregabilidade e cursos de preparação para o mercado de trabalho. Essas atividades são desenvolvidas a partir do paradigma do desemprego juvenil no país e apontam os jovens como indivíduos apáticos em relação aos estudos e ao trabalho, como se trabalhar ou estudar fosse apenas um objeto de escolha. Como parte da retórica neoliberal, veiculam que a solução para problemas sociais, como a pobreza e o desemprego, está na ação individual de cada pessoa para com suas trajetórias. Assim, essas atividades se concentram nas Juventudes pobres, sobretudo para aquelas inseridas em contextos sociais com baixo índice de escolarização e oportunidades de trabalho e atuam como ações de empreendedorismo social.

Durante as observações os jovens relataram que, apesar do processo de iniciação nos programas não ter ocorrido por meio de cursos e palestras de empregabilidade, eles foram alvos dessas atividades em outros espaços, como o escolar. Ao relatarem sobre o processo de inserção no programa, somente dois jovens sinalizaram que sua entrada no programa ocorreu mediante a inscrições e participação em processos seletivos disponíveis em sites de vagas de emprego. A indicação de parentes e amigos para participação em processos seletivos foi apontada como a principal forma de acesso ao trabalho. Alguns deles relataram terem sido indicados pelo pai, mãe, irmão, primos etc que são funcionários das empresas em que atuam.

Para esses jovens, é um privilégio terem oportunidades sendo geridas por pessoas próximas, o que promove uma sensação de segurança diante de possíveis desafios enfrentados nas relações de trabalho. Ter alguém conhecido no local de trabalho, parece transmitir uma sensação de que eles estarão resguardados de situações de exploração, entre outras condições que permeiam a esfera do trabalho. Ser conhecido por alguém também lhes garantem uma credibilidade dentro das empresas. Esse status é considerado

uma solução e também um problema, pois os jovens se sentem cobrados a provarem ainda mais desempenho e produtividade, como uma forma de retribuição pela oportunidade. Além disso, a forma de acesso pode ser considerada imprópria para um programa de políticas sociais, pois privilegia jovens que receberam a oportunidade a partir das indicações e promove um contexto de exclusão para outros que não dispõem do mesmo recurso.

A relação de proximidade com outros funcionários também é apontada como um facilitador no desenvolvimento das funções do trabalho, pois recebem auxílio e instrução quando necessitam. O que, segundo os jovens, é um amparo importante para a condição de jovem aprendiz, uma vez que sentem suas habilidades sendo testada no ambiente de trabalho a todo momento. Nesse sentido, o programa de jovem aprendiz analisado é constantemente elogiado pelos jovens, que apontam as capacitações como uma atividade de extrema importância para torna-los profissionais eficientes nesse contexto.

Eu aprendo muito no programa. O curso realmente me ajuda muito no trabalho, no desenvolvimento da faculdade. Eu aprendo mais aqui no curso do que na empresa, porque pela empresa, não rola muito (Aprendiz 1, 2023).

O curso desenvolvido pela instituição de aprendizagem é apresentado como a melhor parte da experiência. Nele, os jovens se sentem integrados a um grupo, visto que suas relações são permeadas pelo compartilhamento de experiências vivenciadas no local de trabalho, produtoras de uma sensação de pertencimento. Segundo o relato do Aprendiz 1 (2023), o curso promove uma experiência de aprendizagem interdisciplinar e oferece aporte tanto para o seu desenvolvimento profissional, como acadêmico. A imersão nas capacitações, que ocorrem no primeiro mês de contrato, com os jovens cumprindo as horas de trabalho de maneira integral no curso, é apontada como uma das partes mais importantes para ajudar na compreensão de como um ambiente de trabalho funciona. Entretanto, nos relatos acerca das experiências no ambiente de trabalho, os jovens ressaltaram dois fenômenos recorrentes: a exclusão e a exploração no ambiente de trabalho.

Alguns jovens relatam serem bem recepcionados nas empresas, mas se percebem isolados dos outros funcionários. Os jovens indicam que apesar de receberem uniformes e se caracterizarem como os outros funcionários, não são de fato integrados a empresa. Eles apontam que recebem funções isoladas e de baixo impacto nos processos de trabalho. São excluídos de reuniões, confraternizações etc. Para esses jovens, o tratamento

diferenciado dos outros profissionais tem relação com o fato do jovem aprendiz ser uma cota obrigatória a ser cumprida pelas empresas. Assim, eles se sentem “só mais um para cumprir cota” (Aprendiz 2, 2023). A falta de oportunidade para realizar tarefas mais importantes, é apontada pelos aprendizes como uma falta de confiança em relação as suas habilidades, pela condição de ser jovem. Desse modo, esses jovens atestam que não terão chance de contratação ao termino do contrato de aprendiz, o que gera uma quebra das expectativas com o programa, com a empresa e até mesmo com o trabalho formal. Assim, descrevem o trabalho formal como um campo fechado, excludente e com poucas oportunidades.

Os programas fazem todo o trabalho de inserção, mas se as empresas não fizerem esse trabalho também, o programa não está funcionando de fato. As empresas precisam inserir de fato os jovens. Não adianta o programa preparar o jovem e quando eles chegarem lá, eles serem designados a uma função, um setor e só isso... já contratei e acabou (Aprendiz 2, 2023)

O relato desse jovem evidencia o caráter negligente das empresas em relação aos jovens aprendizes e ao programa. Para o Aprendiz 2 (2023), que está realizando sua segunda experiência em um programa de jovem aprendiz, a falta de assistência e integração dentro das empresas é uma problemática recorrente nas suas experiências e nas de seus colegas de curso. Nesse sentido, destaca-se que ao tratar os Jovens como sujeitos sem a capacidade ou a responsabilidade necessária para realizar as tarefas, as empresas podem estar adotando concepções estigmatizadas sobre as juventudes e o Programa Jovem Aprendiz, dificultando sua permanência no programa. Assim, ao considerar o processo de inserção do jovem no mundo do trabalho como uma etapa que só acontece durante o processo da assinatura dos contratos e da disponibilização dos aparatos necessários para os jovens se estabelecerem no local de trabalho, também corrobora para uma experiência precária e insuficiente do programa. Ressalta-se também, uma falta de atuação dos programas junto as empresas para tratar dessas práticas.

Essas situações de exclusão, além de serem incompatíveis com a proposta dos programas, revela uma falha por parte das empresas em executar essa política pública, colocando em questão a efetividade da política de aprendizagem.

Em relação aos contextos de exploração do jovem enquanto um trabalhador, observa-se casos que vão desde assumir tarefas que não são correlatas as funções para que foram contratados, até a realização de hora extra e exercício de funções perigosas que além de não fazerem parte de suas atribuições, são atividades proibidas pela Lei de

Aprendizagem, pela CLT e pelas demais legislações que regulamentam a atividade do Jovem Aprendiz.

Ao relatarem essas circunstâncias, os jovens demonstraram consciência sobre as ações que configuram a exploração do trabalho, porém, ressaltam que não estarem trabalhando seria pior. Eles destacam os pontos positivos, que nas perspectivas deles, compensam os riscos e abusos. Entre os benefícios apontados, está o fato de receberem auxílios promovidos pelas empresas como plano de saúde, auxílio refeição etc, que não são obrigatórios aos jovens aprendizes, mas que são estendidos a eles por opção das empresas. Assim, evidencia-se que o medo de estarem à deriva, de ficarem desempregados ou perderem a renda que possuem através do trabalho, faz com que eles se permitam essas condições de trabalho. Essa relação de exposição ao risco é identificada como um novo “estilo de vida imposto” pela sociedade neoliberal (Dardot; Laval, 2016).

Para Sennett (2009), o risco é parte da nova cultura capitalista e se impõe como uma condição necessária a ser vivenciada pelos sujeitos numa sociedade concorrencial. Ser empresa de si mesmo pressupõe viver inteiramente em risco (Dardot; Laval, 2016). Desse modo, o sujeito é exposto a situações de risco que ele não pode esquivar, mas que tratados como decisões estritamente privadas.

Esses relatos demonstram o desenrolar das configurações do trabalho flexível nas experiências dos jovens aprendizes, que mesmo atuando em uma modalidade de trabalho/aprendizagem, com proteções legais mais rígidas e reguladas, vivenciam a relações de trabalho precarizada imposta pelo capitalismo neoliberal. A marca desse novo sistema de trabalho flexível é transformar os sujeitos em empreendedores de si, lançados na sociedade da concorrência, que operam a partir de um constante movimento de agarrar-se às oportunidades existentes, questionando cada vez menos as condições de trabalho e de contratação nelas embutidas (Tommasi, 2005).

Desse modo, o programa analisado também pode ter sua efetividade posta em discussão, visto que, são responsáveis por mediar as relações entre os jovens e as empresas. Nesse sentido, é possível elucidar que essas relações entre os jovens, as empresas contratantes e os programas, são afetados pelas transformações produzidas pelo neoliberalismo e permeada pelas novas configurações de sujeitos, sociedades e mundo do trabalho originadas pelas ideologias neoliberais e empreendedoras.

4.2 O Programa Jovem Aprendiz e a lógica empreendedora

Entre os jovens entrevistados, todos relataram ter exercido algum tipo de atividade profissional antes do ingresso no Programa de Jovem Aprendiz, e alguns realizam atividades profissionais paralelas ao programa. Durante as observações e entrevistas, os jovens relataram ter exercido atividades de trabalhos informais, por conta própria e em trabalhos uberizados⁶, como forma de adquirir alguma fonte de renda, principalmente durante o período pandêmico (2020 – 2022). Alguns relataram exercer essas atividades, mesmo atuando como aprendiz e, outros iniciaram alguma atividade após entrarem no programa, como uma forma de angariar uma renda extra.

Nesse contexto, observou-se que a inserção no mercado de trabalho em muitos casos ocorreu antes da experiência como o jovem aprendiz, através de trabalhos como motoboy, bikeboy, doceira, babá, manicure etc. Ao relatarem sobre essas atividades, os jovens assumem um discurso de que diante das necessidades foi preciso empreender. Assim, exercer as atividades de maneira informal foi considerado por eles ações de empreendedorismo. Nesse sentido, essas atividades paralelas de trabalho que configuram uma atuação informal no mundo do trabalho, transformam-se em atividades empreendedoras. Esse novo vocabulário não surge atoa, ele faz parte do repertório discursivo dessa nova racionalidade neoliberal em voga, que busca legitimar a precarização do trabalho, a partir de novas subjetividades e discursos. Desse modo, nota-se que o neoliberalismo, com suas estratégias de controle e precarização do trabalho, vai transformando a informalidade em um recurso empreendedor e naturalizando as formas de trabalho precário.

Segundo os jovens, essas atividades paralelas são realizadas devido à baixa remuneração do Jovem Aprendiz, que dependendo do contrato, possui uma média de remuneração de meio salário mínimo. O baixo valor das remunerações é recorrentemente citado pelos jovens e profissionais dos programas. Os jovens que relatam realizarem as mesmas funções ou até mais que os outros funcionários das empresas, apontam como a remuneração dos programas precisam ser melhoradas e o leque de benefícios ampliado.

Nesse sentido, ao analisar os discursos dos jovens acerca do programa e da esfera do trabalho, observa-se que eles consideram o trabalho formal como uma via segura e estável, que lhe garante direitos, apesar das precarizações. Porém, ao definirem o trabalho formal, eles estabelecem uma relação de comparação com o empreendedorismo. Nessa

⁶ Trabalhos uberizados - ocupações mediadas por plataformas digitais, mas não restringindo-se a elas (Abílio, 2020).

perspectiva, o empreendedorismo é tratado por eles como uma forma de trabalho autônomo, com liberdade e criatividade, que o indivíduo exerce de maneira individual, como uma forma de investimento para produzir rendimentos para si próprios. Para além da ideia de abrir o próprio negócio, eles concebem o empreendedorismo como um modo de ser que o trabalhador precisa adotar tanto nas empresas, como na vida cotidiana. Assim, embora lhes pareça benéfico, o trabalho formal é considerado como uma estrutura rígida e com poucas chances de crescimento, enquanto o empreendedorismo representa o oposto. Empreender é visto como um modo de trabalhar com liberdade, com chances de produzir oportunidades e gerenciar suas próprias escolhas.

Aqui eles falam muito sobre o empreendedorismo. E é muito importante para aprendermos a inovar, a empreender. Mesmo que eu não vá abrir um negócio ou ser autônomo, o empreendedorismo te ensina a inovar na sua própria vida, a sair da zona de conforto, a ter pensamento crítico (Aprendiz 3, 2023)

O empreendedorismo é interpretado pelos jovens de múltiplas formas. Ora é apresentado como uma forma de trabalho modernizada e individual, em que o sujeito se torna um micro empresário, se tornando seu próprio chefe. Ora é apresentado como um conjunto de atributos que o indivíduo precisa dispor para estar integrado a empresa, a escola e as relações sociais. Nesse sentido,

O empreendedorismo é você aprender a se reinventar. É se moldar naquilo que o mercado está pedindo e correr atrás do que o mercado está querendo. Se você não empreender com aquilo que o mercado quer, você será só mais um que tentou e não conseguiu (Aprendiz 4, 2023)

Segundo o relato do Aprendiz 4, que atua como um trabalhador autônomo paralelamente as atividades do Jovem Aprendiz, empreender é considerado um modo de “sobreviver” (Aprendiz 2, 2023), dentro do mercado de trabalho e da sociedade. Para além de uma metodologia empresarial, o empreendedorismo é apresentado como um modelo de indivíduo e de cidadão, que os sujeitos precisam incorporar para se adequarem a um novo padrão. Nesse sentido, o mercado é considerado como um regulador da vida social, produtor regras e normas sociais que devem ser seguidas por meio de técnicas de governança de si (Dardot; Laval, 2016), que os indivíduos aplicam sobre seus comportamentos e subjetividades.

Nesse sentido, a lógica empreendedora, interpretada como uma ideologia empresarial, é transformada em um conjunto de valores e normas sociais a serem implementados em todas as áreas da vida. Segundo Dardot e Laval (2016), o empreendedorismo é considerado como um modelo de governo de si, que atua como uma

ideologia depositária da racionalidade neoliberal. Sua disseminação ocorre por meio de discursos, imperativos e normas de conduta, que acaba por naturalizar sua forma de dominação (Carmo, et al, 2021).

Aqui eles ensinam muito o empreendedorismo. Mas acho que o empreendedorismo que eles trazem é o empreendedorismo que temos que ter dentro de nós mesmos, estudar e fazer coisas para acrescentar na gente (Aprendiz 5, 2023)

Nesse sentido, o empreendedorismo é veiculado no contexto de aprendizagem profissional como um produtor de normas cotidianas de identidade e conduta que configuram o sujeito como um capital humano e define todo tipo de atividade humana em termos de autoinvestimento racional e empreendedorismo (Brown, 2018). Na perspectiva neoliberal, todo indivíduo tem algo de empreendedorístico dentro dele, e é característica da economia de mercado liberar e estimular esse “empreendedorismo” humano (Dardot e Laval, 2016). Assim, o neoliberalismo busca, a partir da desconstrução de regras, normas e direitos, produzir novas formas de viver que transforma os sujeitos em empresas individuais.

4.3 A avaliação dos jovens acerca do programa

Acho que o grande problema é que os instrutores, no jovem aprendiz, não preparam uma aula, elas parecem soltas. Acontece de eles darem aulas repetidas. Parece que eles relaxam muito com o Aprendiz, pegam algo aleatório do currículo e começam a dar a aula, dão uma dinâmica, sobre empreendedorismo, por exemplo, só que existem milhares de conteúdo dentro disso. Eles não falam muito sobre o que vamos aprender e as vezes fica meio solto, perdido, entende? Os cursos não são ministrados por professores formados para o Jovem Aprendiz, mas por profissionais formados ou com experiência nas áreas dos outros cursos que a instituição oferece. Então, a linguagem deles é ligada a área que trabalham. Muitas vezes existe uma falta de tato para lidar com o que o jovem aprendiz precisa. Percebemos que alguns não se sentem à vontade como educadores no jovem aprendiz, mas eles tentam. Alguns parecem não saber muito bem como lidar. Tipo, muitos não tem didática e aí eles tentam ser extremamente simpáticos, fazer umas brincadeiras...alguns realmente são bons, engraçados, mas na maioria das vezes percebemos que é forçado. É uma simpatia forçada, meio que para preencher. Eles parecem ser ótimos profissionais nas áreas de formação deles. Mas será que são bons professores? Será que são bons professores para um curso de Jovem Aprendiz? Eles seguem um currículo né (Aprendiz 6, 2023).

O relato do Aprendiz 6 acerca do Programa Jovem Aprendiz evidencia diversas problemáticas que foram destacadas nas observações e, que se apresentam como desdobramentos das políticas neoliberais no contexto da aprendizagem profissional.

A primeira delas é que: “os instrutores, no jovem aprendiz, não preparam uma aula, elas parecem soltas”. Durante as análises os jovens apontaram que os encontros do curso são dinâmicos e proporcionam a inserção deles através de atividades práticas em grupos, porém, percebem uma falta de construção teórica dos conceitos e temas a serem tratados. Alguns ressaltam que apesar das dinâmicas estimularem neles maior atenção e foco para realizar as atividades, muitas delas não possuem uma finalidade clara para eles.

De acordo com as análises, os jovens sentem a necessidade de terem mais clareza sobre o ensino proposto no programa e pela grade curricular dos cursos, formulada pelas instituições. Essa necessidade aparece acompanhada dos questionamentos acerca do conteúdo repetitivo que, segundo os jovens, envolvem com muita frequência o tema do empreendedorismo.

O método de ensino utilizado pelo programa, com o ensino através das dinâmicas, faz parte das abordagens da metodologia ativa, como um novo modelo pedagógico da educação neoliberal. Nessa abordagem, o educador/professor atua como um mediador do processo de aquisição de conhecimento, responsável por selecionar, organizar e planejar os estímulos que deseja provocar. O aluno, por sua vez, é considerado o protagonista do processo de ensino aprendizagem e o responsável pelo desenvolvimento de seu próprio conhecimento, a partir do que o mediador disponibiliza em aula. Embora a metodologia ativa represente uma mudança dos paradigmas na educação, interpretando o aluno como um agente do conhecimento e não apenas como um receptor do conhecimento transmitido pelo professor, como na educação tradicionalista, essa metodologia vem sendo apropriada como uma ferramenta de propagação da subjetividade neoliberal.

Nesse sentido, as metodologias ativas são transformadas em métodos que promovam o desenvolvimento de competências nos alunos. Segundo Laval (2019) a pedagogia das competências representa a união entre a educação e o mercado, para promover a profissionalização, o que no contexto da aprendizagem profissional, reforça a noção de empregabilidade – habilidades desenvolvidas pelos sujeitos para o mercado de trabalho. Esse ensino voltado para as competências, busca não mais produzir o conhecimento especializado para o indivíduo se profissionalizar, mas promover o desenvolvimento de habilidades que serão utilizadas em todas as áreas da vida, seguindo

a lógica do capital humano. Desse modo, a formação por meio de habilidades é destacada pelos jovens como o objetivo empregado pelo curso.

O curso é realmente muito importante para produzir o desenvolvimento das habilidades, para aprendermos a falar bem, fazer apresentações, perder a timidez e ter mais engajamento na empresa (Aprendiz 7, 2023)

A partir dessas concepções educacionais e abordagens pedagógicas, os jovens não são mais conduzidos a se profissionalizarem em uma determinada função, mas a desenvolverem um conjunto de habilidades que atendam as necessidades das empresas em diferentes contextos e especializações. Essas habilidades podem ser a capacidade de oratória, persuasão, iniciativa, agilidade, estratégias de resolução de problemas e outras configurações de comportamento e subjetividades. Assim, o papel do professor não é mais transmitir conhecimentos, mas motivar, orientar, avaliar. Ele se tornou “coach”⁷(Laval, 2019), que deve mediar a formação desse indivíduo que empreende em si novas habilidades para atender ao mercado. Desse modo, quando se fala em tornar o jovem protagonista na aprendizagem,

significa a necessidade de dotá-las de competências operacionais que correspondam a seu desenvolvimento cognitivo, a suas necessidades particulares, interesses e projetos profissionais, e lhes deem a possibilidade de integrar-se no mercado de emprego e suprir suas “necessidades vitais” (Laval, 2019, p.)

Nesse sentido, o uso dessas metodologias são inicialmente empregadas nos professores, que são lançados dentro dessa lógica neoliberal e direcionados a conduzir os jovens/alunos nessa formação. Assim, se toda atividade pedagógica deve ser orientada para a inserção na empresa, é preciso logicamente começar pelos professores, formando-os dentro do espírito da empresa, em graus diversos, conforme seu envolvimento com “o fato ‘empresa’ (Laval, 2019). Desse modo, os professores também são conduzidos a se conceberem como empreendedores de si, adotando esse estilo de vida neoliberal e promovendo a educação neoliberal.

“Os cursos não são ministrados por professores formados para o Jovem Aprendiz, mas por profissionais formados ou com experiência nas áreas dos outros cursos que a instituição oferece” (Aprendiz 6, 2023). A partir desse trecho do relato feito pelo jovem,

⁷ “Coach” ou Coaching é um profissional que atua como treinador ou orientador, auxiliando o seu aprendiz a alcançar metas e objetivos.

podemos observar que os educadores do Programa Jovem Aprendiz analisado, são profissionais que atuam em diferentes áreas na instituição ou possuem experiência no trabalho em alguma área. Entre os profissionais entrevistados, apenas um deles relatou ter uma especialização em docência. Os demais profissionais relataram terem ingressado na instituição com base em conhecimentos técnicos e experiências profissionais nas áreas em que são formados, para lecionarem em cursos de nível técnico. Assim, o Jovem Aprendiz é uma atividade complementar para esses profissionais, que se revezam semanalmente para atuarem no curso.

Historicamente, as iniciativas em prol da formação de professores para a Educação Profissional, no Brasil, foram poucas e descontínuas (Sousa; Rodrigues, 2017). Nesse sentido, o quase inexistente processo de formação de professores para a Educação Profissional no país é marcado pela fragmentação e pela improvisação no trabalho docente. Entre os poucos instrumentos regulatórios existentes para tratar do processo de ensino-aprendizagem na educação profissional, destaca-se o Decreto nº 2.208/97 que oficializou a separação entre a formação geral e a profissional. Essa regulamentação, em vigor atualmente, promove a preferência da seleção dos professores com a formação advinda da experiência prática, em detrimento daquela construída em bases teórico-pedagógicas (Sousa; Rodrigues, 2017). Alinhados a essa perspectiva, a lógica que impera na educação profissional no país e nos cursos do Jovem Aprendiz, valoriza as experiências profissionais dos docentes.

Para Sousa e Rodrigues (2017), a existência de diferentes grupos para os quais se destina essa formação é uma barreira na proposição e implementação de estratégias de formação para os professores que lecionam na educação profissional. Além disso, subordinada a uma lógica que utiliza a educação como uma forma de atender aos interesses do mercado, essa área torna-se cada vez mais reprodutora de uma ideologia mercadológica, que é intensificada pelas transformações neoliberais no campo educacional e do trabalho.

Esse viés que subordina a educação aos interesses do mercado, atinge, numa espécie de efeito cascata: a educação básica como um todo, e principalmente a Educação Profissional, onde grande parte dos professores, a reboque de uma frágil formação, feita na maioria das vezes, por meio de programas e projetos de caráter emergencial, compensatório e produtivista, reproduzem a lógica de subordinação do ensino técnico ou profissional às demandas do mercado (Sousa; Rodrigues, 2017, p. 634).

Nesse sentido, observa-se que os educadores atuam como indivíduos empreendedores que, pela lógica do capital humano, são considerados aptos a lecionarem no curso de aprendizagem profissional. Assim, não somente o Programa Jovem Aprendiz busca desenvolver uma formação empreendedora para os jovens participantes, como é pensado e estruturado a partir das perspectivas empreendedoras, que alinham o projeto as concepções da sociedade neoliberal.

Desse modo, ressalta-se que a formação dos educadores dos programas de Jovem Aprendiz, poderia ser uma questão revista pelas instituições realizadoras e órgãos responsáveis pela sua regulamentação. Os programas, como parte de uma política pública que articula educação e qualificação profissional, demanda não somente de profissionais bem qualificados, mas profissionais que possuam formações especializadas para a área docente. Afinal, como foi colocado pelo jovem aprendiz, “eles parecem ser ótimos profissionais nas áreas de formação deles. Mas será que são bons professores? Será que são bons professores para um curso de Jovem Aprendiz?”

5. A CONSTRUÇÃO DO TRABALHADOR/ EMPREENDEDOR DE SI NOS PROGRAMAS DE JOVEM APRENDIZ

Os programas analisados possuem uma atuação considerada relevante no cenário da aprendizagem profissional local e atuam a partir de diversos arcos ocupacionais. Dentre eles, o que mais possuem contratos, nas duas instituições, é a área de ocupações administrativas. Os profissionais relatam que, apesar de haver uma procura pelo Jovem Aprendiz no setor de serviços e comércio, em diferentes funções, as ocupações administrativas são as que mais contratam aprendizes.

As instituições analisadas atuam a partir de duas vertentes: o desenvolvimento de cursos e palestras profissionalizantes e de programas de aprendizagem profissional. Os cursos correspondem ao desenvolvimento de palestras e cursos de curta duração (em média por até 30 dias) de capacitações para inserção no mercado de trabalho, que buscam captar jovens em condições de vulnerabilidade e que necessitam de instruções para acessar o mercado de trabalho. A principal atuação da aprendizagem profissional ocorre por meio do desenvolvimento do Programa Jovem Aprendiz, que possui duração máxima de até dois anos para cada jovem, a depender das condições do contrato oferecido pela instituição de aprendizagem. Nesse processo, os programas realizam uma imersão integral durante o primeiro mês do contrato do aprendiz, com a carga horária mensal correspondente a jornada de trabalho do jovem sendo cumprida somente no curso.

A proposta da imersão é apresentada como um requisito obrigatório, estabelecido pela Lei de Aprendizagem e, que é utilizada como uma ferramenta de preparação dos jovens para o ambiente de trabalho. Essas capacitações, buscam desenvolver concepções teóricas e práticas a respeito das noções básicas de informática, comunicação empresarial, trabalho em equipe e demais aptidões necessárias para as funções de trabalho. Para além do conhecimento técnico, essas capacitações atuam como uma espécie modulação comportamental dos jovens para inserção nas empresas. Essa iniciação, é apresentada pelos profissionais como uma preparação necessária para os jovens aprenderem “como falar, como se vestir, como se portar num ambiente de trabalho”. Desse modo, o primeiro contato dos jovens com a aprendizagem profissional busca empregar regras com o objetivo de moldar a conduta dos indivíduos e produzir normatividades que eduque e oriente suas ações.

Nesse sentido, observa-se que o programa se coloca como um espaço de formação de novas identidades, comportamentos e subjetividades que estejam em conformidade

com os desejos do mercado. Assim, o mercado é considerado como o criador das regras e normas de vida que devem ser incorporadas pelos sujeitos, não apenas para realizar suas funções no emprego, mas para tornar-se “um profissional atrativo para o mercado”. Nesse contexto, o mercado é interpretado como o organizador das relações e tratado como desenvolvedor de um processo de aprendizagem contínua e adaptação permanente (Dardot; Laval, 2016). Assim, o mercado é o responsável pelo processo de formação dos sujeitos, conduzindo a transformação dos indivíduos no “sujeito empresarial”, isto é, no sujeito neoliberal ou neosujeito.

Esse sujeito neoliberal não é mais o sujeito produtivo ou o sujeito consumidor, mas torna-se o sujeito investidor, que interpretado como autônomo, levado a se conceber como emancipado das amarras sociais que o impedia de gerir suas próprias vidas. Segundo Dardot e Laval (2016), o surgimento dessa nova concepção de sujeito ocorreu a partir das transformações sociais do fim do século XX, tendo como dois grandes impulsos paralelos: a democracia política e o capitalismo (Dardot; Laval, 2016), responsável por gerar o desenvolvimento de uma lógica geral das relações humanas submetido à regra do lucro máximo (Dardot; Laval, 2016). Nesse sentido, a formação do sujeito neoliberal ocorre a partir da transformação das sociedades em empresas, imersas em um sistema concorrencial, e na produção do governo das subjetividades, a partir de ideologias empresariais. Assim, trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra (Dardot; Laval, 2016), de modo que ele se sinta no controle de suas ações e responsável pelas suas consequências. Desse modo, o homem aprende a se conduzir não por “natureza”, mas graças ao mercado, que constitui um processo de formação (Dardot; Laval, 2016), no qual o empreendedorismo, atua como a ideologia mobilizadora da subjetividade neoliberal.

Nessa perspectiva, o homem neoliberal é o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial (Dardot; Laval, 2016), e que vive uma busca constante pela inovação e renovação de se capital. Assim, essa formação do sujeito neoliberal se apresenta na figura do indivíduo Empreendedor de si, que é gerada a partir da mobilização de múltiplos aspectos ideológicos, valores sociais e concepções de mundo, baseadas no governo neoliberal, na lógica empreendedora e nas ideologias do capital humano.

Assim, destaca-se que,

O empreendedor não é um capitalista ou um produtor nem mesmo o inovador schumpeteriano que muda incessantemente as condições da produção e constitui o motor do crescimento. É um ser dotado de espírito comercial, à

procura de qualquer oportunidade de lucro que se apresente e ele possa aproveitar, graças às informações que ele tem e os outros não. Ele se define unicamente por sua intervenção específica na circulação dos bens que transformar os indivíduos no Empreendedor (Dardot; Laval, 2016, p. 144)

Nesse sentido, o sujeito empreendedor é aquele que age para melhorar sua própria sorte, sendo adotado pelos programas como o sujeito ideal para mercado de trabalho. Assim, as atividades desenvolvidas durante os cursos, objetivam a produção de um conjunto de subjetividades que visa moldar os jovens e conduzi-los a se tornarem empreendedores se interpretam como empresas e busca pela sua própria sorte. Desse modo, os programas são estruturados a partir das ideologias empreendedoras para atuar como espaço de produção do sujeito investidor de si, que precisa a todo momento se autogerir e promover ações de autoinvestimento para se adequar as normas impostas pelo mercado de trabalho.

5.1 “Nós preparamos esse jovem para a vida”

O objetivo do programa é dar a eles a primeira experiência de trabalho, dar a eles o primeiro contato, para eles entenderem o que eles terão no futuro. O papel do programa é formá-los para a vida profissional. É mostrar o caminho para eles...mostrar o caminho, mas não ir junto com eles. Mas acho que para além disso, o programa não é somente para prepara-los para a empresa que eles estão, mas formá-los para a vida (Educador 1, 2023)

Essa fala do educador de um dos programas analisados, evidência o caráter formativo da identidade dos jovens assumido pelos programas. A ideia de que os programas possuem a responsabilidades de moldar o caráter, as identidades dos indivíduos, fornecendo valores sociais e produzindo concepções de mundo, é recorrentemente anunciada pelos educadores, nos dois programas analisados e ressaltada pelos jovens nas entrevistas. Nesse sentido, os educadores assumem o papel de formadores de normas e regras que devem ser adotadas pelos jovens em todos os contextos sociais. Os jovens, por sua vez, assumem a concepção de que precisam ser moldados e que os programas representam a chance de eles desenvolverem uma visão ampliada e certa sobre o mundo.

A formação profissional, direcionada a qualificação profissional de acordo com as diferentes áreas de atuação dos jovens, parece ser deixada de lado pelos cursos, que concentram os jovens em turmas com alto quantitativo de jovens (cerca de 20 a 30 jovens) das diferentes áreas, para receberem capacitações acerca do funcionamento do mercado

de trabalho, do sistema empresarial e de como tornar-se um profissional eficiente e desejado pelo mercado.

Quando os conteúdos mais técnicos aparecem, como legislações, normas regularizadoras, confecção de projetos e soluções empresariais etc, eles são ministrados através de dinâmicas que são interpeladas a todo momento pelas concepções empreendedoras. Nesse sentido, as atividades se concentram no desenvolvimento das habilidades dos jovens, entre elas, o desempenho eficiente, a flexibilidade, a aptidão para concorrência (Laval, 2019). Assim, as dinâmicas conduzem os jovens a exercerem suas atividades com eficiência em um curto período de tempo, com alta demanda de produtividade; a se desenvolver como um trabalhador flexível (Sennett, 2009), que exerça diferentes funções e atenda a várias demandas das empresas, mantendo a produtividade, e a buscarem alta produtividade e eficiência para se destacarem no mercado concorrencial.

Os programas também se apresentam como desenvolvedores de uma transformação social a partir da produção do protagonismo juvenil. Ao desenvolverem indivíduos preparados para sociedade concorrencial, os programas apontam o empreendedorismo como o caminho para sobrevivência na esfera do trabalho neoliberal. Nesse sentido, “mostrar o caminho, mas não ir junto com eles” (Educador 1, 2023), ressalta a concepção do jovem como um Empreendedor si, um indivíduo que deve ser autônomo e produzir estratégias de autogestão para criar suas próprias oportunidades.

5.2 - “Existe a vida pré-Aprendiz e a vida pós-Aprendiz”

Os programas de Jovem Aprendiz analisados se apresentam como um espaço que, para além de promover uma formação profissional, capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo (Gohn, 2006). Nesse sentido, os programas assumem o papel de formar os indivíduos não apenas para o trabalho, mas para a vida em sociedade.

Nós fazemos uma capacitação pessoal e profissional. Mexemos com o comportamento do jovem e promovemos a evolução desse jovem. Muitas vezes esse jovem chega aqui muito imaturo e conseguimos fazer com que ele adquira mais profissionalismo. O jovem chega aqui cru e sai uma nova pessoa. Essas capacitações servem para isso. Os jovens tem muito potencial, mas precisamos ajudar para eles desenvolverem (Educador 2, 2023)

Nas apresentações sobre o programa, a dimensão formativa é ressaltada como uma atividade de desenvolvimento, em primeiro lugar, de uma concepção de cidadania e de

uma construção da ética e do caráter dos sujeitos, para depois inseri-los na qualificação profissional em si. Essa perspectiva evidencia que para ser um trabalhador é necessário que o indivíduo seja submetido a uma preparação no plano da cidadania. Assim, para tornar-se um trabalhador qualificado, ele precisa tornar-se um indivíduo dotado de aparatos exigidos pela sociedade e pelas empresas. Nesse sentido, o jovem é considerado como um indivíduo que precisa ser preparado, melhorado e dominado.

Aqui ouvimos muitas histórias impactantes dos jovens, sobre o que eles eram antes do jovem aprendiz e o que se tornaram depois... vemos o brilho no ar do jovem quando eles recebem o primeiro salário. Principalmente com aqueles que vieram de situações de vulnerabilidade, tem jovens que só vivem com bolsa família. Eles ficam animados porque vão poder ajudar as mães, fazer compras em casa. Existe a vida pré-Jovem Aprendiz e a vida pós Jovem aprendiz (Educador 2, 2023).

Os jovens, ao serem interpretados a partir das concepções geracionais sobre as juventudes, são considerados como sujeitos em disputa, que precisam ser resgatados e direcionados, encontrando no trabalho esse caminho. Assim, essa concepção trata as juventudes como um período da vida dos sujeitos, entre a infância e a vida adulta, que é marcada pela rebeldia e pelo risco, necessitando de vigilância e ações de resgate. Nesse sentido, veicula-se a ideia de que é preciso controlar os jovens, ditar regras, dominá-los e inseri-los no caminho que promova sua salvação. Essa ideia é ainda mais reforçada quando as discussões acerca da integralização das juventudes estão no centro da questão, sobretudo as juventudes pobres.

Nesse contexto, as concepções que colocam os jovens como indivíduos propensos a atitudes transgressoras e desviantes, situam as juventudes pobres como um problema social que precisa ser solucionado. Assim, as juventudes populares, consideradas como um “problema”, são articuladas como as responsáveis pelo atraso ou pela modernização e desenvolvimento nacional e, por isso, precisam ser salvas. Assim, pautada por uma lógica do senso comum, as políticas públicas voltadas para as juventudes no Brasil aderem a essa narrativa salvacionista de que os jovens precisam ser constantemente resgatados. Desse modo, os programas atuam a partir de uma perspectiva focalizada, que coloca as juventudes pobres como os alvos das políticas públicas e, veiculam uma concepção estigmatizada que criminaliza a pobreza.

Embora o Programa Jovem Aprendiz seja uma política pública de extrema importância no combate às desigualdades e na geração da inclusão dos jovens no trabalho formal, que em tese, garante direitos e a proteção trabalhista, é uma política que possui

muitas lacunas em sua execução. Entre elas, a atuação focalizada dos programas, pautada pela reprodução de um discurso estigmatizado que coloca as juventudes pobres como uma categoria em risco social. Esse posicionamento contribui para o aprofundamento das desigualdades que afetam essas juventudes, aprofundando a exclusão social desses grupos e o aprofundamento das desigualdades que os afetam.

Nessa concepção, o trabalho é apresentado como o principal caminho de resgate desses jovens, seja do risco a violência e da criminalidade, ou das condições de vulnerabilidades. Nesse sentido, os programas de aprendizagem profissional se apresentam como as instituições responsáveis por “salvar” esses jovens e desenvolvê-los para atender as demandas do mercado de trabalho. Como parte dessa narrativa, evidencia-se as ideias de que a educação escolar não prepara os jovens “para a vida” e não cria condições para que eles adentrem o mercado de trabalho. Assim, os programas possuem a missão de transformá-los em indivíduos cujo comportamento esteja em conformidade com as regras sociais, como num processo civilizador.

O processo de formação do Jovem Aprendiz é mostrar o início de uma jornada que só eles podem escrever. O início da história deles. Eu como professor gosto muito de dar o protagonismo para eles. Eles são os protagonistas da vida deles (Educador 3, 2023).

Os programas analisados se destacam como representantes pela “transformação social” dos jovens através do desenvolvimento do “protagonismo juvenil”. Para Tommasi (2014), o “protagonismo juvenil” é parte de um discurso hegemônico no campo das políticas públicas, tanto governamentais, como das organizações da sociedade civil, sendo considerado um emblema da representação dos jovens-solução. Nesse sentido, o protagonismo juvenil é tratado como a estratégia de produção dessa “salvação” operada pelos programas e, que se fundamenta na ideia de que os jovens, independente de seus contextos sociais, possuem uma força e uma capacidade singular para promoverem as mudanças sociais. Assim, produzir jovens protagonistas, seria produzir jovens que transformem suas próprias realidades diante das dificuldades.

A produção desse protagonismo é tratada como um processo educativo de desenvolvimento de habilidades e potencialização das aptidões dos jovens, como uma forma de aquisição de capital humano eficiente (Laval, 2019). Nesse sentido, os programas buscam o desenvolvimento de competências, consideradas como um conjunto de disposições comportamentais, socioemocionais e cognitivas, que promovem habilidades e são incorporadas pelos sujeitos.

essa questão das competências, na medida em que se reporta ao desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e destrezas, tem a ver também com a instituição, demarcação, medição e comparação daqueles componentes de capital humano que têm ou não valor, no e para o mercado, ou seja, dos componentes de capital humano que mereceriam ou não ser objeto de investimentos por parte dos indivíduos (Gadelha, 2009, p. 183).

Essa ênfase nas competências faz parte das transformações geradas pela reestruturação produtiva e pela racionalidade neoliberal, que passa a interpretar os indivíduos como um capital humano que precisa ter seu valor constantemente aumentado por meio da aquisição de habilidades. Assim, a sociedade, as instituições e até o próprio sujeito passam a tratar a si mesmo como uma empresa e todo tipo de atividades e relações sociais como investimentos. Nesse sentido, ressalta-se que essa produção dos indivíduos como Empresas de si, é mobilizada pela racionalidade neoliberal por meio das ideologias empreendedoras que reforçam a construção de uma sociedade concorrencial, em que tanto a educação, a saúde ou o trabalho, são considerados investimentos que darão retornos de acordo com o esforço e as habilidades empregadas.

Nesse contexto, seja na educação ou na esfera do trabalho, as habilidades são definidas pelos aspectos necessários para aumentar o capital humano de acordo com o que as empresas ou o mercado necessitam. Assim, esses sujeitos aptos ao mercado de trabalho neoliberal precisam ser proativos, inovadores, inventivos, flexíveis, com senso de oportunidade e com notável capacidade de provocar mudanças (Gadelha, 2009). Segundo Sennett (2006), esse novo ideal de trabalhador precisa estar a todo momento em busca da renovação do seu capital humano e disponível às constantes mudanças provocadas pelas crises e transformações sociais. Nesse contexto, o trabalhador necessário à sociedade do trabalho neoliberal é o trabalhador flexível, que deve ser adaptável a circunstâncias variáveis, mas não quebrado por elas (Sennett, 2006).

O indivíduo, como protagonista de sua própria vida, não se enxerga mais na figura do trabalhador especializado na função que lhe é direcionada, disciplinado e obediente às decisões do patrão. Ele corresponde ao trabalhador ativo, que é conduzido à autodisciplina e busca aprender conhecimento de múltiplas áreas, que o habilite a atuar em diferentes funções dentro de uma mesma empresa, ou em empregos distintos que lhe garantam renda. A concepção do trabalhador ativo, que atua em uma cultura organizacional horizontalizada, em que ele acredita que pode opinar nas decisões, encoberta uma nova forma de controle social que ao invés de torná-los de fato protagonistas, lança os sujeitos

numa condição à deriva em que não se sentem donos de suas próprias vidas ou decisões, mas se sentem responsabilizados pelos sucessos e fracassos em suas vidas.

5.3 “Não quero ser empregado de ninguém”

Existem muitos jovens que chegam aqui dizendo que não querem ser empregados. Eles falam “não quero ser empregado de ninguém”. Eles chegam aqui querendo uma mãozinha para empreenderem, então o programa Jovem Aprendiz dá uma mãozinha nisso. E com o dinheiro que recebem a partir do trabalho, muitos conseguem, fazer um curso, comprar coisas para revender, abrir uma coisinha para eles. E eu apoio! Sempre falo que eles precisam alavancar o protagonismo deles, eles precisam ser protagonistas da vida deles (Educador 2, 2023).

O empreendedorismo está inserido no cotidiano do programa através das atividades que não podem ser apenas teóricas. Gostamos de fazer o jovem “botar a mão na massa” e aprender a desenvolver as habilidades e estar sempre de olho nas oportunidades que o mercado oferece. É preciso ter sensibilidade para observar. precisamos desenvolver jovens empreendedores (Educador 4, 2023).

Esses relatos, de profissionais que atuam nos programas analisados, evidenciam que os projetos de aprendizagem operam como um espaço de produção dessa concepção do sujeito neoliberal, que é conduzido a se conceber como trabalhadores/ Empreendedores de si. Segundo o relato, os jovens não só recebem uma formação do programa centrada na produção do Empreendedorismo, como também chegam ao programa munidos de um discurso empreendedor acerca do trabalho. Esse dado reforça a concepção de que a racionalidade neoliberal aponta a conduta empreendedora em todos os lugares, constringendo o sujeito a vestir-se à moda do capital em todos os lugares (Brown, 2016).

Dardot e Laval (2016), argumentam que a principal novidade do neoliberalismo é que ele produz uma nova governamentalidade, uma nova forma de controle social que não mais preconiza o adestramento dos corpos e a condução das condutas, mas consiste numa produção de subjetividades que articula uma nova definição de sujeito, levado a perseguir suas realizações pessoais e a ser “guiado” por elas. Esse projeto neoliberal inaugurou uma nova modelagem do indivíduo que pode ser governado pelas maneiras como ele quer ser “bem-sucedido” (Dardot e Laval, 2016). Assim, o neoliberalismo promove o modo como o sujeito deve ser “guiado”, “estimulado”, “formado”, “empoderado” para cumprir seus “objetivos” (Dardot e laval, 2016).

Nesse contexto, o empreendedorismo surge como a ideologia depositária e propagadora desse novo ethos que torna o indivíduo uma empresa que precisa do auto-

investimento para alcançar o sucesso em suas trajetórias. Assim, a ideologia empreendedora, sustentada pela teoria do capital humano, produz o sujeito neoliberal, o homem competitivo, inteiramente imerso na competição mundial (Dardot e Laval, 2016), para alcançar os objetivos que são conduzidos a desejarem. Desse modo, o modelo de governo neoliberal

consiste em promover uma “reação em cadeia”, produzindo “sujeitos empreendedores” que, por sua vez, reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre eles, o que exigirá, segundo a lógica do processo autorrealizador, que eles se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais duras que eles mesmos produziram (Dardot; Laval, 2016, 326)

Assim, a produção do sujeito empreendedor si, é o elemento que fundamenta um “novo espírito do capitalismo” (Boltanski; Chiapello, 2009). Nesse sentido, a formação do trabalhar/empreendedor tem como objetivo fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de distanciamento entre o indivíduo e a empresa que o emprega (Dardot e Laval, 2016). Desse modo, esse novo governo dos homens, centrado na produção intensa de capital em curto tempo, promove a superexploração das forças de trabalho em nome da acumulação flexível que beneficia cada vez mais um pequeno grupo de indivíduos, em detrimento da precariedade das condições de vida da maior parte da sociedade mundial.

5.4 “O papel do empreendedorismo é criar no jovem uma resistência”

o papel do empreendedorismo é mostrar para o aluno que ele pode, que ele tem condições de fazer o que ele quer. O papel do empreendedorismo é mostrar que existe um caminho. E esse caminho pode ser trabalhar para si mesmo, trabalhar para uma empresa, mas independente de qual vertente ele siga, ele terá os percalços e, é justamente esse é o papel do empreendedorismo: criar no jovem uma resistência, um feeling para ele saber se vai dar certo, se vai tentar se vai desistir. Acho que isso é importante, trazer as características do empreendedorismo para ele usar na vida (Educador 5, 2023).

O trabalhador flexível e adaptável é aquele sujeito cuja capacidade de resiliência, isto é, de se adequar as rápidas mudanças e se renovar com elas, é constantemente provada diante das crises e transformações sociais. Sennett (2006), ao identificar as mudanças provocadas pela reestruturação produtiva, ressalta que o capitalismo flexível além de exigir dos trabalhadores altas demandas de trabalho, no menor tempo e com alto desempenho, reduziu o próprio trabalho a uma questão de gerenciamento de habilidades e desempenhos. Essas transformações associadas a um contexto de extrema precarização

das relações de trabalho e das relações sociais, lançou os sujeitos numa condição à deriva. Segundo Dardot e Laval (2016), essa condição é necessária para colocar em prática a concepção dos indivíduos, como empreendedores de si, que tem a capacidade de empreender em todas as esferas da vida, não necessitando das políticas de proteção social do Estado.

Nesse sentido, a produção dos sujeitos economicamente ativos e protagonistas de suas próprias vidas, busca individualizar cada vez mais os indivíduos, reduzindo os problemas sociais que os afetam, em problemas individuais. Para Krein e Colombbi (2019), a produção do empreendedor de si, alinhado as reformas trabalhistas ocorridas nos últimos anos, tendo como principal objetivo colocar em prática a desregulamentação das leis trabalhistas e a precarização do trabalho, produziu um contexto em que os trabalhadores precisam lidar constantemente com o risco. O risco de estar desempregado, o risco de não lucrar e o risco de não sobreviver na sociedade da concorrência. Essa produção do risco é mobilizada pelas empresas e instituições como uma forma de moldar os esforços dos indivíduos (Sennett, 2009). Assim, o risco é considerado uma maneira de medir os esforços dos sujeitos, sendo interpretado como um teste de caráter e das habilidades dos trabalhadores.

Para além disso, o risco na vida real é conduzido, no nível mais elementar, pelo temor de deixar de agir. Assim, numa sociedade dinâmica, as pessoas passivas murcham (Sennett, 2009). Nesse sentido, se arriscar torna-se uma competência necessária tanto ao trabalhador flexível, como ao indivíduo comum que adere ao modelo flexível ou empreendedor, sendo submetido ao risco em todas as esferas da vida. Desse modo,

Hoje, mais do que antes, o assalariado, sozinho diante de tarefas impossíveis ou duplas injunções, corre o risco de perder a consideração de chefes ou colegas. [...] O risco profissional, hoje normal, põe o indivíduo numa situação de vulnerabilidade constante, que os manuais de gestão interpretam positivamente como um estado de exaltação e Enriquecimento (Dardot; Laval, 2016, p. 374)

Nessa concepção, os contextos de precarização e vulnerabilidades são considerados como oportunidades para os sujeitos potencializarem suas habilidades e desenvolver o empreendedorismo de si. Segundo Becker (2011), a produção social de riquezas, na modernidade avançada, seria sistematicamente acompanhada pelas produções sociais de riscos.

Para Dardot e Laval (2016), a produção do risco é mobilizada como uma estratégia do neoliberalismo para transferir as responsabilidades pelos problemas sociais para os

indivíduos, tornando-os cada um responsável pelas suas próprias questões. Os autores destacam que o sucesso ideológico do neoliberalismo foi possível por meio das críticas empregadas contra o Estado, no contexto de crise do Estado de bem estar social. Assim, ressalta-se que o neoliberalismo travou uma guerra ideológica contra o Estado por meio de ideias que colocavam o Estado como o responsável pelas crises. Entre os argumentos neoliberais, se destacaram a concepção de que os gastos estatais inflacionários representavam um desperdício burocrático; a regulação estatal sobre o mercado provocava sua asfixia e tese de que as políticas de bem estar social empregadas pelo Estado, geram uma dependência a assistência social e provocam a desmoralização dos indivíduos.

De acordo com essas concepções, o Estado ao promover políticas de assistência e bem estar social, guiado por princípios de solidariedade, eximiu os indivíduos de suas responsabilidades e dissuadiu-os de procurar trabalho, estudar, cuidar de seus filhos, prevenir-se contra doenças causadas por práticas nocivas (Dardot; Laval, 2016). Com isso, as ajudas sociais são apontadas como a causa da produção de uma desmoralização dos indivíduos e inversão de valores sociais que desencadearam desigualdades e fenômenos e exclusão social.

Nesse contexto, as ajudas sociais são atribuídas ao declínio das ocupações de trabalho e as políticas de impostos e transferência de renda, são considerada uma política que retira dos ricos para dar aos pobres e impede o crescimento das elites econômicas. Nesse sentido, os pobres escolhem o ócio não por fraqueza moral, mas porque são pagos para escolhê-lo (Dardot e Laval, 2016), de modo que as políticas sociais encorajam a pobreza e é responsável pela aniquilação de valores sociais como: a honestidade, o sentido do trabalho bem feito, o esforço pessoal, a civilidade, o patriotismo (Dardot e Laval, 2016). Essas ideologias fazem parte de um conjunto de ideias neoliberais contra as políticas assistenciais da democracia social, apontada por como parte de uma retórica reacionária.

O remédio que se deve dar a essa situação é evidente: diminuir as transferências de uns para os outros [...] e pôr em ação, em todos os domínios e em todos os níveis, sobretudo no nível microeconômico do comportamento dos indivíduos, os mecanismos do cálculo econômico individual (Dardot; e Laval, 2016, p. 206)

Para solucionar essas problemáticas, os neoliberais propuseram a condução dos mecanismos do cálculo econômico individual, em todas as áreas da vida. Nessa lógica, esses discursos conduziram o neoliberalismo a uma hegemonia nas sociedades

capitalistas, produzindo a redução do protecionismo estatal e a individualização dos problemas sociais, promovendo a relação do indivíduo com o risco. Assim,

Assistimos a uma individualização radical que faz com que todas as formas de crise social sejam percebidas como crises individuais, todas as desigualdades sejam atribuídas a uma responsabilidade individual. A maquinaria instaurada “transforma as causas externas em responsabilidades individuais e os problemas ligados ao sistema em fracassos pessoais (Dardot; Laval, 2016, p. 343)

Essa transformação dos indivíduos nos únicos responsáveis por seus destinos, veicula a ideia de que a sociedade não lhe deve nada. Assim, o empreendedorismo de si além de representar uma ideologia empresarial mobilizada como um modelo de vida a ser adquirido pelos indivíduos, atua como base discursiva, instrumentalizada para expandir o governo neoliberal. Desse modo, as sociedades se transformam em sociedades de risco, exigindo dos sujeitos uma rigorosa prática de autogestão dos próprios comportamentos, provando a todo instante o seu valor.

5.5 Empreender ou precarizar?

O jovem empreendedor para mim é esse jovem que é protagonista da sua própria vida. E é o que as empresas querem. Tem jovens aqui que empreendem dentro das próprias empresas que estão trabalhando e conseguem ter um maior sucesso e são até efetivados por isso. Por exemplo, tem jovem que entra para arrumar um arquivo e resolve fazer o marketing digital da empresa e ele se destaca tanto que consegue subir na empresa e, até cria um novo setor na empresa através desse empreendedorismo (Educador 2, 2023)

O ingresso no mundo do trabalho é um dos principais marcos da passagem da condição juvenil para a vida adulta. Carregado de sentidos, o trabalho é uma prática social que simboliza a dignidade, a honestidade e a busca pelo reconhecimento social. Para as Juventudes pobres, o trabalho além de conferir dignidade, representa em muitos casos um meio de sobrevivência ou uma renda a mais no orçamento familiar. O trabalho, assim como a educação, é mobilizado socialmente como um caminho para romper as barreiras da desigualdade e alcançar a ascensão social.

Essas percepções sobre o trabalho, segundo Castel (1998), foram fortalecidas pelo modelo de trabalho assalariado da sociedade industrial, ou sociedade salarial, que permitiu aos indivíduos o acesso as relações produtivas por meio do consumo. Assim, a criação de direitos e proteções legais do trabalho e o acesso a novas formas de consumo por meio do salário, permitiu que os trabalhadores se sentirem parte do mundo do trabalho

e das relações produtivas. Desse modo, a sociedade salarial, conferia aos trabalhadores uma integração social por meio do trabalho estável e da inserção relacional entre os indivíduos.

A reestruturação produtiva que origina o trabalho flexível e a sociedade concorrencial, promove uma nova organização no mundo do trabalho, alterando os sentidos em relação ao trabalho. Esse novo sistema produtivo pautado na flexibilidade, promoveu a desregulamentação do trabalho, atreves de uma série de reformas legislativas que consolidou a perda do status salarial e da estabilidade, promovendo a intensificação do trabalho, a diminuição dos prazos e a individualização dos salários. Assim, o sistema flexível instaura novas formas de precarização do trabalho que o reduzem a práticas de subsistência e meios para atingir o sucesso pessoal.

Se a sociedade industrial promovia a integração social por meio do emprego formalizado e pelo status do salário, na sociedade neoliberal o que importa é o desempenho e a eficiência dos trabalhadores para que alcancem o sucesso pessoal. O trabalho, atrelado a ideia do esforço a qualquer custo se tornou um meio de atingir essa nova forma de reconhecimento social, por meio do sucesso individual. Nesse contexto, as relações de trabalho são lançadas num sistema concorrencial, de concorrência não somente entre as empresas, mas entre os todos os indivíduos dentro e fora do mundo do trabalho.

Nesse cenário, o trabalho flexível intensifica a precarização do trabalho e impõe novas formas de controle sobre os trabalhadores por meio das técnicas de autogestão que formam o empreendedor de si. A de precarização das condições de trabalho se torna mais palatável em ambientes de desemprego estrutural, como no Brasil, que lança os trabalhadores em situações de vulnerabilidades, por meio da gestão de riscos. Nesse sentido, o jovem protagonista da sua própria vida, é aquele que revestido pelas ideologias do empreendedorismo de si, busca por meio do trabalho e do esforço, alcançar um caminho de prosperidade e sucesso pessoal, mesmo que em condições de precarização e exploração das relações de trabalho. Desse modo, o empreender é, em muitas situações, promover sua subsistência em condições de precarização do trabalho, tratando as situações de exploração do trabalho como oportunidades para alcançar o sucesso pessoal.

5.6 A lógica do mérito

Os jovens chegam sem uma definição ainda do que eles querem. Eles querem trabalhar, buscam a oportunidade e se matriculam no programa, mas ainda não possuem uma definição acerca da vida profissional. Eu acho que o programa ajuda a eles a encontrarem essa definição, esse caminho. Esse horizonte que todo mundo busca encontrar. Eu falo muito para os alunos que “Tudo depende deles”. Não é que o mercado seja injusto, mas ele será mais justo com aqueles que mais se destacarem (Educador 6, 2023).

Em uma das observações realizadas cujo o tema do encontro era o “Empreendedorismo”, um dos Aprendizes da turma relatou uma das dinâmicas das aulas anteriores. “na última aula a gente aprendeu que tem que estar sempre atentos, disposto, ter iniciativa, ousadia”. Segundo o relato, um dos instrutores propôs uma dinâmica que necessitaria de um voluntário, mas ninguém respondia. O instrutor insistiu até que um dos jovens levantou a mão. Como recompensa pela atitude, o instrutor fez uma transferência bancária para o jovem, “para motiva-los a sempre ter iniciativa e a não perder as oportunidades que a empresa pode dar”. O instrutor, ao citar o episódio em sala, enfatizou que “as vezes uma função a mais que a empresa te dá, pode ser uma oportunidade de crescimento”, “uma oportunidade que pode ser única”.

Outro episódio observado durante as atividades o instrutor responsável pelas atividades, que também tinha como tema o “Empreendedorismo”, é interessante para pensarmos as ideologias presente durante os cursos. A aula cujo o debate tinha como foco o empreendedorismo e a inovação, buscava incentivar os jovens a criar um projeto com novas possibilidades de cursos a serem ministrados pela instituição. A introdução da aula foi realizada a partir de uma perspectiva da teoria do capital humano, citada como um conceito da economia que ajuda os indivíduos a compreenderem como o mercado empresarial funciona. Segundo o instrutor, “os trabalhadores são como mercadorias, e assim como existem várias mercadorias à disposição no mercado, existem também diversos trabalhadores á disposição das empresas, e elas querem as melhores”. Seguindo com o debate, o instrutor ressalta que “para se tornarem as melhores mercadorias a disposição das empresas, os jovens devem fazer cursos, desenvolver habilidades e estarem sempre preparados para criar e inovar”.

Esse relato evidencia uma concepção de sujeito e de trabalhador instrumentalizada como o ideal a ser incorporada pelos jovens. Trata-se do indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos (Dardot; Laval, 2016). Assim, essa narrativa ressalta uma dimensão importantes para compreendermos o processo de formação desses jovens como indivíduos aptos a atuarem na sociedade neoliberal do trabalho: a lógica do mérito.

Meritocracia foi um termo cunhado pelo sociólogo Michael Young, na obra “The Rise of Meritocracy”, em 1958. O sociólogo desenvolveu a teoria a partir da análise das mudanças no sistema educacional britânico ocorridas na década de 1950, colocando as habilidades individuais dos sujeitos e o esforço empregado nas atividades, como responsáveis pelo sucesso ou fracasso. A obra descreveu a meritocracia como uma distopia, um sistema não ideal, que no futuro daria origem a arrogância e o ressentimento. Para Sandel (2020), a obra descreve a perspectiva paradoxal da meritocracia. Ao mesmo tempo que transforma o fracasso e o sucesso dos indivíduos como resultado somente do esforço individual, desconsiderando a luta de classe, e as perspectivas de raça, gênero etc, essa ideologia cria uma consciência crítica do mérito com base na hereditariedade, questionando o mérito dos sujeitos que foram lançados nas altas posições sociais por heranças. Impedindo, assim, que a classe trabalhadora enxergasse sua situação como fracasso pessoal (Sandel, 2020). Nesse sentido,

Para alguns ela é um valor negativo, na medida em que recusa os privilégios e afirma que nenhum indivíduo pode ter seu destino determinado pelo nascimento e classe social. Para outros, destaca-se na meritocracia o valor afirmativo, no qual as características particulares dos indivíduos servem para distingui-lo dos demais afirmando o merecimento às posições que ocupam (Mazza; Mari, 2021, p. 05).

Esse paradoxo produz um dos mais importantes dilemas sociais contemporâneos, a lógica do mérito pelo esforço individual. Além de lançar as bases do individualismo social, a meritocracia é instrumentalizada por grupos dominantes para legitimar as desigualdades sociais como algo naturalmente produzido pelas dinâmicas sociais. Nessa concepção, todos os indivíduos possuem as mesmas oportunidades, desde sua origem social. Segundo Mizzi e Mari (2021), essa narrativa do mérito busca sua legitimidade na teoria da propriedade privada e do direito natural de John Locke, que defende ser por meio do trabalho, que os indivíduos retiram da natureza, igualmente pertencente a todos, aquilo que pode ser chamado de “seu”. Desse modo, o trabalho é revestido de um caráter moral, que unido a lógica do mérito, dão legitimidade ao argumento meritocrático de negação da desigualdade como um fenômeno produzido pelo sistema de acumulação capitalista.

Nesse sentido, a meritocracia é considerada um projeto moral e político, mobilizado para difundir a lógica do esforço como via de superação das desigualdades sociais. Para Sandel (2020), alocar empregos e oportunidades de acordo com as

concepções de mérito não é uma solução, mas um modo de justificar as desigualdades, reduzindo o combate às desigualdades a uma questão de ter ou não habilidades necessárias para combatê-las. Nessa concepção, se difundiu a ideia de que,

O mundo está aí para ser conquistado, aqueles que têm mais enriquecem porque fizeram mais, tornando a desigualdade uma dimensão moral. Os pobres teriam também todas as capacidades de trabalho para adquirir os bens, imoral é não se esforçar o suficiente (Mizzi; Maria, 2021, p.07)

Essa concepção cria o pressuposto de que as pessoas recebem o que merecem (Sandel, 2020), e de que o esforço, é o que nos torna dignos. Assim, a lógica do esforço é operacionalizada para sustentar o discurso meritocrático e promover a justificação das desigualdades sociais, como um fenômeno causada por uma relação entre excesso e falta de esforço. Essa retórica, atua como aparato discursivo que encobre as relações desiguais produzidas pelo próprio sistema de acumulação capitalista e busca responsabilizar individualmente cada sujeito por seus sucessos e fracassos. Desse modo, a lógica do esforço é utilizada pelos governos neoliberais para justificar a meritocracia como ela realmente é: um sistema que na prática privilegia os grupos dominantes e vulnerabiliza os grupos dominados, provocando a culpabilização e a responsabilização dessas classes populares.

Ressalta-se ainda que, o capitalismo precisa o tempo inteiro engolir suas críticas, de modo a parecer sempre um sistema progressista e aberto a superar os antagonismos sociais (Maciel, 2021). Nesse contexto, a ideologia meritocrática é mobilizada como um conjunto de crenças operadas para sustentar a ordem capitalista e legitimar os modos de ação dentro dessa esfera. Para Boltanski e Chiapello (2009), a forma atual do capitalismo precisa produzir garantias para a sociedade, como segurança mínima e outros aspectos que são produzidos não somente para inspirar aqueles que são oprimidos por essa ordem, mas instigar aqueles que as sustentam por meio da produção de valores ideológicos. Assim, esse sistema produz justificações que buscam expressar falsas virtudes e concepções pautadas na produção de uma justiça social, como forma de produzir argumentos robustos, para serem aceitos pelo maior número de pessoas, e com isso, favorecer o capitalismo neoliberal.

5.7 A corrosão do caráter e a precarização do trabalho como regra no trabalho flexível

Eu estou em uma situação melhor agora...em uma empresa melhor...porque tem jovem aqui que ainda está vivendo uma situação muito ruim. A empresa anterior, onde eu também trabalhava como Aprendiz, não me pagava direito, atrasava o pagamento, e quando pagava, caía pingado... um pouco numa semana, mais na outra. Eu já fiquei duas semanas sem receber, sem falar que o trabalho era bem precário. Era muito complicado. Eu era obrigada a fazer hora extra e não recebia nada por isso. Eu consegui sair dessa, mas tem pessoas aqui que não tiveram outras oportunidades como eu.

- O programa sabe sobre essas questões?

Sabe. Mas não adiantou muito, porque pelo que me falam, continua a mesma coisa (Aprendiz 6, 2023).

Esse relato evidência um dos principais fenômenos provocados pela racionalidade neoliberal, a precarização em massa dos trabalhadores, atingindo todos os formatos de trabalho, regulamentados ou não. Ele também expõe o impacto dessas transformações neoliberais para os programas de aprendizagem profissional, que mesmo sendo regulamentado e fiscalizado pelos órgãos públicos como uma política pública de geração de trabalho para adolescentes e jovens, é afetado pela precarização das relações de trabalho.

A reestruturação produtiva do capital inaugurou uma nova forma de precarização do trabalho (Druck, 2013), caracterizada pelo processo de institucionalização da flexibilização do trabalho, como principal modelo de organização do governo neoliberal. O conteúdo dessa nova precarização é dado pela condição de instabilidade, insegurança, fragmentação dos coletivos de trabalhadores e brutal concorrência entre eles (Druck, 2013). Nesse sentido, observa-se que na sociedade do trabalho flexível, em que a conjuntura de precarização das relações de trabalho e das desigualdades sociais são reforçadas, não somente a informalização do trabalho é intensificada, como os ditos trabalhos formais, amparados em normais legais, tornam-se precários, produzindo uma espécie de formalidade precária. Segundo Krein (2018), a reforma trabalhista, ocorrida em 2017 no Brasil, faz parte das estratégias neoliberais para ajustar o padrão de regulação do trabalho de acordo com as características do capitalismo contemporâneo (Krein, 2018). Nesse sentido, a reforma foi utilizada como uma ferramenta central para legitimar as transformações neoliberais que já vinham ocorrendo no mundo do trabalho, legalizando práticas já existentes no mercado de trabalho e possibilitando um novo

‘cardápio’ de opções aos empregadores para manejar a força de trabalho de acordo com as suas necessidades (Krein, 2018).

Aponta-se que outras importantes reformas como a previdenciária e a educacional, foram realizadas nos últimos anos, como uma forma de produzir um alinhamento ideológico para com as subjetividades neoliberais, incorporando em diferentes a lógica do capital humano, a noção de empregabilidade e o *ethos* do empreendedorismo (Krein, Colomombi, 2019). Nesse sentido, nota-se que as tentativas de reformas realizadas no Programa Jovem Aprendiz no período de 2017 a 2022, buscaram promover uma articulação da lógica neoliberal nos programas, precarizando sua execução e tornando-os instrumentos de formação do sujeito neoliberal.

Observamos que as empresas estão preferindo não contratar jovem aprendizes. Nos últimos meses o número de contratação de estagiários subiu muito, porque não tem carteira assinada, é mais simples...e a contratação de aprendizes diminuiu bastante. O estagiário hoje é o trabalhador que gera menos custo para as empresas. É um brilho no olhar do empresário né, gera menos custo, não tem FGTS e não necessita de todo amparo que precisamos oferecer para os jovens aprendizes. E depois de algumas mudanças, que aconteceram principalmente durante a pandemia, as empresas não estão acatando as cotas da lei de aprendizagem. Eles preferem o risco de pagar multa. Até antes da pandemia eles contratavam, mas depois...vimos uma redução na quantidade de jovens (Educador 2, 2023).

A partir desse relato, do profissional de um dos programas analisados, nota-se que o Programa Jovem Aprendiz foi amplamente desarticulado pelas iniciativas e alterações legais ocorridas durante o período pandêmico, sob a gestão do governo Bolsonaro (2019-2022) e, apesar da maioria dessas alterações terem sido revogadas em 2023, pelo atual governo Lula (2023-2026), o programa ainda atua com muitas lacunas. Além disso, a resistência do setor empresarial em apoiar a política pública diminuiu o alcance do programa de aprendizagem profissional e aumenta a necessidade de fiscalização, por meio da ação do Estado.

Essa resistência, é operacionalizada pelas empresas por meio de discursos que alocam o não atendimento das políticas como uma redução das despesas financeiras, mas podem ser encaradas como uma estratégia neoliberal para provocar o desmonte das políticas sociais de aprendizagem profissional e consolidar a dominação da racionalidade neoliberal no mundo do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas de Jovem Aprendiz atuam como uma política pública que promove a inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho, a partir do desenvolvimento de cursos de qualificação profissional integrado as práticas laborais realizadas pelos jovens nas empresas contratadas. Assim, os programas analisados se apresentam como um espaço de formação profissional e pessoal desses jovens, para torna-los profissionais bem-sucedidos no mercado de trabalho. Esse processo de formação é apresentado como um processo de desenvolvimento das habilidades e potencialização das aptidões dos sujeitos, com base em motivações psicológicas e competências específicas exigidas pelas empresas (Laval, 2019). Desse modo, se posicionam como um espaço educativo para a produção do protagonismo juvenil, por meio do desenvolvimento das capacidades profissionais e também das identidades e personalidades dos indivíduos como cidadãos e como trabalhadores.

Nesse sentido, o protagonismo juvenil é mobilizado a partir da apreensão das técnicas e subjetividades empreendedora pelos jovens. Essas subjetividades são apresentadas pelos programas como um estilo de vida a ser incorporado pelos sujeitos para potencializar seu capital humano. Assim, esse estilo empreendedor é apresentado como um modo de ser, pensar e agir que deve ser autoregulado pelos próprios sujeitos, a partir de um conjunto de subjetividades e normas de conduta impostas pelo mercado. Nessa concepção, o mercado é considerado o regulador social, responsável pelo processo de conformação desse sujeito empreendedor.

Nessa lógica, o indivíduo deve governar-se a partir das regras impostas pelo mercado, encobertas pelo discurso da liberdade de escolha, da autonomia e do autogerenciamento dos indivíduos que coloca o empreendedorismo de si como um ideal a ser seguido em todas as áreas da vida. Assim, ser “empreendedor de si mesmo” significa conseguir ser o instrumento de seu próprio sucesso social e profissional (Dardot; Laval, 2016). O que evidencia o empreendedorismo de si como o recurso ideológico utilizado pelo neoliberalismo para consolidar sua dominação por meio das subjetividades.

O neoliberalismo é considerado a forma de ser do capitalismo contemporâneo, que surgiu em meio a uma crise do sistema capitalista e dos modelos de governo baseado nas concepções de bem estar social. Ele ascende como modelo hegemônico de governo através do que Brown (2018), denomina economicização da vida, que consiste na retórica que coloca as sociedades como empresas e os indivíduos como agentes ativamente

econômicos, dotados de um espírito empreendedor. Assim, essa racionalidade busca legitimar a lógica do empreendedor de si através das promessas de realização pessoal por meio do próprio indivíduo.

Para Dardot e Laval (2016), essas transformações buscam instaurar novas formas de controle e governamentalidade que colocam o mercado como o produtor da vida social. Com isso, o Estado é reduzido a uma ferramenta a serviço do mercado, que nesse novo sistema, deve legitimar o desenvolvimento do sistema trabalho flexível. Nesse sentido, o trabalho flexível possui como principais características a individualização dos sujeitos num sistema de alta produtividade, em curta prazo e com avaliações contínuas e individuais de desempenho. Nessa concepção, o mundo do trabalho do capitalismo neoliberal desencadeia uma conjuntura de informalização e precarização do trabalho sem precedentes (Dardot; Laval, 2016). No Brasil cujo contexto social é marcado por desigualdades estruturais e a informalidade é uma forma de trabalho estruturante do mercado de trabalho, esses cenários de precarização e desigualdades é intensificado. Segundo Sennett (2006), só um certo tipo de ser humano é capaz de prosperar em condições sociais instáveis e fragmentárias, o indivíduo empreendedor de si. Desse modo, o neoliberalismo opera a partir do discurso empreendedor para constranger o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição (Dardot; Laval, 2016).

A estratégia neoliberal consistirá, então, em criar o maior número possível de situações de mercado, isto é, organizar por diversos meios [...] a “obrigação de escolher” para que os indivíduos aceitem a situação de mercado tal como lhes é imposta como “realidade”, isto é, como única “regra do jogo”, e assim incorporem a necessidade de realizar um cálculo de interesse individual se não quiserem perder “no jogo” (Dardot; Laval, 2016, p. 212)

Na sociedade neoliberal, os sujeitos são treinados a sobreviverem numa sociedade de concorrência. Nesse sentido, o indivíduo empreendedor de si é aquele que precisa empreender suas próprias trajetórias de vida, sendo responsabilizado pelos seus sucessos e fracassos. Nesse contexto, os seus sucessos e fracassos dependem das habilidades desenvolvidas e competências adquiridas como capital humano, que irão determinar seus desempenhos. Nessa configuração do trabalho medido pelos desempenhos e competências empreendidas, os sujeitos são lançados em contextos de trabalho precarizado, seja formalizado ou não, em que estão constantemente em situações de risco e vulnerabilidades. Para Sennett (2009), o trabalho flexível instaura uma nova cultura que provoca a corrosão do caráter dos sujeitos e lança-os em uma condição à deriva.

De acordo com as análises, essas novas configurações do trabalho neoliberal são incorporadas e reproduzidas pelos programas de aprendizagem profissional que atuam como um espaço de produção desse sujeito neoliberal. Assim, observa-se nos discursos dos jovens e profissionais analisados, uma apropriação das ideologias empreendedoras como modo de vida e as condições de risco e vulnerabilidade imposta pela precarização do trabalho, como situações a serem encaradas como riscos a serem vencidos em nome do sucesso pessoal. Além da naturalização dos contextos de precarização, os programas, que em tese operam na defesa de condições formais de trabalho, coloca o emprego formal como algo rígido e hierárquico, e as atividades individuais de trabalho (informais ou autônomas) como uma opção mais viável, com mais oportunidades e moralmente mais justas.

Para além disso, nota-se que o Programa Jovem possui diversas lacunas em seu funcionamento, que diante das investidas neoliberais, aprofundam suas falhas e coloca em risco tanto a eficiência do programa como lança os jovens em situações de trabalho precário. Entre elas, o não atendimento aos critérios de inclusão dos jovens, a oferta de cursos que favorecem uma formação de uma mentalidade neoliberal, em detrimento de qualificações técnicas as funções de trabalho e a falta de atuação junto as empresas contratantes para promover de fato a inserção dos jovens nos ambientes de trabalho e impedir condições de exploratórias e precárias de trabalho.

Desse modo, o Programa Jovem Aprendiz representa uma importante política pública de aprendizagem profissional, que produz uma atividade essencial a sociedade e as juventudes, porém, que precisa ser fiscalizada, tanto no âmbito da sua execução pelos programas como pelas empresas participantes, que tem se isentado do cumprimento dessa política obrigatória e, para além disso, necessária para os jovens brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. **Estudos avançados**, v. 34, p. 111-126, 2020.

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista brasileira de educação**, n. 05-06, p. 25-36, 1997.

ALMEIDA, Érica T. Vieira de. O Programa de Geração de Trabalho e Renda em Campos dos Goytacazes: limites e contradições. **Revista Vértices**, v. 11, n. 1/3, p. 87-108, 2009.

AMORIM, Henrique. MODA, Felipe. MELVIS, Camila. Empreendedorismo: uma forma de americanismo contemporâneo? In: **Caderno C R H**, v. 34, p. 1-16, 2021.

ANDERSON, Pierry. Balanço do neoliberalismo. Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

ANDRADE, Daniel P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade Estado**, V. 34, n. 1, 211-239, 2019.

ANTUNES, Ricardo. (Org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. São Paulo: **Estudos Avançados**. vol.28, n.81, maio/ago. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. In: **Em Tese**, v. 2, n. 1, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027#>>. Acesso: 11 de dezembro de 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo: Papyrus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial**. Rio de Janeiro: Zazie edições, 2018.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 4.048 DE 22 DE JANEIRO DE 1942. **Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI)**. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/del%204.048-1942?OpenDocument , acessado em 03 de outubro de 2023.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 5.452 DE 1º DE MAIO DE 1943. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm,
Acessado em 03 de outubro de 2023.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 8.622 DE 10 DE JANEIRO DE 1946. **Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece e deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del8622.htm

Acesso em 03 de outubro de 2022

BRASIL, **Constituição da República Federativa Do Brasil De 1988**, promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Acesso em 09 de outubro de 2023.

BRASIL. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em 09 de outubro de 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 20 DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998. **Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm
Acesso em 15 de outubro de 2023.

BRASIL LEI FEDERAL Nº 10.097, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. **Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho–CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Diário Oficial da República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm Acessado em 27/06/2021.

BRASIL. DECRETO FEDERAL Nº 5.598 DE 1º DE DEZEMBRO DE 2005b. **Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm. Acesso em 16 de outubro de 2023.

BRASIL. Portaria MTE Nº 723 de 23 de Abril de 2012. **Cria o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional 2012.**

BRASIL. Decreto nº 8.740, de 4 de maio de 2016: **Dispõe sobre a experiência prática do aprendiz. 2016.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8740.htm
Acesso: 02 de novembro de 2023.

BRASIL. Portaria MTb no 335, de 15 de maio de 2018. **Aprova o Plano Nacional de Aprendizagem.** Diário Oficial, Brasília, ed. 93, p. 123, 16 maio de 2018. Seção 1. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZwAaa1>>. Acesso em: 17 nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Inspeção do Trabalho. Instrução Normativa n. 146, de 25 de julho de 2018. **Dispõe sobre a fiscalização do cumprimento das normas relativas à aprendizagem profissional.** 2018b.

BRASIL. Decreto n. 9.579, de 22 de novembro de 2018c. **Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências.** 2018c.

BRASIL. Medida provisória n. 905, de 11 de novembro de 2019b. **Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências.** 2019b

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 6.461, de 16 de dezembro de 2019c **Institui o Estatuto do Aprendiz e dá outras providências.**

BRASIL. Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia. **Caracterização da taxa de desemprego de longo prazo brasileira.** 17 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/notas-tecnicas/2021/ntcaracterizacao-da-taxa-de-desemprego-de-longo-prazo-brasileira.pdf>

BRASIL. Portaria/MTP n° 671, de 8 de novembro de 2021. **Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista, à inspeção do trabalho, às políticas públicas e às relações de trabalho.** 2021c.

BRASIL. Decreto n. 11.061, de 4 de maio de 2022. **Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, e o Decreto nº 10.905, de 20 de dezembro de 2021, para dispor sobre o direito à profissionalização de adolescentes e jovens por meio de programas de aprendizagem profissional.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2022/decreto-11061-4-maio-2022-792592-publicacaooriginal-165215-pe.html>. Acesso em: 17 de nov. de 2023.

BRASIL. Medida Provisória n. 1.116, de 4 de maio de 2022. **Institui o Programa Emprega + Mulheres e Jovens e altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.**

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Secretaria de Inspeção do Trabalho. **Relatório Final - Aprendizagem Profissional e Empregabilidade de Jovens.** 2022c.

BRASIL. Ministério da Economia. **Boletins da aprendizagem profissional.** 2022d.

BRASIL. Decreto nº 11.479, de 6 de abril de 2023. **Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o direito à profissionalização de adolescentes e jovens por meio de programas de aprendizagem profissional.** 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/decreto/D11479.htm. Acesso em: 03 de out. 2023.

CASTEL, Roberto. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CARDOSO, Shirley Sheila; OLIVEIRA, Luthiane Miszak Valença de; OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel. Juventudes e neoliberalismo: interfaces para pensar o currículo do ensino médio. **Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 29, n. 3, p. 57-73, 2021.

CARMO, Luana Jéssica Oliveira et al. O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 19, p. 18-31, 2021.

CARVALHO, Marcelo Augusto Monteiro de. A criação do SENAI no contexto da Era Vargas. 2011. **Dissertação** (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

CASTILHO, Thais; NATALINA, Denise; SANS, Luciana; SEVERO, Ricardo; ALMEIDA, Carolina; CRISTINA, Alexandra. **Estudo técnico sobre a Medida Provisória nº 1.116, de 4 de maio de 2022 e do Decreto nº 11.061**, de 4 de maio de 2022. 10 mai. 2022.

CECCHETTO, Fátima, Muniz, Jacqueline, Monteiro, Rodrigo. A produção da vítima empreendedora de seu resgate social: juventudes, controles e envolvimento. In: *Ciênc. saúde coletiva* vol.23 no.9 Rio de Janeiro Sept. 2018.

DARDOT, Pierre, LABAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo. Boitempo, 2016.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista brasileira de educação**, n. 24, p. 40-52, 2003.

FOUCAULT, Michel. Aula de 14 de março de 1979. **O nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

FRANÇA, Stefany Junqueira dos Santos. A inserção no mercado informal: um estudo de caso no município de Campos dos Goytacazes. 2018.

GAGO, Verónica. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Elefante, 2018.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio**: avaliação e políticas públicas em educação, v.14, p. 27- 38, 2006.

GONÇALVES, Bianca Siqueira; RANGEL, Luíza Luíza Cassiano. Juventude e Mercado de Trabalho em Campos dos Goytacazes-rj. **Revista Grifos**, v. 31, n. 55, p. 204-225, 2022

GRAÇA, Druck. A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 55-73.

GROPPO, Luís Antonio. **Introdução a Sociologia da Juventudes**. São Paulo: Paco Editorial, 2016.

GUIMARÃES, S. J.; CRUZ, C. E. C. Neoliberalismo e Ciência Política: contribuições teóricas sobre a crise da democracia. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 24, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/60911>. Acesso em: 27 jan. 2023.

KREIN, José D, COLOMBI, Ana Paula F. A reforma trabalhista em foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário. **Centro de Estudos Educação e Sociedade**, Campinas, 2019.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Boitempo editorial, 2019.

LABREA, Valéria V. e Lobato, Ana P. Juventude e Trabalho: contribuições para os diálogos com as Políticas Públicas. **Política em foco**, 2013.

MARTINS, Gisele Maria Viana et al. Análise do IDEB e do IDHM—educação em Campos dos Goytacazes (RJ). **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 17, n. 47, p. 281-300, 2021.

MOURA, Wagner. Aprendizagem Profissional: A construção histórica de uma política pública no Brasil (1943 - 2023) **Dissertação** (Magíster em Estado, Gobierno y Políticas Públicas), FLACSO/FPA, São Paulo, 2023.

MÜLLER, Meire Terezinha. O SENAI e a educação profissionalizante no Brasil. **Revista Histero On-line**, v. 10, n. 40, p. 189-211, 2010.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: Princípios & Procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

PITZ, Daniel Luiz. Juventude e Educação Profissional: limitações do Programa Jovem Aprendiz. **Serviço Social & Realidade**, v. 32, n. fluxo contínuo, 2023.

POCHMANN, Marcio. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos**. São Paulo, 2007.

POCHMANN, Márcio. Modernizar sem excluir. In: **Emprego, Trabalho e políticas públicas**/ Macambira Júnior e Liana Maria da Frota Carleial/ Organizadores. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

SÁ, Emerson Victor Hugo Costa et al. Expectativa e Realidade na Aprendizagem Profissional: alterações normativas e a busca por um estatuto que efetive os direitos fundamentais ao não trabalho e à profissionalização de adolescentes e jovens. **Revista da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho**, 2023.

SANTOS, Andreia dos. O que é juventude? In: BODART, Cristiano das Neves. Conceitos e categorias fundamentais do Ensino de Sociologia, vol.2. Maceió: Editora **Café com Sociologia**, 2021. pp. 41-46.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução de Marcos Santarrita – 16^o edição. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SENNETT, Richard. **A nova cultura do Capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo social**, v. 17, p. 141-172, 2005.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, pág. 16-39, 2003.

TOMMASI, Livia de. CORROCHANO, Maria Carla. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. In: **Estudos Avançados**, v.34, n.99, 2020.

SANTOS, Andreia. O que é Juventude. Blog Café com Sociologia. mar. 2021. Disponível em: <https://cafecomsociologia.com/juventude/> Acessado em: 28 de novembro de 2023.

SANDEL, Michael J. **A tirania do mérito: o que aconteceu com o bem comum?**. São Paulo, Editora José Olympio, 2020.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; DA SILVA RODRIGUES, Iaponira. Formação de professores para educação profissional no Brasil: percurso histórico e desafios contemporâneos. *Revista HISTEDBR on-line*, v. 17, n. 2, p. 621-638, 2017.

ANEXO 1 – Roteiro das Entrevistas com Educadores e Profissionais

Questionário para entrevistas semiestruturadas - Educadores/ Instrutores e outros profissionais

Nome/ gênero/ idade/ cidade em que reside/ formação/ ocupação

1- Qual a sua atuação no Programa de Aprendizagem profissional? Atua a quanto tempo?

2- Como é a experiência de atuar com um programa responsável pela inserção de jovens no mercado de trabalho formal?

3- Para o senhor/a, qual a importância do Programa?

4- Como é o desenvolvimento das atividades nos encontros com os jovens?

5- Como o senhor/a observa o desenvolvimento do Programa no período pré e pós-pandemia?

6 - Como o senhor/a observa as recentes mudanças (como flexibilizações, novos contratos, formatos de trabalho híbrido/ home office etc.) nas relações entre empregado/empregador? Como elas têm impactado no Programa? E para os jovens que participam do programa?

7 - Para o senhor/a, qual o impacto da reforma trabalhista sancionada em 2017, no desenvolvimento do Programa? E para os jovens?

8 - Quais as suas observações sobre as experiências de inserção dos jovens no mercado de trabalho atual?

9- Para o senhor/a, quais são as transformações mais marcantes no mercado de trabalho atualmente?

10 - Para o senhor/a, o programa impacta a realidade dos jovens participantes? Se sim, de que maneira?

11- Para o senhor/a, o que representa o Empreendedorismo?

12 - O empreendedorismo tem algum papel na formação dos jovens no programa? Qual?

13 - Para o senhor/a, qual o impacto das novas áreas de trabalho (profissões/ocupações), promovidas pelo Empreendedorismo, para o mercado de trabalho formal? e para os trabalhadores em formação?

14 - Para o senhor/a, a reforma do Ensino Médio está gerando ou pode gerar mudanças no desenvolvimento do Programa? E no mercado de trabalho?

15 - Como o senhor/a define o processo de formação realizado pelo programa?

16 - Na sua opinião, qual o impacto do programa, a longo prazo, na realidade dos seus participantes?

ANEXO 2 – Roteiro das Entrevistas com Jovens

Dados: Nome/ gênero/ idade/ cidade em que reside/formação/ ocupação

- 1 - Como você conheceu o programa? E como foi seu processo de inserção?
- 2- Há quanto tempo você participa do Programa?
- 3- Como tem sido sua experiência no Programa de Aprendizagem Profissional (encontros, atividades etc)?
- 3 - Como foi/tem sido a sua experiência de iniciação no mercado de trabalho?
- 4 - Quais são seus objetivos com a participação no programa?
- 5 - Para você, qual a importância do Programa?
- 6 - Como o programa tem impactado na sua realidade?
- 7 - Na sua opinião, a pandemia gerou mudanças no mercado de trabalho local/brasileiro? Se sim, Quais?
- 8- Como você observa o mercado de trabalho atualmente?
- 9 - Para você, o que é o Empreendedorismo?
- 10- Para você, o empreendedorismo tem algum papel na formação desenvolvida pelo programa?
- 11- Para você, o Ensino Médio impacta na formação para o mercado de trabalho? De que maneira?
- 12 - Você conhece a reforma do Ensino Médio? Para você, qual o impacto ela gera no desenvolvimento do programa?
- 13- Quais são suas expectativas com a participação do programa/curso?
- 14 - Na sua opinião, qual o impacto do programa, a longo prazo, na realidade dos seus participantes?

ANEXO 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para Observações

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Este documento que você está lendo é chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar.

O Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa: **Juventudes e Trabalho: análise da formação de jovens em Programas de Aprendizagem Profissional**, que está sendo desenvolvida que está sendo desenvolvida pela estudante Anelize dos Santos Ribeiro, sob a supervisão do professor Paulo Rodrigues Gajanigo, ambos vinculados ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), em Campos dos Goytacazes.

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

- **Natureza e Objetivos da Pesquisa**

O objetivo desta investigação é compreender o desenvolvimento dos programas de aprendizagem profissional e a formação dos seus participantes, bem como o processo de inserção no mercado de trabalho. Busca-se também, compreender os impactos das transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas na esfera do trabalho no Brasil, entre elas, a reforma trabalhista, sancionada em 2017, e o surgimento de novas técnicas e subjetividades, baseados no Empreendedorismo.

A finalidade é contribuir com a compreensão acerca do desenvolvimento dos Programas de aprendizagem profissional e do processo de inserção e permanência dos jovens no mercado de trabalho formal, permitindo a esses atores sociais um melhor entendimento sobre o campo do trabalho e dos programas de capacitação profissional.

- **Procedimentos do Estudo**

A sua participação na pesquisa consiste em compartilhar informações e experiências durante as atividades do curso, contribuindo para o trabalho de observação do pesquisador. O pesquisador (a) acompanhará as atividades do curso (aulas, encontros, dinâmicas e eventos) durante o período de 45 dias.

Para o aproveitamento do material para uso exclusivamente científico, solicitamos que assinale se concorda ou não com o trabalho de observação. **SIM () NÃO ()**

- **Riscos e Benefícios**

Os riscos que podem advir deste estudo são dois: em primeiro lugar, perguntas que podem suscitar no participante algum tipo de constrangimento e o vazamento de alguma parte da entrevista. Ressalta-se que o pesquisador (a) deve se atentar para não cometer estes equívocos, assegurando a confidencialidade das informações prestadas e o anonimato dos participantes, para darem prosseguimento às análises sem nenhum tipo de infração ética.

Haverá durante o processo a assistência integral do pesquisador responsável pelo estudo, para que se possam minimizar os riscos supracitados.

- **Participação, recusa e direito de se retirar do estudo**

Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.

Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com o pesquisador responsável.

Telefone e Email: Anelize dos Santos Ribeiro (mestranda e pesquisadora) – (00)00000-0000

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira neste estudo.

- **Confidencialidade**

Seus dados serão manuseados somente pelo pesquisador e não será permitido o acesso a outras pessoas.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com a sua privacidade.

Considerando que fui informado (a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos.

Estou ciente que recebi uma via deste documento.

Campos dos Goytacazes, de de

Assinatura participante

Assinatura Pesquisador (a)

Anelize dos Santos Ribeiro

Assinatura Orientador
Prof. Dr. Paulo Rodrigues Gajanigo

ANEXO 4 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para Entrevistas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado participante,

Este documento que você está lendo é chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar.

O Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa: **Juventudes e Trabalho: análise da formação de jovens em Programas de Aprendizagem Profissional**, que está sendo desenvolvida pela estudante Anelize dos Santos Ribeiro, sob a supervisão do professor Paulo Rodrigues Gajanigo, ambos vinculados ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), em Campos dos Goytacazes.

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

- **Natureza e Objetivos da Pesquisa**

O objetivo desta investigação é compreender o desenvolvimento dos programas de aprendizagem profissional e a formação dos seus participantes, bem como o processo de inserção no mercado de trabalho. Busca-se também, compreender os impactos das transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas na esfera do trabalho no Brasil, entre elas, a reforma trabalhista, sancionada em 2017, e o surgimento de novas técnicas e subjetividades, baseados no Empreendedorismo.

A finalidade é contribuir com a compreensão acerca do desenvolvimento dos Programas de aprendizagem profissional e do processo de inserção e permanência dos jovens no mercado de trabalho formal, permitindo a esses atores sociais um melhor entendimento sobre o campo do trabalho e dos programas de capacitação profissional.

- **Procedimentos do Estudo**

A sua participação na pesquisa consiste em responder perguntas, em formato de entrevista, que terá duração de 30-40 minutos, aproximadamente.

Para o aproveitamento do material para uso exclusivamente científico, solicitamos que assinale se concorda ou não em gravarmos as respostas. **SIM () NÃO ()**

- **Riscos e Benefícios**

Os riscos que podem advir deste estudo são dois: em primeiro lugar, perguntas que podem suscitar no participante algum tipo de constrangimento e o vazamento de alguma parte da entrevista. Ressalta-se que o pesquisador deve se atentar para não cometer estes equívocos, assegurando a confidencialidade das informações prestadas e o anonimato dos participantes, para darem prosseguimento às análises sem nenhum tipo de infração ética.

Haverá durante o processo a assistência integral do pesquisador responsável pelo estudo, para que se possam minimizar os riscos supracitados.

- **Participação, recusa e direito de se retirar do estudo**

Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.

Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com o pesquisador responsável.

Telefone e Email: Anelize dos Santos Ribeiro (mestranda e pesquisadora) – (00) 00000-0000

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira neste estudo.

- **Confidencialidade**

Seus dados serão manuseados somente pelo pesquisador e não será permitido o acesso a outras pessoas.

Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com a sua privacidade.

Considerando que fui informado (a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos.

Estou ciente que recebi uma via deste documento.

Campos dos Goytacazes, de de

Assinatura participante

Assinatura Pesquisador (a)
Anelize dos Santos Ribeiro

Assinatura Orientador
Prof. Dr. Paulo Rodrigues Gajanigo